UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

VERONICA MARQUES DA COSTA BERDAGUE

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NA VELHICE: SIGNIFICADOS E SENTIDOS TRAZIDOS PELAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM TOLEDO – PR (2020-2024)

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

VERONICA MARQUES DA COSTA BERDAGUE

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NA VELHICE: SIGNIFICADOS E SENTIDOS TRAZIDOS PELAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM TOLEDO – PR (2020-2024)

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) Strictu Sensu em História, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, campus de Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientador: Prof.ª. Dr.ª Carla Cristina Nacke Conradi

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Berdague, Veronica Marques da Costa
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NA VELHICE: SIGNIFICADOS E SENTIDOS TRAZIDOS PELAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM TOLEDO - PR (2020-2024) / Veronica Marques da Costa Berdague; orientadora Carla Cristina Nacke Conradi . -- Marechal Cândido Rondon, 2025.
137 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Mulheres . 2. Empregadas Domésticas . 3. Trabalho doméstico remunerado . 4. Velhice. I. Cristina Nacke Conradi , Carla , orient. II. Título.

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **VERONICA MARQUES DA COSTA BERDAGUE**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 25 dia(s) do mês de novembro de 2024 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) **Veronica Marques da Costa Berdague**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Carla Cristina Nacke Conradi, Ivonete Pereira, Cíntia Fiorotti Lima. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Carla Cristina Nacke Conradi. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Trabalho doméstico remunerado na velhice: significados e sentidos trazidos pelas empregadas domésticas em Toledo-PR (2019-2024)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Ivonete Pereira, Cíntia Fiorotti Lima. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. De acordo com o que está previsto nos § 7° e § 8° do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de **Dissertação** foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Dissertação e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.

Orientador(a) - Carla Cristina Nacke Conradi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Ivonete Pereira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **VERONICA MARQUES DA COSTA BERDAGUE**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Cíntia Fiorotti Lima
SEED/PARANÁ

Veronica Marques da Costa Berdague
Aluno(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Carla Luciana Souza da Silva
Portaria nº 3604/2024 - GRE

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE MESTRADO PARA BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, discente Veronica Marques da Costa Berdague, declaro que realizei a minha DEFESA DE MESTRADO **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** do trabalho intitulado: Trabalho doméstico remunerado na velhice: significados e sentidos trazidos pelas empregadas domésticas em Toledo – PR (2020-2024)**,** para banca examinadora realizada na data de 25/11/2024.

Atenciosamente,

Veronica M. Costa Berdague

Veronica Marques da Costa Berdague
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Profa. Dra. Cintia Fiorotti Lima, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da BANCA DE DEFESA DO MESTRADO em História da candidata Veronica Marques da Costa Berdague, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membra externa**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada APROVADA, na banca realizada na data de 25 denovembrode 2024.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Cíntia Fiorotti Lima
SEED/PR

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Profa. Dra. Ivonete Pereira, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da BANCA DE DEFESA DO MESTRADO em História da candidata Veronica Marques da Costa Berdague, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membra interna**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada APROVADA, na banca realizada na data de 25 de novembrode 2024.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Ivonete Pereira
UNIOESTE

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Profa. Dra. Carla Cristina Nacke Conradi, declaro, como **ORIENTADORA,** que presidi os trabalhos **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de DEFESA DE MESTRADO da candidata Veronica Marques da Costa Berdague deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição das membras da banca examinadora, **formalizo como orientadora**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que a candidata foi considerada: APROVADA na banca realizada na data de 25 de novembro de 2024.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Carla Cristina Nacke Conradi
Programa de Pós-Graduação em História
UNIOESTE - Universidade Estadualdo Oestedo Paraná

Agradecimentos

Escrever esta pesquisa em meio a uma crise depressiva foi, ao mesmo tempo, um desafio imenso e uma jornada de autodescoberta. Entre os dias de angústia e as noites insônia, o ato de pesquisar e escrever tornou-se mais do que uma tarefa acadêmica: foi uma forma de resistência, um espaço onde encontrei propósito e significado em meio ao caos interno. Revisitar as histórias das mulheres entrevistadas, com suas trajetórias de luta e resiliência, também me ajudou a enxergar a força que existe mesmo nos momentos mais difíceis. Este trabalho, portanto, carrega em cada palavra não apenas o esforço intelectual, mas também a superação pessoal e o desejo de transformar a dor em algo que pudesse contribuir para a compreensão e valorização da vida de tantas outras mulheres. Mais do que uma dissertação, esta pesquisa é também uma parte de minha jornada de cura e afirmação de que, mesmo em meio às adversidades, é possível criar algo que vá além de nós mesmos

Ao longo desta jornada de pesquisa e aprendizagem, fui acompanhado por pessoas que desempenharam papéis fundamentais para a realização deste trabalho. A elas, minha gratidão eterna.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e ao Programa de Pós-Graduação em História, minha gratidão pela oportunidade de crescer como pesquisadora e por me proporcionar um ambiente de aprendizado enriquecedor. Agradeço também aos professores e colegas do programa, que desenvolveram diferentes formas para ampliar meu olhar sobre a pesquisa e a vida acadêmica, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Carla Cristina Nacke Conradi, cuja sabedoria, paciência e generosidade foram pilares essenciais para o desenvolvimento desta dissertação. Sua orientação não se limita ao aspecto acadêmico, mas também me compromete com seu compromisso ético e humano comigo e com a pesquisa. Obrigado por acreditar em meu potencial, por cada leitura atenta, por cada conselho preciso e por me mostrar que o rigor acadêmico pode caminhar lado a lado com a sensibilidade.

As professoras da banca de qualificação e de defesa, Prof.ª Dr.ª Cíntia Fiorotti Lima e Prof.ª Dr.ª Ivonete Pereira, agradeço a leitura atenta e pelas contribuições valiosas que enriqueceram este trabalho. Suas críticas e sugestões foram fundamentais para aprimorar esta dissertação e para eu fazer reflexão sobre novas perspectivas.

Às minhas amigas/os, Tuiany, Natiely, Thais, Mabel e Andrey que estiveram ao meu lado em momentos de desafios e conquistas, minha gratidão pelo apoio

incondicional. Vocês foram minha rede de apoio emocional e minhas incentivadoras. Obrigada por acreditarem em mim nos momentos em que eu duvidei.

À minha psicóloga Juliana que esteve comigo durante todo esse processo, ajudando-me a encontrar claramente em meio às tempestades internas. Sua escuta atenta, empatia e orientação foram fundamentais para que eu pudesse enfrentar os desafios emocionais e seguir adiante, mesmo quando parecia impossível. Mais do que um profissional, você foi uma parceira nessa jornada, lembrando-me da importância de cuidar da mente enquanto buscava concretizar meus objetivos.

À minha família, que é a base de tudo o que sou e do que alcancei, minha gratidão mais profunda. Aos meus pais, por ensinarem o valor do trabalho e da educação. Aos meus filhos Mateus e Livia que sempre me inundaram de amor. E em especial ao meu companheiro de vida, de luta, meu amor André cuja parceria e carinho foram fundamentais nessa jornada. Obrigada por estar ao meu lado nos momentos de dificuldade, oferecendo apoio incondicional, palavras de encorajamento e uma presença acolhedora que me deu força para seguir em frente.

Por fim, dedico um agradecimento especial a todas as mulheres que participaram desta pesquisa. Vocês me ensinaram lições que transcendem o campo acadêmico, mostrando a força e a dignidade que residem em cada história de vida.

A todos vocês, o meu muito obrigado. Este trabalho é um reflexo do aprendizado, do amor e da dedicação que compartilhamos com cada um ao longo desta jornada.

RESUMO

A pesquisa refere-se a uma investigação sobre os sentidos do trabalho para trabalhadoras domésticas remuneradas com mais de 50 anos que adentraram ao mundo do trabalho doméstico ainda na infância ou adolescência. O objetivo é resgatar a relação que as mulheres entrevistadas estabelecem entre o seu trabalho doméstico exercido desde a infância até os dias de hoje, e como elas percebem seu trabalho nas diferentes épocas de suas vidas, além elucidar suas expectativas futuras. Pretendo identificar os determinantes culturais e socioeconômicos da inserção precoce no trabalho doméstico, as dificuldades enfrentadas, as oportunidades que lhes foram negadas ou negligenciadas, analisando as consequências do trabalho doméstico na vida dessas trabalhadoras. A pesquisa se situa no campo da história oral onde o mais relevante no fato que está sendo narrado, é a forma como esse sujeito o rememora e o interpreta, sendo a maneira como os entrevistados contam a história o verdadeiro objeto de estudo da oralidade. Sendo assim, utilizar esta abordagem auxilia na compreensão sobre os processos mediante os quais as pessoas constroem sentidos e significados, permitindo ao pesquisador uma imersão nas vivências e nos modos de pensar e de agir dos sujeitos em relação à temática investigada. No caso das empregadas domésticas, não é somente corroborar com aquilo que os dados socioeconômicos demonstram, mas sim evidenciar as experiencias e significados que essas mulheres dão ao seu trabalho no qual dedicaram toda a juventude e possivelmente grande parte da velhice.

Palavras-chave: Mulheres, Velhice, Empregadas domésticas, Trabalho doméstico remunerado

ABSTRACT

The research focuses on an investigation into the meanings of work for paid domestic workers over the age of 50 who entered the world of domestic labor during their childhood or adolescence. The objective is to explore the relationship these women establish between their domestic work performed since childhood and their current experiences, as well as how they perceive their work across different periods of their lives. Additionally, the study aims to elucidate their future expectations. The research seeks to identify the cultural and socioeconomic determinants of early entry into domestic work, the challenges faced, the opportunities denied or neglected, and the consequences of domestic labor on their lives. It is situated within the field of oral history, where the primary focus is not just on the narrated event itself but on how the individual remembers and interprets it. In this approach, the way participants recount their stories becomes the true object of study in orality. Thus, employing this methodology helps in understanding the processes through which people construct meanings and significance, allowing the researcher to immerse themselves in the experiences and ways of thinking and acting of the subjects regarding the investigated theme. In the case of domestic workers, the aim is not only to corroborate what socioeconomic data reveal but also to highlight the experiences and meanings these women attribute to the work to which they have dedicated their youth and possibly a significant part of their old age.

Keywords: Women, Old Age, Domestic Workers, Paid Domestic Work

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **15**

CAPÍTULO I – TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL **39**

1.1 A percursora da TRS Lise Vogel **41**

1.1.1 Vogel em busca de uma teoria unitária 43

1.1.2 A Questão da Mulher na visão do feminismo socialista 44

1.1.3 A opressão das mulheres na reprodução social capitalista por Lise Vogel 47

1.1.4 Críticas à Teoria da Reprodução Social de Lise Vogel 54

1.2 A Teoria da Reprodução Social na Contemporaneidade – Tithi Bhattacharya **55**

1.2.1 Centralizar a opressão feminina 56

1.2.2 Defendendo uma teoria da totalidade 60

CAPÍTULO II ASPECTO GERACIONAL NA FORÇA DE TRABALHO – A VELHICE **67**

2.1 As velhas **67**

2.2 A sociedade industrial e a velhice **77**

2.3 A feminização da velhice **81**

CAPÍTULO III MEMÓRIAS DE RESILIÊNCIA: HISTÓRIAS DE MULHERES QUE TRANSFORMAM DESAFIOS EM FORÇA **88**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **133**

FONTES **138**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS **139**

INTRODUÇÃO

No ano de 2016 a hashtag #Eu, Emprega Doméstica criada por Preta Rara [1]causou um furor na internet, por ter cerca 160 mil curtidas e milhares de comentários com relatos escritos em primeira pessoa sobre o cotidiano de trabalho das domésticas que atuaram e atuavam em diferentes regiões do país. Os relatos também vinham de terceiros, amigas, filhas, irmãs, sobrinhas e netas dessas trabalhadoras que dedicaram suas vidas para proporcionar condições de sobrevivência para suas famílias. O sucesso da hashtag foi tamanha que Preta Rara, ex-empregada doméstica, hoje rapper e historiadora, reuniu relatos inéditos em um livro intitulado *Eu, empregada doméstica: a senzala é o quartinho da empregada*. A proposta da publicação desses relatos é de extrema relevância quando observamos que pouco se fala sobre as trabalhadoras domésticas, sobretudo as trabalhadoras negras. O prefácio do livro foi escrito pela historiadora Taina Aparecida Silva Santos, mestra em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e que tem como objeto de pesquisa a escravidão doméstica e o trabalho doméstico. Nas páginas escritas por ela, a historiadora relembra que não estamos distantes do passado colonial que manteve mulheres e homens negros em regime de escravidão. Nos tempos atuais em que não existe mais a tortura da senzala, encontramos patroas que,

> separam as louças que podem ser utilizadas pela empregada, que mandam limpar com cândida todos os objetos da casa depois de serem tocados pela 'moça da limpeza', ou que alimentam as mulheres que trabalham nas suas residências com o que sobra das refeições do dia (Rara, 2019, n.p.).

As hierarquias sociais têm se transformado ao longo do tempo, mas continuam a posicionar as mulheres negras na base da pirâmide, sujeitas a formas de tratamento que trazem resquícios de um passado escravista. No livro de Rara, o subtítulo *A senzala moderna é o quartinho de empregada* expõe essa realidade. A estrutura arquitetônica do "quartinho de empregada" reflete a lógica da casa-grande e senzala, herança do período

[1] Preta Rara é o codinome de Joyce da Silva Fernandes. Historiadora e rapper, no passado trabalhou como empregada doméstica por sete anos antes de ingressar na Universidade Católica de Santos. Quando doméstica relata que era proibida de se alimentar das refeições que ela mesma cozinhava. No ano de 2016, decidiu relatar o ocorrido em seu perfil no Facebook. Era apenas um entre os muitos episódios de violações de direitos humanos e racismo que havia sofrido de diferentes patroas e patrões trabalhando como empregada doméstica. Em pouco tempo, a publicação ganhou repercussão e Preta Rara começou a receber centenas de mensagens de outras empregadas que também haviam sofrido maus tratos e violências ainda piores. Foi então que a historiadora decidiu criar a página *Eu, empregada doméstica*, para reunir depoimentos de milhares de trabalhadoras domésticas de todo o Brasil que anos mais tarde viraria um livro intitulado *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada.*

escravocrata. Esses quartos, geralmente pequenos, mal ventilados e com pouca iluminação natural, são frequentemente localizados próximos à cozinha e à lavanderia, reforçando a precarização e a desvalorização do trabalho doméstico, majoritariamente realizado por mulheres negras. O pretexto é que a trabalhadora não tenha que levar muito tempo no deslocamento, porém, os quartos de empregada viabilizam que ela esteja sempre à disposição, privada do período de folga, da socialização e do lazer. Conforme o livro de Preta Rara demonstra, a segregação racial é expressa no elevador de serviço, no quarto de empregada, nos utensílios separados, nos produtos de qualidade inferior que são oferecidos, e, até mesmo, sobras de comida e alimentos vencidos. O livro de Preta Rara nos envolve em um mix de emoções, de angústia e também de esperança de dias melhores com histórias que quebraram essa barreira de segregação, pois, existem relatos positivos no livro, mesmo que poucos. Por ser filha de empregada doméstica, cada palavra nesse livro teve um peso diferente para mim, pois são histórias que de algum modo rondaram as gerações anteriores de mulheres da minha família.

Assim como minha avó, minha mãe foi empregada doméstica e adentrou no trabalho ainda muito jovem. Depois do nascimento dos/as filhos/as parou de trabalhar, mas teve que retornar ao mercado de trabalho anos depois por conta de uma crise financeira em casa ocasionada pela avalanche da terceirização, ocorrida no final da década de 90. Minha mãe decidiu voltar ao mercado de trabalho aos 43 anos de idade e foi direto procurar casas ou apartamentos que precisassem de uma empregada doméstica. Eu sempre me perguntei se ela não pensou em procurar outro trabalho em outra área, fazer algo diferente. No meio das nossas calorosas e divertidas conversas nunca me lembro de perguntar, mas vou ter a oportunidade de perguntar as entrevistadas com quem vou trabalhar na minha pesquisa.

Para além da vivência pessoal com o trabalho doméstico em minha família, a observação daquilo que me rodeia me fez despertar o interesse por essa pesquisa. Moro em um bairro privilegiado socialmente, com casas grandes e ostentosas em meio a construções mais simples. Todos os dias pela manhã fazia passeios matinais com meu cão pelo bairro e sempre notava mulheres de meia idade e mais velhas entrando nas casas luxuosas com suas bicicletas simples e sacolinhas carregando seus pertences. Com um olhar estereotipado deduzi que seriam empregadas ou diaristas que me cumprimentavam com muita simpatia e que adentravam naquelas grandes casas para começar seu dia de trabalho. A minha vontade de parar o passeio e conversar com elas sobre o que faziam ali, como era o trabalho, como e o porquê de terem entrado no trabalho doméstico era enorme.

Percebendo essa discrepância entre a simplicidade das mulheres que adentravam nas luxuosas casas me fez supor que no âmbito do trabalho doméstico há uma enorme desigualdade de renda e de empregabilidade entre aqueles/as que oferecem a vaga de emprego e aqueles/as que ocupam as vagas (Pinheiro; Tokarski; Vasconcelos, 2020). E é nessa desigualdade que se consolida as maiores vulnerabilidades. É importante ressaltar que o Brasil, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é o país que abriga o maior contingente de trabalhadoras domésticas no mundo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE, o trabalho doméstico no Brasil, no final de 2022, contava com mais de mais de 5,8 milhões de trabalhadores sendo que 91,4%[2] desse total são mulheres e em sua maioria negras – cerca de 67,3%. Além do número considerável de trabalhadoras domésticas em situação de informalidade, atingindo cerca de 75% da categoria. O que reflete diretamente na precariedade e seguridade do trabalho e sobretudo no rendimento dessas trabalhadoras que, segundo a PNAD a média salarial nacional é uma média de R$ 1.039,00 (aqui abarcando as duas modalidades com e sem carteira). E a diferença de rendimento entre as trabalhadoras informais e as formais chegou a 16%. Diante desses dados, soma-se um abismo maior para as trabalhadoras negras, que ganharam cerca de 15% a menos do que as trabalhadoras brancas.

Sendo assim, ao reunir interseccionalmente gênero, raça/cor e classe é possível perceber, em certo sentido, a relação do presente com o período no qual o Brasil vivenciou a escravidão. Alexandre Barbosa Fraga (2016) argumenta que a presença massiva de mulheres negras no trabalho doméstico remunerado não pode ser vista simplesmente como uma herança direta da escravidão, visto que essa realidade também se manifesta em diversos países que não vivenciaram o horror da escravidão. No entanto, o passado escravista deixou marcas na conformação do serviço doméstico livre. Portanto, mesmo após a abolição da escravidão, certas características desse regime, especialmente no que se refere ao trabalho da escrava doméstica, continuaram a influenciar o cotidiano das criadas livres e, mais tarde, deixaram vestígios na vida das empregadas domésticas:

> trabalho excessivo e não delimitação da carga horária, ambiguidade das relações afetivas/familiares e trabalhistas/assimétricas, necessidade de proteção e obediência, residência no local de trabalho, presença nos imóveis da dependência de empregada, existência de trabalho infantil, casos de violência e assédio sexual e baixa proteção trabalhista (Fraga, 2016, p. 28)

[2] Diante dessa porcentagem quase majoritária de mulheres no trabalho doméstico remunerado essa pesquisa irá restringir-se as trabalhadoras domésticas.

Em outras palavras, da escrava à criada livre e da criada livre à empregada doméstica, ocorreram rupturas significativas, mas também persistiram algumas continuidades. Esses resíduos, embora cada vez mais fracos, ainda são perceptíveis, contribuindo para a desvalorização do trabalho doméstico (Fraga, 2016). Talvez devido a essa configuração específica da ocupação, exercida majoritariamente por mulheres negras e pobres e ligada, em sua origem, ao trabalho escravo, tenha havido uma ausência de regulamentação, que será debatida mais adiante no texto.

Além da residualidade de um passado escravo, o trabalho doméstico, em contextos de elevado desemprego e de precariedade do mercado de trabalho, sempre aparece como uma alternativa para mulheres, especialmente aquelas com níveis mais baixos de escolaridade. No final de 2022, 38,2% das trabalhadoras domésticas tinham o fundamental incompleto, um pesar a pesquisa não traçar nível de escolaridade versus idade, cor e forma de inserção no trabalho. Outra questão que demonstra os impactos da crise e de uma nova reestruturação no trabalho doméstico remunerado diz respeito à faixa etária dessas trabalhadoras, a maioria tem entre 30 e 59 anos, sendo a idade média de 44 anos. Seguindo a especificação etária dessas ocupações um dado chama bastante atenção: o aumento da presença de mulheres mais velhas nesses postos de trabalho. De 2013 para 2022, houve um aumento de 8% entre mulheres de 45 a 59 anos, representando 44% do total de trabalhadoras domésticas. E mulheres com 60 anos ou mais tiveram um aumento de quase 4% atingindo cerca de 9% do total. No outro extremo, é importante destacar que a porcentagem das trabalhadoras mais jovens se reduziu de maneira muito mais intensa para as trabalhadoras domésticas, do que se pode verificar para o mercado de trabalho feminino de forma geral. Assim, se a força de trabalho feminina tem envelhecido, esse processo tem sido ainda mais intenso no emprego doméstico. Um dos fatores que contribuiu de forma importante para o envelhecimento dessa categoria foi a ampliação do acesso à escolaridade. As políticas públicas afirmativas que facilitaram a inserção nas Universidades é uma hipótese plausível para a diminuição do contingente jovem no mercado do trabalho doméstico remunerado. Um exemplo dessa ação é a participação das mulheres jovens negras no campo universitário. Elas são o grupo que mais se beneficiaram da reserva de vagas em universidades públicas. Segundo dados da PNAD[3] (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) mostrou que em 2019, 27% dos estudantes

[3] Disponível em: https://encurtador.com.br/bzFIs. Acesso em: 01/10/2024.

do ensino superior público eram mulheres negras. A oportunidade de ingressar em um curso superior abriu portas que antes eram fechadas a essas mulheres.

Partindo do meu interesse pessoal já descrito acima e dos dados apresentados que mostram o aumento considerável de mulheres mais velhas no segmento do trabalho doméstico é que debruço meu interesse nessa pesquisa no qual evidencio o ingresso ou permanência de mulheres acima de 50 anos no cotidiano laboral de diaristas na cidade de Toledo – Paraná, percebendo através de suas experiências como elas dão sentido aos seus trabalhos. Pretendo também perceber como elas concebem a diferença entre estar ou adentrar no mercado de trabalho desta ou daquela forma, ou seja, de estar trabalhando formal ou informalmente. E por fim, busco investigar quais as perspectivas dessas trabalhadoras quanto a sua atividade laboral versus a velhice e as suas expectativas para a aposentadoria.

A delimitação etária feita nessa pesquisa é com mulheres acima de 50 anos, mesmo que em termos de velhice a Nações Unidas considere idosas as mulheres acima de 60 anos. A dificuldade em convencer mulheres com mais de 60 anos a serem entrevistadas foi um grande motivo para tal delimitação. Elas me diziam que não tinham nada de interessante sobre a vida delas para me contar. Quando na verdade a história de vida dessas mulheres são de extrema relevância e podem abrir caminhos no entendimento da realidade das mulheres trabalhadoras e percepções acerca do trabalho reprodutivo que as pressionaram e limitaram em suas escolhas de vida e até os dias de hoje.

Além disso, para essa pesquisa, a categoria velhice não se caracteriza como o último período da vida, até porque essas mulheres são ativas e tem sonhos ainda a perseguir. Portanto, a velhice também será caracterizada como uma projeção de futuro, de como elas, se veem experienciando a velhice. A partir das minhas análises ao longo da pesquisa, ouso dizer que, possivelmente as entrevistadas não correspondem às categorias de idade cronológica dos censos demográficos, nem à representação da velhice feita nos documentos formais das políticas públicas que dispõe sobre o que é ser velha/o e o que é velhice. E tratar de mulheres velhas de forma interseccional é pensar que essas mulheres ao longo da vida vivenciaram pressões e tiveram limites que moldaram sua trajetória, “ao longo da vida, até a velhice. Uma velhice que chegava depressa, pois o trabalho incessante maltrata o corpo” (Motta, 2012, p. 86). As entrevistadas são mulheres que trabalharam desde a juventude até a velhice e continuam em seus serviços na rua ou para a rua, duplicando o trabalho doméstico para atender à sua própria família e habitualmente dividindo-o com as suas filhas, mesmo quando meninas (Motta, 2012).

Nessa pesquisa uso o termo velhas ao invés de idosas. Como ensina bell hooks (2008) em muitos dos seus escritos, é necessário a reapropriação de termos depreciativos para desafiar normas sociais. Entendo o uso da palavra “velhas” como político, porque busca desafiar e reapropriar um termo historicamente carregado de conotações negativas e preconceituosas. Tradicionalmente, "velha" tem sido usado de maneira pejorativa para descrever mulheres mais velhas, muitas vezes associando-as a estereótipos de inutilidade, fraqueza ou irrelevância. Essa reapropriação é um ato político porque questiona e subverte normas sociais e culturais que desvalorizam a velhice.

A questão envelhecer está para além de uma opção individual. Não se envelhece do dia para a noite ou quando se completam 60 anos, tal qual a Nações Unidas descreve as pessoas mais velhas. Os documentos advindos das organizações mundiais sobre envelhecimento, como o *Envelhecimento Saudável – Uma Política de Saúde* elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS),[4] formata a velhice e os velhos/as em uma condição única e cria terminologias para nomear esses sujeitos/as de idade avançada. A velhice, frequentemente entendida como etapa de debilidade física, fase final da vida, vai ser dada a ler como momento de aproveitar a vida para fazer o que antes o trabalho ou outras atividades, especialmente ligadas a família, impediam que fosse realizado. Os discursos que constroem esse sujeito/a envelhecido/a agora chamado/a de idoso/a são associados a arte do bem-viver, como aponta Ana Maria Marques (2004). No entanto, o envelhecimento não ocorre da mesma forma para homens e mulheres, trabalhadoras/res urbanos e do campo, pessoas brancas e negras. Para além de ser um fenómeno populacional, o envelhecimento é uma experiência individual.

Para além de ir contra um discurso hegemônico, escolhi utilizar velhas, porque em minha relação com as pessoas de longa vivência, desde a minha infância, construí um sentimento de intensa simpatia e respeito. A imagem que o termo velho/a sugere é a força e bondade de minha avó materna, as senhorinhas simpáticas da terceira idade que frequentavam a casa de minha sogra ou da irreverência do meu avô paterno regada a um golinho de álcool. Esta relação tão próxima a estes/as sujeitos/as durante minha vida me fez ressignificar o termo velho/a, que não tem conota de mesmo sentido quando me refiro

[4] Para maiores informações consultar o documento **Envelhecimento Saudável – Uma Política de Saúde** elaborado pela Unidade de Envelhecimento e Curso de Vida da Organização Mundial de Saúde (OMS) como contribuição para a Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre Envelhecimento realizada em abril de 2002, em Madri, Espanha (OPAS, 2005). Disponível em: https://encurtador.com.br/QuRiy. Acesso em: 01/10/2024.

a um sapato furado e com a sola gasta. Portanto, velha é, para mim um termo desprovido de preconceitos e pelo qual designarei as pessoas de quem eu trato em meu trabalho.

As entrevistas se realizaram a partir de uma entrevistada no qual eu já possuía conhecimento e amizade, que aceitou, depois de muita conversa, narrar sua vida para mim. As seguintes foram indicações de amigos/as. No meio do caminho houve muitas negativas e cancelamentos de entrevistas, o que causou um certa preocupação com o número de narrativas a serem analisadas, sendo no total foram quatro entrevistadas.

Para manter o anonimato de nossas entrevistadas na pesquisa, escolhi dar-lhes o nome de flores, no qual cada uma escolheria sua flor de preferência. A escolha pelo objeto de identificação se deu pela possível afinidade das mulheres mais velhas com as flores, queria que elas se sentissem confortáveis com a representação. Quando lhes contava sobre esse detalhe e pedia para elas fazerem suas escolhas, senti que foi fácil e que houve identificação. Mesmo que a flor Orquídea foi a escolha de todas num primeiro momento, o que nos causou surpresa. Mas depois, as entrevistadas buscavam em seu íntimo uma flor entre as que mais lhes agradavam, que poderia lhes representar fielmente.

A primeira entrevistada foi Orquídea, auxiliar de serviços gerais na prefeitura de Toledo e diarista no contraturno do trabalho principal. Orquídea tem 60 anos e a entrevista foi realizada em seu apartamento com uma mesa farta e um café quentinho para regar a conversa que teve muitos momentos emotivos e de lembranças ora felizes ora dolorosas.

Depois de alguns dias entrevistei Rosa, auxiliar geral da limpeza em uma indústria farmacêutica em Toledo. Rosa tem 40 anos e já não trabalha mais como doméstica em residências. Mas a sua constituição, ainda muito jovem, como uma mulher, trabalhadora se deu pelo trabalho doméstico. Rosa também está fora da delimitação etária dessa pesquisa, mas a espontaneidade e disponibilidade no aceite do convite fez com que eu fosse a entrevistar e usar sua narrativa nas análises da minha pesquisa. E entendendo que a velhice não é algo datado e marcado cronologicamente, resolvi utilizar a entrevista de Rosa em minhas análises.

Margarida foi minha terceira entrevistada, com 58 anos trabalha como diarista em residências na cidade de Toledo. Nossa conversa aconteceu em sua casa e foi muito calma, assim como a entrevistada. Nascida no Rio de Janeiro, veio com a família para Toledo após aposentadoria do marido, ex militar. Chegando aqui tentou vender pizzas, perfumes e roupas, mas sem sucesso foi buscar trabalho no ramo do trabalho doméstico.

Depois da negativa de algumas mulheres, consegui entrevistar Rosa do deserto que mostrou muito solicita e simpática ao convite. A entrevistada trabalha seis horas como

auxiliar de limpeza num Posto de saúde e em alguns dias da semana, inclusive no sábado que é sua folga, Rosa do deserto faz diárias. A mulher de voz estridente e de 50 anos me recebeu em sua casa numa quinta-feira à tarde. Estava de licença médica, pois havia sofrido um acidente de trânsito enquanto voltava do trabalho.

Na conversa que tive com as entrevistadas foi possível verificar que elas vivenciaram o trabalho doméstico remunerado desde muito jovens e persistem nele até os dias de hoje. A realidade do trabalho doméstico tem apresentado mudanças, embora algumas práticas se mantenham com uma consistente permanência. Diante dos dados apresentados no início desta seção, podemos destacar duas características marcantes do trabalho doméstico remunerado: trata-se de atividade altamente feminilizada e fruto de um entrecruzamento de desigualdades. No Brasil, nas últimas décadas, o índice de mulheres presentes na categoria trabalhadores domésticos não baixou de 93%. O que chama a atenção é o fato do uso do termo masculino "trabalhadores domésticos" para designar uma categoria profissional composta majoritariamente por mulheres, o que revela como o gênero feminino é invisibilizado em uma área historicamente marcada pelo trabalho de mulheres, especialmente mulheres negras. Essa nomeação, que prioriza o masculino, reflete uma persistente desigualdade linguística e simbólica, ignorando as particularidades de gênero que permeiam o trabalho doméstico. A linguagem não é neutra, ela molda e reforça concepções sociais. Ao utilizar o masculino para descrever uma categoria tão predominantemente feminina, perpetua-se a invisibilidade das trabalhadoras, desconsiderando suas especificidades e desafios no mercado de trabalho. A feminilização do trabalho doméstico não representa apenas elevados índices percentuais de participação feminina no mercado de trabalho. Conforme afirma Brites, elementos simbólicos atribuídos ao feminino encontram-se atrelados:

> Feminização não se refere apenas a sobrerrepresentação quantitativa das mulheres em um setor de trabalho, mas à qualidade ligada a essa forma específica de trabalho... A qualidade do trabalho doméstico é historicamente determinada pela correlação desse trabalho com a capacidade reprodutiva das mulheres... A feminização chama a atenção para a persistência de naturalização e subsequente desvalorização em alguns setores de trabalho em que as mulheres não só estão sobrerrepresentadas, mas também naqueles historicamente associados às mulheres e culturalmente tidos como parte da "natureza feminina". (Gutiérrez-Rodríguez, 2010b, p. 6, *apud* Brites, 2013, p. 429).

A feminização da força do trabalho doméstico remunerado persiste na desigualdade de gênero, marcada por conflitos que constituem uma sociedade na qual as

mulheres são tratadas como detentoras do dom das atividades reprodutivas. [5] Vogel (2022) afirma que a desigualdade de gênero, especialmente para mulheres, está profundamente conectada à sua posição na estrutura de reprodução social capitalista, enquanto outros grupos enfrentam desigualdades distintas, seja de natureza histórica ou social. Para analisarmos a autobiografia dessas mulheres é necessário entendê-las a partir das relações de gênero. Sendo gênero um elemento constitutivo das relações sociais construídas com base nas diferenças percebidas entre os sexos. É uma construção social, que fundamentalmente dá significado as relações de poder onde essas diferenças percebidas se configuram como desigualdades (Scott, 1995). Alinhado a esse pensamento, Vera Soares afirma que:

> O termo gênero se refere à construção social da identidade sexual, uma construção que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo; enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um maior status que a construção social do ser mulher (Soares, 2004, p. 113)

Assim sendo, gênero é um termo relacional de suma importância para o entendimento da realidade e condição das mulheres e mudanças estruturais da sociedade. As ações com o enfoque de gênero, em geral, reforçam também as vozes das mulheres e a organização dos movimentos feministas para transformar a realidade.

De acordo com Joana Maria Pedro (2005), o conceito de gênero é construído e reatualizado pela epistemologia feminista e movimentos sociais que questionaram as narrativas históricas tradicionais, propondo uma reavaliação das fontes e dos métodos utilizados na pesquisa histórica, enfatizando a importância de incluir as experiências e perspectivas das mulheres. A categoria de gênero permite uma análise mais complexa e crítica das experiências históricas, ao invés de simplesmente adicionar as mulheres à narrativa histórica tradicional.

Na década de 1990, as teóricas feministas ocidentais como Margareth Rago (1998) indicaram que o sujeito deveria deixar de ser tomado com ponto de partida, e ser considerado dinamicamente como efeito de determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e éticas.

---

[5] Como define Silvia Federici (2019) atividades reprodutivas refere-se ao conjunto de atividades relacionadas à reprodução biológica, ao cuidado e à manutenção da vida e do bem-estar das pessoas, especialmente dentro do contexto familiar. Esse conceito será debatido no capítulo 1.

> Portanto, em se considerando os ‘estudos da mulher’, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes (Rago, 1998, p. 4).

O que Rago (1998) afirma é que a categoria de gênero encontrou nesse campo epistemológico ocidental um terreno fértil para ser cultivada, já que desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais. Como resultado de seus esforços, o gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções.

No entanto, há algum tempo, também surgiram críticas há esse modelo epistemológico ocidental, por parte das feministas do movimento negro. Entre elas, destaco a socióloga Patrícia Hill Collins (2019), que vê o gênero não apenas como uma categoria de diferenciação entre homens e mulheres, mas como um sistema complexo de poder que interage com outras formas de opressão, como raça, classe, etnia e sexualidade. A autora desenvolveu o conceito de "matriz de dominação", que é um quadro para entender como diferentes formas de opressão interagem. Na matriz de dominação, o gênero é apenas um dos muitos eixos de poder que se cruzam para formar a experiência de uma pessoa. Por exemplo, a experiência de uma mulher negra de classe trabalhadora é diferente da experiência de uma mulher branca de classe alta devido à interseção de raça, classe e gênero (Collins, 2019). Nesse sentido, a autora critica o feminismo tradicional, especialmente o feminismo branco de classe média, por muitas vezes ignorar a interseccionalidade e considerar o gênero como a única ou principal forma de opressão. Ela argumenta que, ao focar apenas no gênero sem considerar outras formas de opressão, o feminismo tradicional pode perpetuar a exclusão e a invisibilidade das experiências de mulheres racializadas e de classes mais baixas.

O entendimento de Collins sobre gênero é o de que esse é uma construção social, algo que é criado e mantido por práticas sociais e culturais, e não como algo natural ou fixo. Ela sugere que as normas de gênero são moldadas pelas estruturas de poder e são usadas para justificar e manter as desigualdades sociais. Collins (2019) reforça que o gênero é um sistema complexo e interseccional de poder que não pode ser compreendido de forma isolada. Ela enfatiza a necessidade de analisar o gênero junto com outras categorias de opressão, como raça e classe, para entender como as diferentes formas de opressão interagem e criam experiências únicas para diferentes grupos de pessoas.

Em suma, a interseccionalidade pode ser vista como uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade entre a estrutural do racismo, do capitalismo, do cisheteropatriarcado[6] e as articulações decorrentes dos diversos marcadores e opressores que atravessam os sujeitos, particularmente na pesquisa, as sujeitas entrevistadas E por serem elas, mulheres trabalhadoras com mais de 50 anos, o gênero se articulará com raça/cor e idade/geração. Para interseccionar a raça a análise retomo os conceitos relacionado ao racismo estrutural no qual nossa sociedade se alicerça. Sueli Carneiro (2011), intelectual, feminista e ativista brasileira conhecida por seu trabalho sobre questões raciais e de gênero afirma em seu livro "Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil", que o conceito de raça é uma construção social que visa justificar e perpetuar hierarquias e desigualdades entre diferentes grupos de pessoas, com base em características físicas, culturais e históricas. Em suas análises, ela ressalta que o conceito de raça não possui uma fundamentação biológica real, mas é uma invenção social que tem sido utilizada para legitimar práticas de discriminação e de opressão. A autora aponta que uma das heranças da escravidão foi o racismo científico do fim do século XIX que "dotou de suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquias entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridades naturais" (Carneiro, 2011, p. 16).

O racismo vem se reestruturando e se reinventando ao longo dos anos, no livro a autora destaca que o racismo não é apenas um fenômeno individual, mas uma estrutura que está enraizada nas instituições, nas políticas públicas e nas relações sociais. E como feminista negra Carneiro destaca a urgência da descolonização de gênero[7], ou seja, realizar uma crítica a opressão de gênero racializada, colonial e capitalista e heterossexualizada visando uma transformação vivida do social, a inclusão de sujeitos/as que antes eram subalternizados/as.

---

[6] O termo cisheteropatriarcado é uma combinação de três conceitos: cisgênero, heterossexualidade e patriarcado. A junção desses três conceitos refere-se a um sistema social e cultural que privilegia pessoas cisgênero e heterossexuais, enquanto mantém e reforça a dominação masculina. Em outras palavras, é uma estrutura que favorece homens cisgêneros e heterossexuais e, ao mesmo tempo, oprime ou marginaliza aqueles que não se encaixam nessa norma, como mulheres, pessoas LGBTQIA+, e outras identidades de gênero e orientações sexuais que desafiam as normas cisgêneras e heterossexuais (MIRANDA, 2024).

[7] A descolonização é um exercício de pensamento e ação que leve a uma compreensão de processos históricos como o colonialismo e a modernidade ocidental e seus efeitos no estabelecimento de hierarquias raciais, de classe, sexualidade, gênero e, a partir de aí promover práticas políticas coletivas frente a essas opressões. Sendo assim, a descolonização de gênero envolve a desconstrução das ideias e práticas de gênero que foram impostas por processos coloniais e que continuam a influenciar a sociedade contemporânea. Esse conceito é amplamente discutido por estudiosos e ativistas que buscam desafiar as normas de gênero que foram estabelecidas durante o colonialismo e que persistem no pós-colonialismo, afetando negativamente diversas culturas ao redor do mundo (Castilho; Zema, 2023).

O feminismo negro é uma das vertentes, muito própria, que se constituiu na crítica ao feminismo branco entendido como hegemônico, pautado em movimentos feministas buscam dar centralidade às experiências das mulheres negras. Eles possuem como fundamento compreender como as estruturas sociais racistas, sexistas e classistas incidem nas vidas das mulheres negras e das mulheres indígenas, por considerarem que mulheres negras sofrem discriminação cruzada ou interseccionada.

Assim, o feminismo negro vem desde a década de 1960 lutando para incorporar as questões de raça dentro das lutas e dos estudos feministas. A intelectual e ativista bell hooks tem papel importantíssimo - assim como Angela Davis, Patrícia Hill Collins nos EUA e Lelia Gonzales, Carla Akotirene no Brasil – em construir abordagens fundamentais para o movimento feminista, como as perspectivas próprias das mulheres negras. Trazendo pontos importantes para promover a construção coletiva de um movimento que, apesar de já existir, não inclui exatamente todas e todos os/as personagens sociais.

Desta feita, essas autoras propõem que raça e classe fiquem marcadas nas análises dos estudos feministas para além do sexo, pois assim seria possível compreender tantas realidades em suas complexidades. No caso de bell hooks, em seu livro *Teoria Feminista: da Margem ao centro* suas ideias são construídas a partir de relatos pessoais e experiências nos estudos das mulheres especificamente, nos grupos feministas que participou e nas observações de como as feministas brancas enxergavam as mulheres negras.

> Feministas que gozam de uma situação privilegiada têm se mostrado incapazes de falar para, com e por outros grupos de mulheres, ou porque não compreendem plenamente as inter-relações entre sexo, raça e opressão de classe ou porque se recusam a levar a sério tais inter-relações. As análises feministas da situação da mulher tendem a focar exclusivamente no gênero, se abstendo de fornecer um alicerce para a edificação de uma teoria feminista (hooks, 2019, p. 45).

hooks (2019) aponta uma questão singular que se apresenta quando feministas brancas de classe média e alta tratam de pautas sexistas apenas como forma de dominação patriarcal, não levando em consideração que mulheres negras e mulheres de classe baixa – ainda que brancas – apresentem outros marcadores que perpassam suas trajetórias. O que permite interpretações esvaziadas e destoantes das realidades. A ênfase é na interseccionalidade da luta feminista, que deve se voltar contra a opressão de classe, raça e sexo de modo a incluir mulheres multiétnicas, de classes altas e baixas, intelectualizadas ou fora dos círculos acadêmicos. Contudo os discursos das mulheres negras manifestados em sua radicalidade devem ser ouvidos e compreendidos como maneiras de expressar, de

viver, de experienciar e de servir como exemplos para se compreender o sexismo, o racismo e o classismo nos quais todas estamos condicionadas (hooks, 2019).

A autora afirma também que a participação dessas mulheres negras e de classe baixa não deve limitar-se ao compartilhamento de experiências. Combater a estrutura que impede o acesso à educação também é tarefa do movimento feminista negro, para que elas também produzam teorias outras, a fim de isso não seja restrito às mulheres brancas de elite, para que possam assim participar ativamente da estruturação do movimento. Para hooks:

> escolho apropriar-me do termo 'feminismo' para tocar no fato de que ser 'feminista', em qualquer sentido autêntico do termo, e que para todas as pessoas, mulheres e homens a libertação dos padrões de papeis sociais, de dominação e da opressão sexista (hooks, 2019, p. 307).

O feminismo negro tem sido fundamental para ampliar as discussões sobre igualdade de gênero, raça e classe bem como para desafiar as estruturas de poder opressivas que afetam as mulheres negras. Ele continua a ser uma parte essencial do movimento feminista global e tem inspirado muitos outros grupos de mulheres a adotar uma abordagem mais interseccional e inclusiva na luta pelos direitos das mulheres e da igualdade.

Aproveitando a discussão sobre raça/cor aprofundaremos como isso se apresenta no trabalho doméstico remunerado. A força de trabalho doméstico é recrutada entre mulheres, as quais geralmente provêm daquelas camadas mais pobres e com índices menores de escolaridade, características sobrepostas por uma forte marca de racialização. O fenômeno da racialização não é apenas uma característica residual na sobrevivência do trabalho doméstico; na verdade ele compõe a base de manutenção da lógica deste último. Segundo Angélica Kely de Abreu (2021) os marcadores dessa desigualdade são permeados pelo tripé classe, raça e gênero. A interseccionalidade desses marcadores faz do espaço doméstico um ambiente predominante de mulheres e negras. Segundo dados do DIEESE (2023) a submissão feminina ao espaço privado/doméstico marca a trajetória laboral de 3,9 milhões de mulheres negras (67% do total das pessoas ali empregadas, entre homens e mulheres). Trabalho que durante a escravidão possuía relevante importância para a vida social das escravos/as, por ser por muito tempo o único trabalho significativo para esta comunidade. Por meio desse labor, as mulheres negras alcançavam certa autonomia, pois, "a vida doméstica tinha uma imensa importância na vida social de escravas e escravos, já que lhes propiciava o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos" (Davis, 2016, p. 34). Fica

evidente que, dado esse histórico, o trabalho doméstico se tornou um espaço onde ainda prevalecem resquícios da escravidão, a informalidade, a falta de assistência e diversas formas de discriminação moral.[8]

A narrativa que compõe o trabalho doméstico remunerado é de desproteção pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e mesmo pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Prova desta desproteção é o tardio reconhecimento do trabalho doméstico como vínculo de emprego, que aconteceu apenas com a Emenda Constitucional (EC) no 72/2013, a PEC das Domésticas. A partir desta Emenda o trabalho das mulheres domésticas se igualou em termos de direitos trabalhistas às demais categorias profissionais. Com 25 anos de hiato, agora direitos mínimos como controle de jornada de oito horas diárias e 44 horas semanais, remuneração pelo serviço extraordinário, compensação de horas extras, proibição de trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de 18 anos, entre outros direitos, foram estendidos às trabalhadoras.

No entanto, com as inúmeras alterações na legislação trabalhista, a garantia de direitos mínimos àquela ocupação marcada, como vimos pelas autora, por uma herança escravocrata, divisão sexual do trabalho e desigualdade de renda é ainda desafiante. Percebe-se então uma maior dificuldade histórica de reconhecimento dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas em relação às demais categorias de trabalho. Fraga (2016) reflete que talvez pela conformação específica do serviço doméstico remunerado ser exercido, majoritariamente, por mulheres negras e pobres e estar associado, em sua raiz, ao trabalho escravo, tenha havido tanta lentidão na regulamentação da profissão, sobretudo, em contraste a outros segmentos de trabalhadores.

A dificuldade de equiparação de direitos e fim das desigualdades estruturais desse setor de trabalho esbarra no próprio local de efetivação do labor: a esfera privada. Quando se analisa o trabalho de mulheres atuantes no serviço doméstico, evidencia-se o quanto as relações com as contratantes e seus familiares pautam suas atividades laborais e as negociações cotidianas. Como se dão essas dinâmicas destoantes entre os sujeitos será aprofundado no capítulo 3. No entanto, para Jurema Brites (2007), as relações entre patroas e empregadas são marcadas pela ambiguidade afetiva. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefa e subalterna, isto é,

[8] Para saber mais sobre as dimensões conjunturais e estruturais do trabalho doméstico remunerado, sugiro o artigo de ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Revista Psicologia e Sociedade,** v. 32, n. 2, 2020.

entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência. E diante disso, os espaços domésticos não são alimentados apenas de amor, cuidado e carinho, outras características se entrelaçam nesses contextos, como as relações monetárias, as jurídicas, as desigualdades sociais, que fazem com que as afetividades construídas entre as famílias de empregadores/as e as trabalhadoras domésticas remuneradas sejam complexificadas por meio de tantas relações "contraditórias" (Brites, 2000).

Exemplos dessa dinâmica contraditória entre empregadas domésticas e contratantes são retratados também no cinema. No premiado filme *Que horas ela volta?* com roteiro e direção de Anna Muylaert, que tem como enredo o cotidiano da empregada Val, interpretada por Regina Casé que sai de Pernambuco e vai para São Paulo em busca de emprego no intuito de dar melhores condições de vida para sua filha Jéssica. Na trama Val trabalha e mora na casa dos patrões e está habituada a se manter em seu papel quase invisível dentro da casa, ela realiza todas as suas funções praticamente sem ser vista. Val dorme em um quarto pequeno, sem ventilação e sem luz natural, abarrotado com seus poucos pertences. A empregada ora é tratada com demasiado cuidado, ora com desprezo. Por parte da família para quem trabalha, Val é requisitada para tudo: servir e tirar a mesa, arrumar e limpar a casa, cuidar do jardim e, inclusive, suprir afetivamente o filho adolescente dos patrões. E é nessa relação que se dá a contrariedade pois Val, constantemente é acionada para cuidar de Fabinho, filho do casal para quem trabalha. Os pais, frequentemente ocupados com outras tarefas, atribuem à empregada a tarefa de criar o filho, que, ao crescer, não esconde sua preferência por ela em detrimento da mãe biológica. Ao mesmo tempo que Val é um ser invisível dentro da casa que sofre demasiadas opressões ela tem uma relação quase maternal com o filho dos patrões. O filme obteve excelentes críticas e é trabalhado tanto nas universidades quanto em movimentos sociais. Em síntese, é possível dizer que o filme *Que horas ela volta?* fornece elementos para pensar o Brasil, em seus aspectos de formação e de contemporaneidade, a partir das perspectivas de raça de cultura, de classe e do mundo do trabalho.

Um caso emblemático que chocou o país e que mostra as contrariedades na relação entre patroa e empregada é o caso do menino Miguel. No seu último dia de vida, Miguel Otávio Santana da Silva acompanhava sua mãe, Mirtes Renata, durante seu expediente como empregada doméstica da família de Sarí no edifício de luxo Píer Maurício de Nassau, um dos prédios do condomínio conhecido como Torres Gêmeas, no centro da capital pernambucana. Enquanto Mirtes saiu para passear com o cachorro da família para

quem trabalhava, Miguel ficou sob os cuidados de Sarí, que estava fazendo as unhas com uma manicure no apartamento. Imagens das câmeras de segurança do condomínio mostram o momento em que Miguel sai do apartamento e entra no elevador, procurando por sua mãe. Sarí, então, apertou o botão do 12º andar e deixou Miguel no elevador, que, completamente sozinho, saiu no 9º andar e caiu da grade do corredor, resultando em sua trágica morte. Essa tragédia aconteceu em 2020 no auge do coronavírus onde, Mirtes e Miguel deveriam estar em sua casa, protegidos e com o salário integral da mãe garantido. A patroa foi presa em flagrante, pagou uma fiança de R$ 20 mil por homicídio culposo, quando não há intenção de matar. No início de 2023 a sentença, que condena a ex-primeira-dama da cidade de Tamandaré, Sarí Corte Real, a 8 anos e meio de prisão foi expedida, mas ela recorre em liberdade. O processo ainda corre no Tribunal de Justiça de Pernambuco e ainda não houve justiça para o caso Miguel.

O trágico incidente envolvendo Miguel Otávio Santana da Silva revela uma série de negligências e descaso com a vida de uma criança, refletindo as profundas desigualdades sociais e raciais que ainda permeiam o Brasil. O fato de Miguel estar no local de trabalho de sua mãe, uma empregada doméstica, já expõe a vulnerabilidade das trabalhadoras desse setor, que frequentemente precisam levar seus filhos para o trabalho devido à falta de alternativas seguras e acessíveis. A decisão de Sarí de permitir que Miguel entrasse no elevador sozinho, sem supervisão, demonstra um desrespeito pela segurança e bem-estar da criança, evidenciando uma hierarquia social e racial onde a vida de um jovem negro é desvalorizada. Esse caso sublinha a urgência de se repensar as relações de trabalho doméstico e as responsabilidades dos empregadores, assim como um debate de classe e de raça, fundamental para a compreensão do que é ser pobre e negro num Brasil.

Trata-se, portanto, de um processo amplo de reprodução da desigualdade. Porém, a dimensão desse processo que nos interessa é centrada especificamente num tipo de atividade ligada à esfera doméstica: o trabalho reprodutivo. Marx define a força de trabalho como uma mercadoria especial, sendo a capacidade de trabalho que o capitalista encontra no mercado e aplica à produção de mais valia. Segundo ele essa mercadoria tem um valor determinado, como no caso de qualquer outra pelo tempo de trabalho necessário para a produção desse artigo específico, portanto,

> Embora nessa definição o valor da força de trabalho seja a soma dos valores de uso que se representam no tempo de trabalho, outra maneira de defini-lo é apontando o valor correspondente à soma dos valores de troca necessários para a sua reprodução: o salário (Oran, 2023, p. 236).

Na pesquisa trabalho foi entendido como uma atividade realizada por seres humanos que envolve o uso de habilidades, conhecimentos e energia para produzir bens ou serviços. No contexto econômico, trabalho é um fator de produção que contribui para a criação de valor, e geralmente é remunerado através de salários ou outras formas de compensação. Contudo, nenhuma dessas interpretações é capaz de explicar bens e serviços que possuem valor de uso, mas não valor de troca, como as atividades domésticas reprodutivas ou serviços estatais. Serap Saritas Oran (2023) explica que a força de trabalho não é meramente reproduzida por meio de bens e serviços produzidos nas relações capitalistas. A reprodução dessa força também requer provisões e processos não capitalistas como os serviços domésticos, ou seja, o valor da força de trabalho está associado a um padrão de vida necessário para a reprodução social de trabalhadores fora do controle direto ou da influência, das relações de reprodução (Oran, 2023). O autor enfatiza que o valor da força de trabalho está relacionado a processos mais amplos de reprodução social que determinam seu valor em relação à classe capitalista, ao Estado e a família.

Silvia Federici (2021) brilhantemente aponta que:

> o trabalho doméstico é muito mais que limpar a casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra -, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas (2021, p. 28-29).

A disponibilidade de mão de obra disciplinada é condição essencial para a produção em todos os estágios do desenvolvimento capitalista. Independente do país desenvolvido ou não, Federici afirma que a função que nós mulheres exercemos para o capital é a mesma. E nesse interim, conseguir um emprego assalariado nunca nos liberou do trabalho doméstico. Aliás, quando conseguimos um trabalho bem remunerado aprisionamos outras mulheres para exercer esse trabalho socialmente invisível. São diversas as contradições que marcam os serviços domésticos remunerados e uma delas é de ser um trabalho remunerado e de reprodução. Soratto (2006) explica que isso acontece porque os serviços domésticos remunerados ficam entre as atividades de reprodução próprias da vida privada, mas são realizados como trabalho assalariado. Desse modo, a

consequência é que a empregada doméstica é uma trabalhadora assalariada em um lugar que não é o da mercadoria e do mercado. Segundo a autora, duas lógicas se confrontam nesse espaço. Como não é lugar de mercadoria, de lucro, o trabalho não tem preço no mercado, a empregada não tem carreira, o trabalho não dá status social e o reconhecimento profissional é pouco. A desvalorização que marca a categoria decorre dessa contradição. Por mais que a atividade seja importante, e mesmo quando valorizada e reconhecida no espaço privado, esta não se realiza no espaço público onde os valores são produzidos e colocados em circulação,

> As empregadas domésticas, embora tenham um emprego e saiam de casa para trabalhar todos os dias, permanecem no espaço privado de outra pessoa e não participam do mercado como outros trabalhadores. Ser empregada doméstica significa conviver com essa contradição" (Soratto, 2006, p. 316).

É diante desse cenário contraditório que as entrevistadas vivem e constrói sentidos sobre a sua vida cotidiana e seu trabalho. O sentido do trabalho segundo Tolfo e Piccinini (2007) é compreendido como um componente da realidade social construída e reproduzida, que interage com diferentes variáveis pessoais e sociais e influencia as ações das pessoas e a natureza da sociedade num dado momento histórico. Os valores relacionados com o trabalho se estabelecem por intermédio da educação na infância e na adolescência e tem efeito durável na personalidade das pessoas, mas se modificam e se adaptam nas diferentes etapas da vida e em situações sociais distintas. As entrevistadas interagiram não só com os valores sociais que a família imbuía na sua visão de mundo, mas também com os valores e ações das pessoas no qual se relacionavam profissionalmente. Portanto, segundo as autoras, o sentido do trabalho influencia as formas de atividade laboral, a flexibilidade e a produtividade dos/as trabalhadores/as, pois afeta as crenças sobre o que é legítimo e o que se pode tolerar do trabalho. Isso pode explicar o fato de trabalhar diante da precarização de seu trabalho, feito por muitas vezes de forma informal, com longas jornadas, exercendo atividades que não competiam ao caráter do trabalho entre outras.

As mulheres entrevistadas têm experiencias de vida e uma importância para a história. Mapear e analisar suas autobiografias é de extrema importância para se produzir conhecimentos e reflexões acerca de um contingente populacional que está crescendo em ritmo acelerado no país e continuam invisíveis ao campo da história: a população idosa.[9]

[9] Segundo o Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais da Universidade Federal de Juiz de Fora a população idosa no Brasil vem crescendo em ritmo acelerado. Em termos relativos a população idosa de

Para suprir o escasso registro social de vida dessas mulheres de longa trajetória, um dos recursos possíveis é história oral, as lembranças de mulheres que são velhas hoje e recordam seu tempo de jovem, as omissões e as pressões sociais exercidas sobre as mulheres de várias idades. A história oral, como método de pesquisa, envolve narradores que compartilham suas memórias e experiências, seja sobre um determinado assunto ou sobre suas próprias vidas, com um entrevistador que registra suas respostas. Este pesquisador, então, analisa essas narrativas de forma ética e crítica, inserindo-as em um contexto histórico mais amplo. Assim "a existência da história oral depende da intervenção de um entrevistador que coleta e apresenta a versão das histórias colhidas. Nem mesmo as histórias existem puras e imutáveis em alguma esfera externa às vicissitudes da interação humana" (Patai, 2010, p. 20). A história oral como uma metodologia contribui para a atividade de análise das memórias por intermédio das entrevistas realizadas com indivíduos de um determinado grupo, envolvido com temas de interesse para a pesquisa em desenvolvimento pelo/a profissional.

Nosso interesse nessa pesquisa, como já exposto, é referente as autobiografias de trabalhadoras domésticas idosas. O tema trabalho doméstico tem sido objeto de pesquisa no Brasil, principalmente nos últimos anos. Produções acadêmicas vindas de várias áreas do conhecimento como: Ciências Sociais, História, Direito, Administração e Saúde engrossam as reflexões e discussões sobre esses sujeitos.

Ao vasculhar essas produções encontrei a dissertação na área de Sociologia de Alexandre Barbosa Fraga (2010) intitulada *De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado*, que tem como objetivo principal analisar as novas configurações do trabalho doméstico remunerado no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, traçando principalmente a diferenciação entre empregada doméstica e diarista. Para alcançar este objetivo o autor aborda de diferentes ângulos a definição e diferenciação entre empregada doméstica e diarista do ponto de vista legal, a partir da legislação, da doutrina e da jurisprudência que embasa primeiramente essa diferenciação: quais as diferenças legais entre a empregada doméstica e a diarista. Do ponto de vista dos perfis socioeconômicos, construídos estatisticamente onde os dados evidenciam a porcentagem de ocupação das duas modalidades de trabalho domésticos,

60 anos que em 1950 representava 4,9% da população total chegou a 14% em 2020 e numa projeção matemática ela atingirá o impressionante percentual de 40% em 2100. Essa população permanecerá ativa produtivamente e nesse sentido é de extrema importância refletir sobre a diferença da velhice da mulher e a do homem. Disponível em: encurtador.com.br/xDJKZ. Acessado em 10/07/2024.

renda, idade e escolaridade; e do ponto de vista das percepções das próprias trabalhadoras domésticas.

Outra pesquisa que se relaciona com o tema escolhido é o artigo de Mariane Freiesleben; Alex Pizzio, Temis Gomes Parente (2021) com o título *O trabalho das domésticas informais do Município de Porto Nacional em Palmas-TO*. Os/as autores/as utilizam como fonte de análise entrevistas de 06 trabalhadoras com o objetivo principal de perceber como essas diaristas lidam com a informalidade e a suposta liberdade de seu trabalho e de como elas se reconhecem como ser social. O requisito para escolher essas entrevistadas, segundo a pesquisa, era de que essas trabalhadoras morassem no povoado de Luzimangues, distrito da cidade vizinha de Porto Nacional e separado da capital Palmas por uma ponte. Segundo os/as pesquisadores/as as trabalhadoras diaristas realizavam um movimento nomeado de migração pendular, entre Luzimangues e Palmas, esse movimento é descrito como "movimento de deslocamento cotidiano realizado do local de residência para o local de trabalho no contexto intrarregional quando realizada dentro de um mesmo Estado" (Freiesleben; Pizzio; Parente, 2021, p.82.922). Ou seja, além de trabalharem na informalidade, essas mulheres enfrentam o desafio do deslocamento territorial, um aspecto que não é explorado em profundidade no texto. A questão da migração pendular é mencionada brevemente e só retorna nas considerações finais, onde se faz uma comparação entre duas cidades: para essas mulheres, o povoado de Luzimangues é o lugar das conquistas, do descanso e da moradia, enquanto Palmas é vista como o local de trabalho e de realização dos sonhos de consumo. Em suas narrativas orais, elas deixam claro que a construção do lar depende dessa viagem, desse trabalho e desse retorno diário (Freiesleben; Pizzio; Parente, 2021). Os/as autores/as acrescentam ainda a dificuldade enfrentada por essas mulheres, que não têm outra opção além da ocupação precarizada e informal como diaristas.

Joaze Bernardino Costa (2015) em seu artigo *Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil*, aborda o protagonismo das organizações políticas das trabalhadoras domésticas, refletindo sobre a ampliação dos direitos das empregadas domésticas. Nessa pesquisa, o autor trabalha apenas com trabalhadoras que possuem ocupação formal no trabalho doméstico. Costa buscou evidenciar a trajetória de resistência e luta dessas mulheres tanto nas antigas associações como nos sindicatos em busca de melhores condições de trabalho. O autor também trabalhou no intuito de "analisar como se configura o quadro de desigualdades de gênero, raça e classe na sociedade brasileira"

(Costa, 2015, p. 149) com base nos conceitos de colonialidade e interseccionalidade. Ao longo do texto são apresentados os resultados das entrevistas e o autor expõe que:

> em face dos processos de desigualdade, vulnerabilidade, opressão e desvantagens, as trabalhadoras domésticas elaboraram projetos decoloniais de resistência e reinvenção do mundo, a partir da articulação dos eixos de poder de classe, raça e gênero, que nomeamos de interseccionalidade emancipadora (Costa, 2015, p. 149)

O artigo de Costa soma-se de grande importância a produção acadêmica sobre o tema, pois, ele demonstra que a cada conquista constitucional da categoria o movimento político dessas trabalhadoras esteve atuante, o que reforça o papel de protagonismo dessas mulheres na construção da sua própria história e também na ressignificação como sujeitos transformadores dentro dessa estrutura social.

Sobre empregadas domésticas e envelhecimento, encontrei o artigo de Guélmer Júnior Almeida de Faria; Maria da Luz Alves Ferreira e Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (2017) intitulado *As empregadas domésticas envelhecem?* envelhecimento populacional e o lugar social da categoria "doméstica" na força de trabalho. O artigo tem como objetivo refletir sobre o envelhecimento a partir das relações de gênero e trabalho utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), de 2013. As autoras e o autor buscam entender quais os fatores do envelhecimento dessa categoria trabalhadora, contrapondo com os dados também retirados da PNAD de mesmo ano. Segundo a pesquisa, a falta de reposição geracional dessa força de trabalho, o aumento da expectativa de vida das mulheres, diminuição do trabalho doméstico infantil e o aumento da escolarização das mulheres mais jovens, são alguns dos indícios que apontam para a permanência dessas mulheres nessa função laboral (Faria; Ferreira; Paula, 2017).

Não esgotando a produção acadêmica sobre o tema, mas limitando as que mais fazem sombra a proposta dessa pesquisa, cito o artigo no campo do Direito de Manoel Veras Nascimento, *Diarista: empregado, eventual ou autônomo? O dilema permanente da Justiça do Trabalho* (2009). O advogado tenta traçar uma discussão, à luz da legislação, sobre os fundamentos das decisões da Justiça do Trabalho do não reconhecimento da relação empregatícia dessas trabalhadoras informais. Nascimento traz os conceitos que caracterizam o emprego doméstico remunerado e busca argumentar que na maioria das vezes o trabalho das diaristas[10] possui as mesmas características das

[10] Diante do exposto por Nascimento, é de suma importância saber como as diaristas dão sentido ao seu trabalho e para tanto sugiro o artigo de Coutinho, Maria Chalfin, Borges, Regina Célia, Graf, Laila Priscila,

empregadas domésticas, o que configuraria uma relação empregatícia que, no entanto, é negada judicialmente (Nascimento, 2009).

De fato, os questionamentos levantados por Nascimento quanto a falta de consenso jurídico sobre a definição e a diferenciação entre trabalhadora doméstica e diarista, são pertinentes e de suma importância para o debate sobre o trabalho doméstico remunerado. Importante ressaltar, que nessa pesquisa utilizo a definição de trabalho doméstico remunerado ou serviço doméstico remunerado "como pessoas que servem a um indivíduo ou família dentro de casa do empregador" (Melo, 1998, p. 01). Distintamente da definição de afazeres domésticos ou serviço em domicílio que é definido, segundo o IBGE, [11],a partir da função desempenhada sem remuneração pelos/as próprios/as moradores, para a própria reprodução social cotidiana das pessoas.

Diante do apanhado de produções elencadas neste "estado da arte", é importante frisar que minha pesquisa se difere em alguns aspectos que acredito ser de alguma relevância. Há uma baixa produção acadêmica sobre o envelhecimento das trabalhadoras domésticas e quase nulas sobre diaristas idosas, isso em diversas áreas de pesquisa, especialmente no campo da história. No entanto, isso difere da realidade estatística apresentada no Brasil, isso porque elas pertencem ao grupo com crescimento constante de participação no trabalho doméstico remunerado nos últimos anos, conforme os dados já apresentados nesta introdução.

A começar pela idade das entrevistadas que serão analisadas. A maioria das pesquisas aqui citadas não se propõe a fazer uma delimitação etária, salvo o artigo de Faria; Ferreira e Paula (2017), que trabalhou a questão da permanência das mulheres até idade avançada, através das análises de dados do PNAD. De fato, trabalhar com os dados socioeconômicos é de extrema importância para trazer à tona as diferentes estruturas de opressão que recaem sobre as mulheres trabalhadoras, tanto que eu também os utilizarei nesta pesquisa. Incorporar às análises estatísticas as entrevistas das trabalhadoras estudadas, permite evidenciar uma visibilidade sobre essas sujeitas que enfrentam diversas opressões. Suas experiências como trabalhadoras e como mulheres idosas, verificando os arranjos feitos e os mecanismos utilizados por elas para a própria sobrevivência e de sua família. Essa delimitação etária ajuda a aprofundar as questões

---

da Silva, Aline Suave. "Todo dia uma casa diferente": trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. **Revista Universitas Psychologica**, v. 12, n. 4.

[11] IBGE. Nota técnica sobre afazeres domésticos. Brasília, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf. Acesso em 27/03/2022.

relativas às mulheres idosas e busca contrariar os discursos hegemônicos de que a velhice é tão somente uma realidade biológica, sem levar em conta que o envelhecimento é experimentado de formas diferentes por homens e mulheres.

No campo da sociologia, a socióloga Alda Britto da Motta (2012) ao mesmo tempo que evidencia, denuncia a escassez de pesquisa e de documentação sobre velhas. A autora, em seu texto diz categoricamente que "se já é difícil encontrar história das mulheres, essas eternas prisioneiras da vida privada e do cotidiano, que dirá uma história das velhas!" (Motta, 2012, p. 84). É importante destacar que Motta escolhe o termo "velha" para se referir as mulheres do seu estudo, como forma de reelaboração do termo pejorativo em busca de constituir um lugar de visibilidade sobre a existência dessas mulheres. Inclusive ela destaca que a percepção e a experiência do envelhecimento variam significativamente de acordo com o período histórico e os diferentes segmentos da população. Além disso, essas experiências são moldadas por fatores como gênero, raça/etnia, classe social e grupos geracionais, entre outros marcadores sociais importantes. Diante disso, cito Mara Rúbia Sant'anna (2000), que argumenta que a velhice, assim como qualquer outra fase da vida, não é um fenômeno isolado, mas sim resultado de toda a trajetória do indivíduo. Além disso, considerando que o status da velhice é frequentemente imposto pela sociedade, as terminologias associadas a essa etapa da vida também podem mudar. Antes, necessariamente o homem, o sujeito possuidor de bens materiais e família era identificado como *senhor fulano de tal,* e o outro, o desvalido, que tinha como espaço social a rua e era destinado ao asilo (Sant'anna, 2000). Atualmente, há uma nova categorização: os países desenvolvidos precisam lucrar com a velhice, criar um cenário no qual a velhice deve ser vivida e consumida. Adota-se o termo terceira idade, é oferecido aos/as velhos/as todo um conjunto de serviços para o lazer, uma suposta educação continuada, receituários de bem viver e até profissionais especialistas em terceira idade. O/a sujeito/a detentor/a de renda, o/a aposentado/a, não é mais o/a velhote, agora ele/a é nomeado como idoso/a e começa a ser visto/a como sujeito/a de direitos. Motta (2012), acrescenta ainda que agora os/as referidos/as são aclamados/as pelos/as especialistas em marketing, pois são uma importante fatia do mercado consumidor.

Diante do exposto, essa pesquisa se dividirá em 03 capítulos. Sendo o primeiro a tratar do conceito de reprodução social e de como as atividades domésticas são imbricadas na identidade das nossas entrevistadas e das contradições entre trabalhar como doméstica exercendo o trabalho reprodutivo na casa de terceiros sem deixar de lado o trabalho reprodutivo não remunerado de sua casa, conferindo assim a elas uma dupla jornada de

trabalho. Como elas enxergam essa duplicidade em seu trabalho e como o trabalho da reprodução social interferiu na conciliação entre trabalho remunerado e não remunerado.

No capítulo 02 será contemplado a categoria velhice. Como tratamos de mulheres velhas se faz necessário pensar na construção da categoria velhice nos tempos atuais e se essas mulheres velhas se enxergam nessa categoria. Para tanto, percorremos as mudanças na nomenclatura e na construção do que é hoje a terceira idade percebendo que a velhice é experimentada de jeitos diferentes para homens e mulheres.

No terceiro e último capítulo será analisada as entrevistas concedidas pelas mulheres trabalhadoras, entendendo que as autobiografias são construções da reelaboração das memórias, sendo lembranças de um acontecimento no presente ou de algo vivido no passado "(...) o tempo *próprio* da lembrança é o presente: isto é, o único tempo *apropriado* para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o *próprio* (Sarlo, 2007 p. 10). Ela abrange lembranças de lições aprendidas, locais visitados ou habitados, pessoas conhecidas e amadas, bem como desafios superados. No entanto, a memória não é infalível; ela tem suas nuances. Lembrar e esquecer são duas faces da mesma moeda, e nossa memória é, portanto, seletiva. Escolhemos alguns fatos para serem lembrados e outros para ficarem guardados em algum lugar da memória. A capacidade de evocar ou esquecer essas lembranças também depende de circunstâncias que surgem ao longo da vida. E diante disso entender quais acontecimentos constrói o relato de nossas entrevistadas.

CAPÍTULO I – TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

O trabalho doméstico remunerado ou não, que o feminismo marxista cunhou de reprodução social vai para além da capacidade reprodutiva das mulheres de gerar outro ser humano. A ela é imposto o caráter de reprodução social da vida, que segundo Arruza; Bhattacharya e Fraser:

> abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças no futuro (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.73)

Atualmente entendida de três maneiras principais, a reprodução social abarca: a reprodução biológica de pessoas, como amamentação, barriga de aluguel, gravidez; a reprodução da força de trabalho, por exemplo, o trabalho não remunerado de cozinhar, de assistência e de limpeza; e indivíduos e instituições que realizam trabalho assistencial remunerado, como assistência pessoal domiciliar, camareiras, empregadas domésticas remuneradas. Segundo Carmen Teeple Hopkins (2023) essa definição teve avanços significativos ao considerar os modos pelos quais os status de raça e cidadania afetam a reprodução social paga. O autor aponta que mulheres racializada da classe trabalhadora e trabalhadoras imigrantes realizam muitos tipos de tarefas remuneradas relacionadas aos serviços domésticos.

O referencial de reprodução social mostra como o trabalho doméstico, remunerado ou não, é de extrema importância para a sobrevivência do capitalismo:

> a sociedade capitalista é composta de dois imperativos inextricavelmente entrelaçados, mas mutualmente opostos – a necessidade de o sistema se sustentar por meio de seu processo característico de obtenção de lucro contra a necessidade de os seres humanos se sustentarem por meio de processos que chamamos de produção de pessoas. “Reprodução social” diz respeito ao segundo imperativo. Abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças no futuro (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.73).

Esse trabalho é feito fora do sistema nas relações familiares feito quase que exclusivamente pelas mulheres e são mulheres por dois motivos, o primeiro é obvio que nós somos capazes de abastecer o capitalismo com novos trabalhadores, só nós mulheres

temos a capacidade de gerar vidas e segundo é que ao longo da história os trabalhos de cuidado foram marcados como femininos.

A reprodução social é fruto dos debates feministas-marxistas iniciados na década de 1980 com Lise Vogel que se esforçou para recuperar e desenvolver a teoria de Marx, de que a reprodução social se refere aos processos da reprodução da totalidade do modo de produção capitalista (tanto no público quanto no privado), Vogel buscou tentar "compreender a conexão entre as relações sociais de opressão, alienação, dominação e exploração no capitalismo (Fonseca, 2019, p. 288). O questionamento principal de Vogel foi de, como a produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho seria produzida e reproduzida em uma sociedade capitalista. A análise de Vogel se deu na "relação estrutural existente entre produção capitalista e os processos cotidianos de produção da vida, realizados, em sua maioria, através de trabalho não-remunerado" (Fonseca, 2019, p. 279). A TRS vem ganhando importância no Brasil nos últimos anos, com o esforço de intelectuais feministas marxistas que tem trabalhado tanto nas traduções de obras relacionadas ao tema quanto na elaboração de análises que inserem a abordagem TRS problemáticas ligadas à realidade da periferia do capitalismo.

Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca (2019) fez uma breve análise dos caminhos trilhados e das contribuições que auxiliaram no desenvolvimento e aprimoramento de uma proposta unitária da Teoria da Reprodução Social (TRS) que teve Vogel como precursora, mas também Martha Gimenez, Johanna Brenner com escritos a partir de 1980 e mais recentemente Susan Ferguson, David McNally e Tithi Bhattacharya. Fonseca (2019) aponta que a primeira contribuição da TRS foi trazer ao debate o princípio fundamental da força motora capital, o trabalho humano. Ao fazer isso a teoria expos a fragilidade do entendimento do que é a esfera econômica, que comumente é creditado apenas ao caráter produtivo, e ao fazer isso ela revelou algo inerente à condição humana: as pessoas precisam ser produzidas e tarefas de gestar a vida, como cuidar e manter seres humanos dispende grande parte do tempo, de recursos e trabalho que majoritariamente "foi relegada 'à família', onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como 'cuidado' em oposição a 'trabalho', realizada por 'amor' em oposição ao dinheiro" (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.75).

De acordo com Fonseca (2019) se a economia formal é o local da produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas se produzem a si mesmas fora do âmbito da economia formal a um custo muito baixo para o capital. Desse modo o que a TRS evidenciou, é que o trabalho assalariado para a produção de lucro, não existiria sem

o trabalho reprodutivo não-remunerado da produção de pessoas realizado majoritariamente pelas mulheres. E é essa perspectiva que abriu espaço para a reflexão e produção de uma segunda contribuição elencada por Fonseca (2019) onde a "dicotomia entre produção e reprodução social, sendo a primeira ligada à esfera pública/econômica e a segunda ligada à esfera privada/social/ cultural, é uma dicotomia superficial" (Fonseca, 2019, p. 289). Superficial pois, segundo a TRS, o trabalho realizado na esfera econômica (geralmente voltada ao local de trabalho) e na esfera social (o lar) deve ser teorizado de maneira integrada, o que culmina numa terceira contribuição de que, independentemente da forma como as atividades de reprodução acontecem nas diferentes sociedades capitalistas, elas estão subordinadas ao capital, ou seja, ao impulso que subordina a vida à produção do lucro (Fonseca, 2019).

Nesse sentido, a autora trouxe a contradição levantada pela TRS de que, se de um lado existe a necessidade do sistema capitalista se sustentar por meio do seu próprio processo de obtenção de lucro de outro ele se contradiz pela necessidade dos seres humanos se sustentarem por meio de processos de produção de pessoas. Essa contradição culmina no fato de que para obter mais lucros o capital tende a precarizar cada vez mais as condições de reprodução da força de trabalho (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

A Teoria da Reprodução Social (TRS) oferece uma análise crítica e profunda da interdependência entre o trabalho reprodutivo e a economia capitalista. Ao destacar a importância do trabalho doméstico, tanto remunerado quanto não remunerado, para a sustentação e reprodução do sistema capitalista, a TRS revela como as atividades de cuidado e manutenção da vida são essenciais para a sobrevivência e expansão do capitalismo. As contribuições de teóricas feministas-marxistas, como Lise Vogel e outras, enfatizam a necessidade de integrar a análise do trabalho reprodutivo com a produção econômica, desafiando a dicotomia superficial entre esfera pública e privada. Essa perspectiva evidencia a contradição intrínseca do capitalismo: enquanto o sistema busca maximizar lucros, ele precariza as condições de reprodução da força de trabalho. Assim, a TRS não apenas enriquece nossa compreensão das dinâmicas econômicas e sociais, mas também aponta para a urgência de reconhecer e valorizar o trabalho reprodutivo como fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

1.1 A percursora da TRS Lise Vogel

Lise Vogel nasceu em 1938 nos Estados Unidos em Nova York é socióloga e historiadora da arte. Foi ativista na luta por direitos civis nos EUA nos anos 60 e militante

do Women's Liberation Movement (WLM) que aconteceu nos EUA e em alguns países da Europa e na América Latina e se tratou de um movimento político de mulheres e do intelectualismo feminista surgido no final da década de 1960 e se estendeu até a década de 1980, gerando uma grande transformação (política, intelectual, cultural) em todo o mundo. O expoente do feminismo radical do WLM, baseado na filosofia contemporânea, era composto por mulheres de origens racial e culturalmente diversas que argumentavam que, para as mulheres deixarem de ser cidadãs de segunda classe nas suas respectivas sociedades, era necessária à sua liberdade económica, psicológica e social. Esses movimentos estavam relacionados ao momento de constituição de uma nova esquerda e aos desdobramentos do pós-guerra.

Vogel também participou de uma organização estudantil que nasceu na esteira da luta por direitos civis nos Estados Unidos a Student Nonviolent Coordinating Committee (SNCC) - Comitê Estudantil de Coordenação Não Violenta. Foi uma organização que protagonizou uma série de ações, campanhas e marchas contra a segregação racial nos Estados Unidos. Vogel como ativista desse movimento passou um tempo lecionando como professora voluntária no sul dos EUA em uma das iniciativas que o movimento construiu, as Freedom School que eram escolas de educação popular e libertadora afro-americanas que funcionavam numa espécie de aliança entre o movimento estudantil e o movimento negro.

Vogel foi presa algumas vezes por participar de protestos contra a guerra do Vietnã, ela fez parte de uma organização chamada Pão e Rosas que integrava a ala socialista do Movimento pela Libertação das Mulheres. Fez seu doutorado em História da arte em Harvard que concluiu em 1968 e logo depois se tornou professora universitária e depois em 1976 ela fez seu segundo doutorado na área de sociologia no qual finalizou em 1981. Dois anos depois, em 1983 ela lança sua principal obra Marxismo e Opressão das Mulheres tornando-se uma das fundadoras e precursoras da discussão sobre a teoria da reprodução social.

Já há algumas décadas, Lise Vogel (2022) identificou a noção de reprodução social como a base para uma teoria unitária da opressão de gênero e sua relação com o capitalismo, que fosse capaz de evitar as armadilhas dos dualismos, uma vez que esses nada fazem além de postergar o problema – ao invés de resolvê-lo – de se ter uma compreensão explicativa das desigualdades de gênero.

A obra de Lise Vogel Marxismo e a Opressão das Mulheres: rumo a uma teoria unitária foi a primeira obra a sistematizar a tentativa de construção de uma teoria unitária

das relações de produção capitalistas e de gênero a partir da perspectiva feminista-marxista da reprodução social. A publicação original se deu em 1983, sua reedição se deu em 2013 e em 2022, com suas urgências políticas saiu a edição brasileira traduzida pelo grupo de estudos e debates de recepção da TRS no Brasil, o Grupo de Estudos Sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). Essa tradução é fruto desse espaço composto por mais de 130 mulheres feministas marxistas de diversas partes do país que vinham buscando diálogos que permitissem explicar a realidade social em sua diversidade para transformá-la e superá-la.

Voltando a intenção de Vogel com a obra, diante do debate inconcluso sobre o trabalho doméstico que dominara a década anterior à sua publicação, a obra é guiada pela seguinte pergunta: qual seria a base material para a opressão das mulheres no capitalismo? Para respondê-la, a autora inicia sua investigação através da reconstrução do debate histórico sobre a Questão da Mulher no interior da tradição feminista-socialista e socialista clássica. Seu objetivo era entender como esta tradição teorizou sobre os fundamentos materiais que sustentam a opressão das mulheres no capitalismo e quais seriam os pontos a serem desenvolvidos no sentido de construir uma teoria unitária adequada para explicar tal relação. A autora buscava também superar o problema do dualismo utilizado pelas teóricas feministas que usavam conceitos analisando a opressão às mulheres. Estas análises separavam em duas estruturas o capitalismo do patriarcado, modo de produção e modo de reprodução social, e sistema de gênero e sistema de classes enquanto sistemas distintos e relativamente autônomos (Vogel, 2022). “Além disso, o problema não é apenas o dualismo. A teoria feminista-socialista tem focado na relação entre feminismo e socialismo e entre opressões de sexo e classe, em grande parte excluindo questões de opressão racial ou nacional (Vogel, 2022, p. 149). Em suma, apesar do debate frequente, as teóricas feministas socialistas ainda não conseguiram alcançar seu objetivo de desenvolver uma perspectiva materialista dialética unificada de libertação das mulheres.

1.1.1 Vogel em busca de uma teoria unitária

Uma teoria unitária seria essencial para oferecer uma alternativa viável às diversas relações sociais de desigualdade presentes em nossa sociedade. No entanto, ao longo da história, esse projeto foi mais teoricamente proposto do que efetivamente realizado. Em várias abordagens feministas-marxistas, muitas vezes, apenas uma visão parcial da realidade era alcançada, deixando de lado a análise das relações raciais. Isso ocorria

devido à universalização da categoria “mulher” com base na experiência das mulheres brancas nos Estados de Bem-Estar Social europeus e norte-americanos. Esses projetos falhavam em considerar as relações completas de gênero, sexualidade, raça e classe, frequentemente hierarquizando ou invisibilizando algumas dessas dimensões. Assim, acabavam por cair nas mesmas análises dualistas que eram objeto de sua crítica.

A princípio, Vogel (2022) buscava por meio de uma teoria da reprodução social, compreender as formas não-remuneradas de trabalho e explicar a base material da opressão das mulheres no capitalismo. Desafiando a tradição marxista hegemônica, ela propôs revisitar a teoria marxiana das relações de produção em O Capital, tendo como premissa central de sua investigação a produção diária e geracional da força de trabalho, categoria essencial para a teoria do valor. Em sua obra, Vogel (2022) questionou como essa mercadoria especial, responsável pela produção de mais-valia e de todas as outras mercadorias, seria produzida e reproduzida em uma sociedade capitalista. Essa indagação a levou a uma análise mais profunda da relação lógica e sistêmica entre a produção capitalista e os processos cotidianos de produção da vida, em grande parte realizados por meio do trabalho feminino – remunerado ou não – no âmbito doméstico e na esfera do cuidado (trabalho reprodutivo). Essa análise visava explicar a persistência do caráter desvalorizado desse trabalho, que engloba desde estratégias de sobrevivência individuais e coletivas da classe trabalhadora até uma série de tarefas socialmente naturalizadas, geralmente realizadas de forma privatizada no lar e não-remuneradas, como gestação, parto, lactação, cuidado de crianças, adultos, doentes e idosos, limpeza e nutrição.

Na busca pela base material da condição de opressão das mulheres sob o capitalismo, Vogel (2022) propôs o resgate das categorias centrais na arquitetura conceitual de O Capital, desafiando a tradição marxista hegemônica ao propor um balanço da abordagem socialista clássica sobre a Questão da mulher.

A construção de uma teoria unitária das relações sociais no capitalismo, portanto, continua em aberto. Voltando à tona por formulações contemporâneas que buscaram superar as limitações históricas da construção desta perspectiva, a TRS se reaproximou da noção marxiana de totalidade social, recuperando-a explicitamente em contribuições mais recentes como, por exemplo, as obras de Bhattacharya (2017) e McNally (2017).

1.1.2 A Questão da Mulher na visão do feminismo socialista

Vogel (2022) faz um movimento dialético com Marx e autoras contemporâneas do feminismo socialista europeu e estadunidense construindo uma ampla gama de

reflexões sobre a chamada Questão da Mulher e conclui que “o termo é extremamente vago e cobre uma gama de problemas importantes situados em níveis teóricos distintos” (VOGEL, 2022, p. 157). Geralmente, tem sido utilizado pelos socialistas para se referirem à questão da subordinação das mulheres em todas as sociedades históricas.

> Por vezes, essa subordinação é especificada em termos do papel diferenciado das mulheres na família ou na produção. A maioria das considerações socialistas sobre a chamada “questão da mulher” centra-se na opressão e na desigualdade das mulheres na sociedade capitalista e a luta pela igualdade de direitos. O termo também pode incluir, finalmente, relações pessoais entre os sexos e entre os membros da família e, por vezes, se estende a relações pessoais e não-trabalhistas de todo tipo. Em suma, a Questão da Mulher não é uma categoria analítica precisa, mas um nó emaranhado de vertentes díspares. (VOGEL, 2022, p. 156-157)

Em síntese, para Vogel (2022) a tradição marxista do século XIX e do início do século XX deixou um legado dúbio sobre a opressão e a libertação das mulheres, marcado por omissões e inconsistências. Esta tradição teria fornecido apenas uma orientação teórica limitada na medida em que era incapaz de confrontar as questões teóricas e empíricas de maneira sistemática e assim formular de forma coerente sobre o problema da libertação das mulheres. Referindo-se à tentativa de Engels e Bebel de teorizar ao mesmo tempo sobre a relação entre homens e mulheres no interior da família e o trabalho das mulheres na sociedade de classes, Vogel comenta:

Após uma minuciosa reconstrução da Questão da Mulher nas obras de Marx e Engels, Vogel (2022) destaca a existência de um debate teórico silencioso entre os dois autores, que partiu de um ponto de vista de um movimento socialista em desenvolvimento que foi muito bem resumido por Fonseca (2019). Esse debate seria composto por:

a) por um lado, uma perspectiva sustentada por Marx em seus escritos de maturidade, demonstrando um entendimento unitário da reprodução social ao considerar a inseparabilidade entre a reprodução dos indivíduos e a reprodução social geral. Segundo Vogel (2022), Marx via uma ligação teórica íntima entre a reprodução da classe trabalhadora e o funcionamento do modo de produção capitalista – como explicitado em seus debates em Os Grundrisse sobre o consumo individual e em suas análises sobre o valor da força de trabalho, o exército industrial de reserva e a queda tendencial da taxa de lucro em O Capital. Marx considerava a situação real das mulheres da classe trabalhadora, bem como das crianças, no contexto de sua descrição do desenvolvimento capitalista, concentrando-se no impacto da introdução da maquinaria. Para Marx, o desenvolvimento

do capitalismo tem o efeito geral de alterar continuamente a composição da força de trabalho em relação ao sexo, à idade e à sua dimensão;

b) por outro lado, uma perspectiva dualista desenvolvida por Engels, sobretudo a partir das alterações feitas aos Cadernos Etnológicos de Marx (1881-1883) na elaboração de A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (1884). Engels retomou uma visão da "questão da mulher" apresentada junto a Marx em 1846, em A Ideologia Alemã, na qual considerava dois tipos diferentes e paralelos de produção – por um lado, a produção dos meios de subsistência, considerada "social", e, por outro lado, a produção de seres humanos, considerada natural/biológica. Essa formulação dualista se transpunha para a "questão da mulher" pelo lado da produção natural de seres humanos/procriação biológica, como uma subordinação ligada às permanências das relações de dominação patriarcais (esfera extraeconômica), mas também como algo ligado à exploração capitalista (esfera econômica), sem que ambas as esferas estivessem necessariamente imbricadas em uma totalidade orgânica.

Fonseca (2019) ainda afirma que para Vogel, essa divergência correspondia a duas perspectivas inconciliáveis que se confrontavam ao longo de toda a tradição socialista e se refletiam no interior do movimento feminista-socialista de sua época. A perspectiva de Engels correspondia à teoria dos sistemas duplos, que derivava a opressão das mulheres de sua situação dentro de um sistema autônomo de divisões sexuais do trabalho e da supremacia masculina. Ao mesmo tempo, a opressão das mulheres e a divisão sexual do trabalho são vistas como vinculadas ao modo de produção dominante em uma determinada sociedade e variam de acordo com a classe. Já a perspectiva de Marx correspondia a uma teoria unitária do capitalismo, que compreendia que a opressão das mulheres possuía suas raízes na sua posição diferencial em relação aos processos de reposição geracional (Fonseca, 2019). Nesse sistema, segundo Marx, “a opressão das mulheres às mulheres decorre do seu papel na manutenção e sucessão da propriedade” (Vogel, 2022, p. 310). Vogel denominou a primeira como “teoria dualista” e esta última como “perspectiva da reprodução social” (Vogel, 2022). Tal divergência teórica, embora fundamental, teria permanecido em silêncio durante a vida de Marx e Engels, porém gerado um legado dúbio para a tradição socialista.

O fato é que duas abordagens essencialmente contraditórias ao problema da subordinação das mulheres sempre coexistiram dentro da tradição socialista, embora a sua distinção não tenha sido explicitamente reconhecida, nem as posições claramente diferenciadas entre si. Um debate não formulado entre duas alternativas tem, portanto,

assombrado os esforços de tratar as principais questões práticas e teóricas acerca da opressão e da libertação das mulheres. A origem desse debate às vem desde os trabalhos dos próprios Marx e Engels, e ele tomou forma concreta na teoria e na prática ambíguas dos movimentos socialista e comunista posteriores (Vogel, 2022). Tal controvérsia implícita tem reaparecido recentemente de forma significativa, dentro do movimento de mulheres contemporâneo.

1.1.3 A opressão das mulheres na reprodução social capitalista por Lise Vogel

Ao analisar a "relação entre trabalho necessário e excedente sob o capitalismo", Vogel (2022, p. 347) destaca que, sob o capitalismo, a exploração se dá pela apropriação da mais-valia e o trabalho excedente se manifesta como trabalho assalariado. Nesse sistema, a força de trabalho assume a forma de uma mercadoria especial, comprada e vendida no mercado, embora não seja produzida de maneira capitalista. Essa peculiaridade a torna uma fonte de valor. A autora ressalta que a contínua reprodução dos trabalhadores e sua disponibilidade como mercadoria explorável são condições essenciais para a existência do capital. Assim:

> a reprodução capitalista exige que a força de trabalho esteja disponível como uma mercadoria passível de ser comprada em quantidade e qualidade adequadas, bem como a um preço apropriado. Por mais imperfeitas que sejam, essas necessidades moldam os processos que mantêm os portadores da força de trabalho existentes, ao mesmo tempo que a força de trabalho como um todo é continuamente reconstituída de acordo com as necessidades futuras. (Vogel, 2022, p. 348).

Dessa forma, Vogel (2022) argumenta que as características da reprodução da força de trabalho e da opressão das mulheres na sociedade capitalista são intrínsecas à lógica da acumulação capitalista. Ela desenvolve essa ideia ao explicar a forma especial e específica que o trabalho necessário assume nessas sociedades, dividindo-se em dois componentes: o social e o doméstico. O trabalho social necessário, conforme conceituado por Marx, está intrinsicamente ligado ao trabalho excedente no processo de produção capitalista. Já o trabalho doméstico necessário, ou trabalho doméstico, representa a parcela do trabalho necessário realizada fora da esfera da produção capitalista, um aspecto muitas vezes ignorado por Marx. "Para que a reprodução da força de trabalho ocorra, tanto o componente doméstico como o componente social do trabalho necessário são requeridos" (Vogel, 2022, p. 349).

Nas sociedades capitalistas, portanto, a relação entre trabalho excedente e necessário tem dois aspectos: por um lado, a demarcação entre o trabalho excedente e o componente social do trabalho necessário é ocultada pelo pagamento de salários no processo de trabalho capitalista; por outro lado, o componente doméstico do trabalho necessário, realizado na esfera privada, torna-se dissociado do trabalho assalariado exercidos na esfera pública, arena na qual o trabalho excedente é realizado. Porém, Vogel (2022) destaca que à medida que a acumulação avança, a contradição entre trabalho doméstico e trabalho assalariado se aprofunda.

No capitalismo, a separação entre o trabalho assalariado e o trabalho doméstico se manifesta nas esferas pública e privada. Nessa dinâmica, o componente doméstico do trabalho necessário recai desproporcionalmente sobre as mulheres, enquanto a produção de mercadorias, representando o componente social do trabalho necessário ligado ao trabalho excedente, tende a ser predominantemente responsabilidade dos homens, através de seu envolvimento no trabalho assalariado. Essa diferenciação de gênero em relação ao trabalho excedente e aos componentes do trabalho necessário é frequentemente acompanhada por um sistema de dominação masculina, que se origina historicamente das divisões do trabalho em sociedades de classes anteriores (Vogel, 2022). A autora salienta que essas divisões, já opressivas, são reforçadas pela separação única entre o trabalho doméstico e o assalariado, gerada pelo modo de produção capitalista. “o trabalho doméstico ocorre, cada vez mais, em unidades sociais especializadas, cujo isolamento, no espaço e no tempo em relação ao trabalho assalariado é ainda mais acentuado pela supremacia masculina” (Vogel, 2022, p.352).

A aparente divisão entre as esferas pública e privada é, portanto, a fundação material da opressão das mulheres no capitalismo. Sobre essa base, toda uma superestrutura ideológica é construída e reforçada, perpetuando a supremacia masculina. O isolamento das unidades domésticas cria uma separação percebida como natural entre homens e mulheres. A vida é vista como dividida em uma série de dualidades: homem/mulher, público/privado, trabalho/família. Essa ideologia das esferas separadas, que tem suas raízes no funcionamento do modo de produção capitalista e é reforçada pelo sistema de dominação masculina, possui uma força que torna difícil superá-la, levando rapidamente à sua institucionalização (Vogel, 2022). A autora também demonstra que a necessidade do capital em aumentar a produção de mais-valia implica uma contradição entre o trabalho doméstico e o assalariado:

> Enquanto um componente do trabalho necessário, o trabalho doméstico potencialmente afeta o compromisso que os trabalhadores têm com a realização do trabalho excedente por meio da participação no trabalho assalariado. Objetivamente, portanto, o trabalho doméstico compete com o impulso de acumulação do capital. Se uma pessoa cuida da própria horta, corta a própria lenha, cozinha as próprias refeições, e caminha dez quilômetros para trabalhar, a quantidade de tempo e energia disponíveis para o trabalho assalariado é menor do que se essa pessoa comprar comida em um supermercado, morar em um apartamento com aquecimento central, comer em restaurantes e utilizar o transporte público para se deslocar para o trabalho. Da mesma forma, se alguém sustenta outra pessoa, por exemplo, uma esposa, para que ela cuide do trabalho doméstico, essa esposa estará menos disponível para participar do trabalho assalariado, ao mesmo tempo o salário daquele alguém deverá cobrir os custos dos meios de consumo dela. Na medida em que o trabalho doméstico de uma sociedade capitalista ocorre dentro de unidades domésticas privadas, a pressão da acumulação capitalista resulta em diminuir a quantidade deste trabalho em cada unidade doméstica. Ou seja, o componente doméstico do trabalho necessário é severamente reduzido. Ao mesmo tempo, mais membros da unidade doméstica podem adentrar no mercado de trabalho, aumentando a quantidade total de trabalho assalariado realizado pela unidade doméstica, um fenômeno semelhante à intensificação do trabalho de um único trabalhador (Vogel, 2022, p. 354 -355).

Em resumo, a redução do trabalho doméstico pode gerar tanto mais-valia relativa (acumulação por meio de melhorias técnicas no processo de trabalho) quanto mais-valia absoluta (acumulação por meio do aumento da jornada de trabalho sem aumento salarial). Assim, para o capital, o trabalho doméstico é simultaneamente crucial e um obstáculo à acumulação. Por um lado, é essencial para o capitalismo, pois a produção capitalista requer um suprimento contínuo de força de trabalho, e o trabalho doméstico é necessário para que essa força de trabalho esteja disponível. Por outro lado, o trabalho doméstico limita o potencial de lucro do capitalista, ao restringir a quantidade de força de trabalho explorável disponível (Vogel, 2022).

No longo prazo, a classe capitalista busca estabilizar a reprodução da força de trabalho a um baixo custo e com o mínimo de trabalho doméstico, pois a redução do trabalho doméstico pode gerar mais-valia absoluta e relativa. Por sua vez, a classe trabalhadora, seja como uma força unida ou dividida em setores competitivos, luta para garantir as melhores condições possíveis para sua própria renovação, o que pode incluir um certo nível e tipo de trabalho doméstico.

Do ponto de vista da reprodução social geral, a reprodução social abrange a classe trabalhadora como um todo, incluindo não apenas os trabalhadores ativos, mas também aqueles incapazes de trabalhar (como crianças, doentes e idosos), imigrantes, membros

do exército industrial de reserva e todos os membros da superpopulação relativa não incorporados neste último. Vogel (2022) traz Veronica Beechey (1979) para exemplificar que além de contribuírem majoritariamente para a manutenção e renovação do setor produtivo através de seu trabalho reprodutivo, a posição das mulheres em relação ao trabalho assalariado ou ao exército industrial de reserva deve ser um tópico de análise específica, pois também varia de acordo com a luta de classes e o contexto histórico de cada sociedade (Vogel, 2022, p.364).

Vogel (2022) apresentou, o conceito de reprodução da força de trabalho e a posição das mulheres na sociedade capitalista como um fenômeno econômico. A autora passa a analisar, a partir de então, de que forma a posição das mulheres nessa sociedade capitalista se articulam com o que considera um desdobramento político e ideológico fundamental do funcionamento do modo de produção capitalista, a tendência à igualdade entre todos os seres humanos: “a forma particular assumida pela igualdade na sociedade capitalista deriva, em última instância, do caráter especial das mercadorias” (Vogel, 2022 p. 367). A autora utiliza do conceito de mercadoria de Karl Marx sendo este um produto do trabalho humano que possui uma dupla característica: o valor de troca e o valor de uso. A troca de mercadorias coloca a grande diversidade de trabalho útil e concreto que as produz em pé de igualdade, de modo que estas só podem ser trocadas porque cada uma delas incorpora uma certa quantidade da mesma coisa: o trabalho humano abstrato, isto é, o valor, sendo assim “a existência de valor requer, portanto, que as diferenças entre os vários tipos de trabalho sejam desconsideradas” (Vogel, 2022, p. 368). Da mesma forma, requer que trabalhadores e capitalistas se encontrem livremente e em igualdade de condições no mercado, de modo a viabilizar uma troca de equivalentes – característica fundamental do modo de produção capitalista.

Vogel (2022) destaca que Marx dedicou um esforço considerável para demonstrar que a troca de equivalentes, baseada em "direitos iguais" de comprador e vendedor, ocorre juntamente com a exploração, característica essencial do modo de produção capitalista. A igualdade prevalece na esfera da circulação, onde a força de trabalho é comprada e vendida. Porém, na esfera da produção, onde a força de trabalho adquirida no mercado é consumida e a mais-valia é produzida, o que predomina é a desigualdade e a luta de classes, onde as forças de opressão de classe ameaçam a tendência à igualdade. No entanto, o fenômeno da igualdade e da liberdade individual não é, contudo, “uma projeção ilusória das relações sociais capitalistas, mas sim uma tendência real ligada à exploração de classes pela própria lógica da reprodução capitalista” (Vogel, 2022, p. 371)

Para Vogel (2022) a igualdade entre pessoas não é meramente um princípio político abstrato. A autora afirma que o capitalismo une a liberdade política com a restrição econômica em uma tensão que é característica da sociedade burguesa. A autora destaca ainda:

> À medida que o capitalismo se desenvolve, os processos sociais ficam cada vez mais sob o domínio do capital, acompanhados por tendências à crescente equalização do trabalho humano e, potencialmente, aumentando a igualdade entre as pessoas. Na realidade, essas tendências encontram uma variedade de obstáculos, e a história mostra que o capitalismo é, na realidade, compatível com um mercado de trabalho estratificado, bem como com arranjos políticos altamente antidemocráticos. Mesmo naquelas sociedades com uma história relativamente contínua de democracia, o fenômeno da igualdade entre pessoas passa por uma transformação significativa ao longo do tempo (Vogel, 2022 p. 371)

Desta forma, Vogel (2022) destaca que a tendência da sociedade capitalista em expandir a igualdade formal tem um resultado altamente contraditório: quanto mais direitos democráticos são estendidos a todas as pessoas, mais o caráter econômico e social opressor do capitalismo é revelado. A luta pela igualdade ameaça o domínio das relações sociais capitalistas de duas maneiras: promete reduzir as divisões dentro e entre as classes oprimidas e, ao mesmo tempo, revela que o fundamento da sociedade burguesa está na exploração de classe, não na igualdade individual.

A identificação da posição diferenciada das mulheres na reprodução social e da especificidade de sua opressão no capitalismo leva Vogel (2022) a distinguir o caráter da negação de direitos democráticos às mulheres e a outros grupos sociais. Nas palavras da autora:

> As mulheres nas sociedades capitalistas não são nem um povo oprimido com uma história distinta, nem um grupo de indivíduos com certas características. Elas são, sim, ao contrário, os 51% dos seres humanos que têm a capacidade de gerar filhos, o que, caso seja feito, pode reabastecer o estoque de força de trabalho do capital (Vogel, 2022, p. 374)

Vogel (2022) argumenta que a desigualdade de gênero, especialmente para as mulheres, é intrinsecamente ligada à sua posição na estrutura de reprodução social capitalista, enquanto outros grupos enfrentam desigualdades específicas, seja historicamente ou socialmente. A disparidade entre homens e mulheres em relação à reprodução social varia conforme a classe, já que somente certas mulheres desempenham o trabalho doméstico na sociedade capitalista. As mulheres trabalhadoras carregam uma

carga desproporcional do trabalho socialmente necessário, enquanto os homens não assumem a mesma responsabilidade pelas tarefas contínuas envolvidas na manutenção e reposição da força de trabalho. A autora também destaca que, embora apenas algumas mulheres realizem o trabalho doméstico na sociedade capitalista, especificamente as mulheres da classe trabalhadora, todas as mulheres enfrentam a falta de igualdade no sistema capitalista. Em decorrência disso, leis discriminatórias de períodos anteriores ou novos mecanismos políticos discriminatórios são aplicados a todas as mulheres, independentemente da classe social. Como resultado, as mulheres de todas as classes passam a lutar coletivamente contra a desigualdade de gênero no capitalismo. A autora afirma que "o caráter específico da opressão às mulheres nas sociedades capitalistas é estabelecido, em suma, pela particular dupla posição das mulheres em relação ao trabalho doméstico e à igualdade de direitos" (Vogel, 2022, p. 377). E aponta que em alguns países de capitalismo avançado, o crescimento das camadas médias e a adoção de um estilo de vida consumista às vezes criavam a ilusão de que as diferenças de classe eram menos significativas do que as diferenças entre homens e mulheres, tornando a busca pela igualdade com os homens o fator social mais relevante para muitas mulheres. Esse fenômeno impulsionava a união de mulheres de diferentes classes e setores em sua luta por igualdade de direitos, aumentando o potencial revolucionário dos movimentos femininos. A autora destaca que, apesar das diferentes interpretações sobre o significado da igualdade dentro do movimento de mulheres, as contradições do capitalismo tardio tornavam provável que, ao longo da luta política, essas mulheres percebessem a diferença entre a igualdade burguesa e a igualdade social real. Essa percepção poderia estabelecer uma base para o desenvolvimento de um movimento feminino com orientação socialista.

Ao analisar a opressão das mulheres em termos de trabalho doméstico e igualdade de direitos, a autora reitera a distinção entre sua tese e a das feministas socialistas de sua época. Enquanto estas últimas frequentemente viam a opressão das mulheres na sociedade capitalista como decorrente de sua dupla função como trabalhadoras domésticas e assalariadas, Vogel (2022) considera essa abordagem economicista, pois se concentra exclusivamente em aspectos econômicos e não consegue explicar a opressão das mulheres que não pertencem à classe trabalhadora, nem o potencial para a construção de organizações progressistas de mulheres que ultrapassem as divisões de classe, raça e nacionalidade que se unem em um único movimento de mulheres. Nas palavras da autora:

> Apesar do compromisso do movimento feminista-socialista com a libertação de todas as mulheres, com a autonomia organizacional e com

> a importância da experiência subjetiva, ele paradoxalmente abraçou uma visão da opressão às mulheres bastante semelhante ao economicismo de grande parte da tradição socialista. Em contraste, o argumento de que a opressão às mulheres está enraizada em sua dupla posição, com respeito ao trabalho doméstico e à igualdade de direitos, provê um quadro teórico tanto para compreender a posição das mulheres no trabalho assalariado quanto para analisar como um movimento de libertação das mulheres amplo pode representar um componente fundamental na luta pelo socialismo (Vogel, 2022, p. 379-380).

Por fim, Vogel (2022) percebe que a dupla dinâmica da opressão das mulheres no capitalismo também imprime uma característica específica sobre o caráter da família neste modo de produção. Uma vez que, historicamente, o trabalho doméstico tem sido realizado principalmente por mulheres, em um contexto de supremacia masculina, a família da classe trabalhadora torna-se um repositório altamente institucionalizado da opressão das mulheres. Vogel (2022) assinala que:

> Nesse ambiente de tensão crônica nas unidades domésticas familiares privadas, a opressão às mulheres pode parecer apenas uma opressão exercida pelos homens, enraizada em uma divisão sexual do trabalho trans-historicamente antagônica e encarnada na família. No entanto, é a responsabilidade pelo trabalho doméstico necessário à reprodução social capitalista - e não a divisão sexual do trabalho ou a família *em si* - que sustenta materialmente a perpetuação da opressão e desigualdade das mulheres na sociedade capitalista (Vogel, 2022, p. 381, grifos da autora).

A autora ressalta, no entanto, que essa percepção é resultado apenas de sua análise teórica sobre a base material da família na classe trabalhadora; ou seja, o caráter da família pode variar conforme os desenvolvimentos históricos específicos de uma determinada sociedade capitalista. Além disso, a experiência familiar na classe trabalhadora reflete um papel contraditório do trabalho doméstico e da reprodução da força de trabalho na reprodução social capitalista: por um lado, a vida familiar na sociedade capitalista é frequentemente marcada pela supremacia masculina e pela opressão das mulheres, o que gera tensões e conflitos que podem fragmentar ainda mais uma classe trabalhadora já dividida; por outro lado, as famílias constituem importantes instituições de apoio dentro das comunidades da classe trabalhadora, e podem fornecer "uma base para a oposição às tentativas da classe capitalista de impor ou estender sua dominação econômica, política ou ideológica" (Vogel, 2022, p. 382).

Assim, para Vogel (2022), na sociedade burguesa, a família não é nem totalmente um pilar de defesa e solidariedade para a classe trabalhadora, nem necessariamente uma

instituição tão tomada pela dominação masculina que deva ser abolida. Em vez disso, as famílias da classe trabalhadora geralmente incorporam elementos de apoio e conflito, unidos em uma combinação dinâmica.

A autora conclui sua análise destacando a particularidade da opressão das mulheres nas sociedades capitalistas, que é moldada pela sua posição específica em relação ao trabalho doméstico reprodutivo e à igualdade de direitos. Em uma sociedade regida pelo capitalismo, persiste uma oposição marcante entre o trabalho assalariado e o trabalho doméstico, com este último frequentemente relegado à esfera feminina. Embora a luta pela igualdade de direitos possa atenuar as diferenças de gênero na reprodução social, a responsabilidade desproporcional das mulheres pela geração e cuidado dos filhos contribui para a perpetuação de um sistema de supremacia masculina. Esse desequilíbrio cria uma base material para a continuidade da opressão das mulheres, evidenciando que a igualdade de direitos sozinha não é suficiente para superar as desigualdades estruturais que sustentam o sistema capitalista patriarcal.

De acordo com Vogel (2022), apesar das numerosas mudanças no caráter do trabalho doméstico e na igualdade de direitos ocorridas durante a era da dominação, a opressão das mulheres continua a ser uma constante inalterada na sociedade capitalista. Para a autora, “enquanto o capitalismo sobreviver, o trabalho doméstico será necessário para sua reprodução, desproporcionalmente realizado pelas mulheres e, muito provavelmente, acompanhado por um sistema de supremacia masculina” (Vogel, 2022, p. 380). Para a autora, a solução para o fim da opressão das mulheres envolve o fortalecimento da luta feminista, a redução gradual da carga desproporcional do trabalho doméstico imposto às mulheres e a ampliação da democracia como caminho para uma transição socialista.

1.1.4 Críticas à Teoria da Reprodução Social de Lise Vogel

A obra de Lise Vogel (2022) publicada pela primeira vez em 1983, surgiu em um momento de profunda desorganização do movimento feminista-socialista que havia moldado os próprios termos de referência do livro. Fragilizado pelos impactos do neoliberalismo na esfera política e da teoria pós-moderna no campo intelectual, e profundamente desorientado pelo enfraquecimento dos movimentos socialista, da classe trabalhadora e feminista, o feminismo socialista europeu e estadunidense se viram em uma posição precária, à margem da vida intelectual e política (Ferguson; Mcnally, 2022). Diante desse contexto *Marxismo e a Opressão das Mulheres: rumo a uma teoria unitária*

foi praticamente ignorado nos círculos feministas e marxistas: “a única resposta acadêmica significante foi escrita por Johanna Brenner” (Ferguson; Mcnally, 2022, p.79). No entanto, foram feitas críticas importantes à proposta teórica da reprodução social, sistematizada por Vogel. Estas críticas abrangem desde a conceitualização da reprodução social no âmbito do trabalho necessário, conforme definido por Marx em "O Capital", até a escolha metodológica de recuperar Althusser e reivindicar um nível mais elevado de abstração em sua análise (Fonseca, 2019). As críticas também destacavam a problemática do sujeito revolucionário e da unidade entre teoria e prática, além da crítica metodológica e antirracista que ressalta a indiferença de Vogel – assim como a maioria das feministas-marxistas de sua época – em relação aos processos de racialização e colonização e em perceber como estes impactam a teorização sobre a opressão das mulheres.

1.2 A Teoria da Reprodução Social na Contemporaneidade – Tithi Bhattacharya

Os recentes desenvolvimentos da teoria da reprodução social têm se concentrado em enfrentar os desafios da construção de uma abordagem unitária que integre as relações de produção e as relações de opressão no capitalismo. Nesse sentido, vários autores têm expandido a investigação iniciada por Vogel (2022) para incorporar não apenas a questão da opressão das mulheres, mas também questões relacionadas a raça, gênero, sexualidade, cidadania, entre outras. Isso tem gerado diálogos interessantes com outros campos do pensamento, como as teorias pós-coloniais, a teoria da interseccionalidade e a teoria Queer. Desde o início do século XXI, uma ampla gama de autores e autoras tem contribuído para o desenvolvimento da proposta de Vogel. (2022), neste trabalho optei em expor as contribuições contemporâneas da Teoria da Reprodução Social no volume organizado por Tithi Bhattacharya: *Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão,* publicado originalmente em 2017, traduzido e publicado no Brasil pela editora Elefante em 2023. O livro reúne os escritos de dez autores, e foca em abordar o problema da construção de uma teoria unitária que considere as múltiplas relações de opressão à luz da conjuntura neoliberal, sobretudo pós-crise de 2007-2008, representando um grande esforço neste sentido. Tithi Bhattacharya é professora associada de História e diretora de estudos globais na Purdue University. Ela é especialista em História Moderna do Sul da Ásia e ativista de longa data pela justiça Palestina. Ela escreve

extensivamente sobre a teoria marxista, gênero e a política da islamofobia, além de aprofundar sua escrita na teoria da reprodução social.

1.2.1 Centralizar a opressão feminina

A abordagem contemporânea da TRS tem como ideia fundamental, que o trabalho humano está no centro da criação ou reprodução da sociedade como um todo. Bhattacharya (2023) aponta que em sua obra a noção de trabalho é concebida no sentido original concebido por Karl Marx, ou seja, sendo "a primeira premissa de toda a história humana" (Bhattacharya, 2023, p. 18). A TRS recupera o objetivo inicial de tornar visível o trabalho que é analiticamente deixado de lado pelos economistas clássicos e politicamente negado pelos formuladores de políticas públicas. O trabalho é entendido em sua totalidade e complexidade humanas, indo além do trabalho produtivo. Ele engloba também o trabalho reprodutivo, sendo conceituado e integrado em um conjunto mais amplo e total das relações de trabalho. A partir dessa premissa fundamental, é possível considerar os processos que envolvem o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo não como instâncias separadas e sem conexão, mas sim como partes de um mesmo processo que mantém a sociedade e as relações cotidianas, tanto individuais quanto coletivas, dentro do capitalismo. Como aponta a autora "os teóricos da reprodução social compreendem a relação entre o trabalho que produz mercadorias e o que produz pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo" (Bhattacharya, 2023, p. 19).

Bhattacharya (2023) afirma que a teoria deu continuidade ao entendimento tradicional do marxismo e do capitalismo de duas maneiras transformadoras. A primeira propõe uma leitura mais específica, da economia. Marx ressalta o papel central desempenhado pela força de trabalho, sendo esta a responsável por acionar o processo de produção capitalista. Ele também aponta como, a mercadoria única da força de trabalho é singular, isto é, não se produz de forma capitalista (Bhattacharya, 2023). A autora aponta que as implicações dessa visão são subdesenvolvidas em Marx. No entanto, os teóricos da reprodução social tomam como ponto de partida esses silêncios no marxismo e mostram:

> como a produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado (...) se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem essas coisas são elas próprias produzidas foras do âmbito da economia formal, em uma entidade baseada em relações de parentesco chamada família (Bhattacharya, 2023, p. 19)

O segundo ponto dessa nova guinada da TRS diz respeito às questões de opressão (gênero, raça, classe, sexualidade) de forma não funcionalista, já que a opressão é teorizada como estruturalmente relacionada, sendo assim, moldada pela produção capitalista, não colocando as opressões às margens da análise ou como complemento de um processo econômico mais profundo e vital (Bhattacharya, 2023). Os ensaios que compõe a obra exploram questões que sobre a constituição atual da classe trabalhadora global em toda sua subjetividade, diferentes etnias, multigenerificada e com diferentes capacidades. A autora ainda aponta que os autores colaboradores da obra:

> abordam a relação entre *exploração* (em geral ligada à classe) e *opressão* (normalmente compreendida por gênero, raça etc.) e refletem se essa divisão expressa adequadamente as complicações de um *nível abstrato* de análise, em que forjamos nosso equipamento conceitual, e de um *nível concreto* de análise, ou seja, a realidade histórica em que aplicamos essas ferramentas (Bhattacharya, 2023, p. 20, grifos da autora).

É importante frisar que Bhattacharya (2023), assim como Vogel, publicam e republicam suas obras num período de fortes crises e diante desse cenário há um interesse renovado em Marx e no marxismo. Em meio ao impulso generalizado, renasceu uma atenção mais especifica para *O capital*, de Marx. E é nesse sentido que Bhattacharya (2023) aponta que embora seja um avanço, é preciso aprofundar mais sobre seu principal assunto, o capitalismo. A autora aponta que há uma literatura feminista marxista limitada, mas rica, que desenvolveu o entendimento da estrutura da reprodução social em direções muito produtivas. Ela ainda expõe que o volume mantém uma relação muito característica com a literatura sobre o tema da opressão. A obra é um avanço da teoria com o corpo de estudos de duas formas: como um diálogo entre o marxismo e o estudo de opressões especificas; e o marxismo, como corpo de pensamento, pode abordar a relação entre teoria e estudos empíricos da opressão de várias maneiras, especialmente ao considerar as contribuições de teorias críticas e interseccionais. Isso significa que a obra levanta duas propostas centrais sobre a TRS: (i) uma metodologia para explorar o trabalho e a força de trabalho no capitalismo, sendo mais adequada para oferecer um quadro farto e variado do capital como uma relação social e (ii) esta metodologia privilegia o processo (Bhattacharya, 2023).

A teoria contemporânea da reprodução social levanta uma questão complexa ao considerar que a força de trabalho é a única mercadoria produzida fora do circuito da produção de mercadorias. Isso levanta mais questões do que respostas. Se todas as

mercadorias sob o capitalismo têm uma dupla manifestação – uma vez que, como vimos, o processo de circulação simples, por meio de um ato de "necromancia", transforma o valor de uso em seu oposto – o que acontece com a força de trabalho para que ela se torne uma mercadoria (ou seja, algo que não é dotado de valor de uso) sem passar pelo mesmo processo de "necromancia" de outras mercadorias? Para Bhattacharya (2023), essa questão levanta uma problemática sobre a própria ontologia da força de trabalho: "se a totalidade do sistema capitalista é atingida por essa 'mercadoria' que não é produzida à maneira de outras, quais são os pontos de determinação e/ou contradições necessariamente constitutivos do sistema, mas que devem ser superados dentro dele?" (Bhattacharya, 2023, p. 25).

Uma abordagem possível para essa questão é a compreensão espacial que reconhece a existência de dois espaços distintos, porém interconectados: os espaços de produção de valor (locais de produção) e os espaços de reprodução da força de trabalho. Contrariamente à ideia simplista de que a força de trabalho é meramente reabastecida em casa e reproduzida de forma geracional, como argumentado por Vogel (2022), há espaços públicos de reprodução, como orfanatos e internatos, e a reposição geracional pode ocorrer por meio de escravidão ou imigração. A teoria contemporânea da reprodução social enfatiza que certos estudos, como os que investigam a relação entre o capital e a infância, ou sobre aposentadorias, mostram a natureza ilusória das separações espaciais entre produção (espaço público) e reprodução (esfera privada). Embora os espaços de produção de valor e de reprodução da força de trabalho possam estar fisicamente separados, eles estão unidos teórica e operacionalmente, representando formas particulares e históricas de manifestação do capitalismo. Portanto, o trabalho realizado nessas duas esferas - econômica (normalmente associada ao "local de trabalho") e social (identificada como o "lar") - deve ser concebido de forma integrada (Bhattacharya, 2023).

Ao descrever os espaços de produção e reprodução social como formas particulares e históricas de aparência, a teoria contemporânea da reprodução social reaproxima sua proposta inicial da noção marxiana de totalidade social. Todas as contribuições do volume editado por Bhattacharya (2023) refletem sobre a questão das esferas separadas enquanto formas históricas de aparência. Nas palavras da autora:

> Se, como propomos, a separação espacial entre produção (pública) e reprodução (privada) é uma forma histórica de aparência, então o trabalho realizado em ambas as esferas também deve ser teorizado de modo integrado. O exemplo marxista clássico de descrição da relação entre as duas formas de trabalho é a discussão de Marx sobre a jornada laboral. A redução da jornada (tempo de produção), para ele, é o

> primeiro passo para a humanidade desenvolver qualquer noção rudimentar de liberdade ou de próprio potencial. No terceiro volume de *O Capital*, ele argumenta que "o reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas [...]. A redução da jornada de trabalho é a condição básica". (MARX, 1991, p.958-9 [2017, p882-3]). Ele notoriamente descreve os efeitos da alienação na esfera produtiva, quando "o trabalhador só se sente [...] junto a si [quando] fora do trabalho, e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa." (MARX, 1959, p. 74 [2004, p.83]). Alguns estudiosos chegaram a afirmar que o trabalho concreto, em oposição ao trabalho abstrato, é não alienante, pois não produz lucro ou troca (HOLLOWAY, 2010a [2013]). Esse tipo de interpretação confunde a relação entre "trabalho" e "lazer", proposta pelo senso comum com a oposição marxista entre trabalho abstrato e concreto. Por exemplo, posso fazer jardinagem em meu próprio quintal durante o fim de semana (trabalho concreto) e trabalhar na Starbucks durante a semana (trabalho abstrato). A jardinagem é não alienante então? Uma leitura rigorosa de Marx pode sugerir o contrário (Bhattacharya, 2023, p. 28-29).

Para a autora, Marx propõe que a execução do trabalho concreto é influenciada ou determinada por relações sociais alienadas nas quais esse trabalho está inserido. Mesmo atividades como jardinagem, realizadas como um hobby, não são completamente livres de determinações externas; ao contrário, elas precisam se adequar às demandas temporais e objetivas de outras relações sociais (por exemplo, nos fins de semana ou nos dias de folga). Portanto, no capitalismo, onde o trabalho assalariado predomina e se estende aos espaços da vida cotidiana não remunerada, essas relações sociais alienadas exercem uma influência significativa, "o tempo da reprodução deve necessariamente responder aos impulsos estruturantes do tempo da produção" (Bhattacharya, 2023, p. 30).

Bhattacharya (2023) destaca que os impulsos estruturantes não se limitam simplesmente às esferas produtiva e reprodutiva. Embora o capitalismo imponha restrições em ambas as esferas, também é forçado a ceder algum controle sobre o tempo da reprodução. Isso se deve ao fato de que o trabalhador é considerado livre e a reprodução deve ocorrer fora do local de trabalho. A autora argumenta que Marx reconhece esse aspecto do capitalismo, mas não o desenvolve completamente em sua teoria. "O capitalismo gera, então, um conjunto de duas relações distintas, que, no entanto, são, unificadas: as que aderem à produção e à reprodução" (Bhattacharya, 2023, p. 31). Ressalta-se aqui que a descrição do método de Marx, ou seja, a prática dialética marxiana, é útil para abordar essa unidade contraditória, na medida em que permite ver o todo na parte e assim relacionar todas as relações particulares como aspectos no desdobramento completo de qualquer uma delas.

Assim, apesar de os teóricos da reprodução social não formarem uma tradição política ou teórica unificada dentro do marxismo, eles compartilham uma preocupação com um aspecto específico da reprodução do ciclo de produção capitalista: a produção e reprodução da força de trabalho, que foi subteorizada por Marx. Seu objetivo não é apenas explorar a relação entre as relações sociais estabelecidas pelo mercado e as relações sociais extramercantis; trata-se também de desenvolver a teoria do valor-trabalho de Marx em uma direção particular. A teoria da reprodução social busca entender principalmente como as categorias de opressão, como gênero, raça, capacidade etc., são coproduzidas simultaneamente à produção de mais-valia. Nesse aspecto, "procura superar as representações reducionistas ou deterministas do marxismo e, ao mesmo tempo, expor criativamente a totalidade orgânica do capitalismo como sistema" (Bhattacharya, 2023, p. 34). A TRS continua sendo a única a teorizar a relação entre o mercado e as relações externas ao mercado, em vez de simplesmente apontar para sua distinção.

1.2.2 Defendendo uma teoria da totalidade

A concepção da teoria da reprodução social enquanto aquela que busca identificar a relação entre as categorias mercadológicas e não-mercadológicas traz à luz o problema da realidade, e, portanto, da relação entre aparência e essência. Bhattacharya (2023) expõe a questão da seguinte forma:

> Por exemplo, a realidade que vejo me diz que a trabalhadora e seu chefe são fundamental e juridicamente iguais, e a diferença de seus salários ou situações de vida são consequências de escolhas pessoais. Assim, uma versão um pouco mais sombria da mesma realidade me diz que, como trabalhadores brancos no Norte Global geralmente ganham mais do que trabalhadores de cor, nunca pode haver motivos comuns de luta que os unam, pois a diferença real, material, empiricamente documentada entre eles sempre alimentará o racismo branco. O mesmo pode ser dito sobre as diferenças materiais reais entre homens e mulheres. Essas situações muito palpáveis são interessante, porque tentar desafiá-las *dentro do contexto estabelecido pelo capitalismo* - ou realidade capitalista - teria duas consequências: ou o fracasso (como nos inúmeros casos históricos em que o sexismo e / ou racismo dominam ou sufocam o movimento dos trabalhadores) ou uma estratégia política para superar essas diferenças de raça/gênero entre trabalhadores por meio de apelos morais, pedindo às pessoas que "façam a coisa certa", mesmo que não seja de seu interesse imediato fazê-lo - embora o trabalhador do sexo masculino ganhe mais do que sua contraparte feminina, ele deve entrar em benefício dela, porque é a coisa certa a se fazer, mesmo que não promova seus próprios interesses (Bhattacharya, 2023, p. 35-36, grifos da autora).

A autora ainda contrapõe essa visão trazendo Marx que argumenta que, tentar agir com base em um conhecimento empírico e factual da realidade, tal como ela é percebida, envolve um erro de categoria. Em vez disso, ele nos apresenta uma ideia mais desconcertante: a realidade que percebemos é apenas uma verdade parcial, que aparece para nós de uma forma historicamente específica. Bhattacharya (2023) afirma que *O Capital* se preocupa em demonstrar essa "diferença entre a experiência cotidiana dos fenômenos de superfície, determinada pelo modo de produção predominante, e uma análise científica que submerge nessa superfície para apreender uma essência" (Bhattacharya, 2023, p. 36). Precisamos, portanto, de "ciência" para compreender completamente os fenômenos que permanecem ocultos por trás dessa aparência do real.

Nesse sentido, a teoria contemporânea da reprodução social se aproxima da noção marxiana da totalidade social. Ela argumenta que duas conclusões importantes podem ser extraídas dessa discussão: em primeiro lugar, que a forma como a realidade se manifesta em sua totalidade racializada e generificada não é acidental nem completa; e em segundo lugar, que nossas ferramentas para compreender essa realidade não podem se basear apenas na rejeição dos fatos empíricos nem na simples agregação deles (Bhattacharya, 2023).

A autora aponta que autores contemporâneos da teoria da reprodução social enfatizam a importância de entender a totalidade social como um todo orgânico, e não apenas como uma soma de partes, devido à sua implicação no campo da práxis e da organização política. Eles destacam que há uma contradição insolúvel e em constante agravamento entre o processo de produção capitalista, que visa à valorização do valor e não ao desenvolvimento social do trabalho, e as necessidades reprodutivas dos trabalhadores. Assim, uma compreensão integrada do capitalismo e das relações de opressão como um todo orgânico é fundamental para as lutas contra o capital e influencia diretamente as possibilidades de unidade da classe trabalhadora. A compreensão da totalidade como algo orgânico, e não como uma agregação de partes, é importante porque tem implicações materiais reais em nossas escolhas de ações neste mundo. Por exemplo, duas perguntas têm sido centrais para as mobilizações sociais hoje: "as lutas contra o racismo e o sexismo estão interna ou externamente relacionadas? O trabalhador branco tem um interesse material, não moral, em desafiar o racismo?" (Bhattacharya, 2023, p. 39).

Bhattacharya (2023) busca desenvolver respostas a essas perguntas ao reconstruir o significado da categoria classe trabalhadora sob a perspectiva da teoria da reprodução

social. Para isso, ela analisa essa categoria por meio do processo histórico de sua formação, visando abordar a totalidade conceitual e estratégica da relação entre as lutas no local de trabalho e as lutas que surgem fora do ponto de produção. Ao teorizar sobre a classe trabalhadora, a autora expõe:

> é essencial reconhecer que os trabalhadores existem além do local de trabalho. O desafio teórico, portanto, reside em entender a relação entre essa existência e a vida produtiva sob o domínio direto do capitalista. O relacionamento entre essas esferas, por sua vez, nos ajudará a considerar as direções estratégicas para a luta de classes (Bhattacharya, 2023, p. 120).

Bhattacharya (2023), em uma breve releitura do significado da esfera econômica em Marx espaços de produção, trocas e circulação de mercadorias, enfatiza-a "como uma relação social (...) que envolve dominação e coerção, ainda que formas jurídicas e instituições políticas procurem ocultar essa dinâmica" (Bhattacharya, 2023, p.123). A autora retoma à três afirmações, a partir disto, sobre a economia: (i) a economia como a vemos é, segundo Marx, superficial; (ii) a aparência, imersa na retórica de igualdade e liberdade, esconde uma realidade onde reina a dominação e a coerção, e essas relações formam o eixo central do capitalismo; (iii) que o econômico também é, uma relação social, uma vez que o poder necessário para submeter o trabalhador a modos de dominação, também é necessário um poder político (Bhattacharya, 2023). A intenção dessa coerção e dominação, e o ponto crucial da economia capitalista considerada como uma relação social, é levar o trabalhador a produzir mais do que o valor de sua mão de obra.

A partir do entendido sobre economia e mão de obra Bhattacharya (2023) recupera a noção de reprodução social desenvolvida por Vogel (2022), sobretudo a perspectiva de ela é realizada fora da esfera da produção capitalista. Para Vogel (2022), o campo historicamente predominante para a reprodução da força de trabalho é a unidade familiar. Ela desempenha papel fundamental na reprodução biológica (substituição geracional) e na recuperação do trabalhador (comida, abrigo, cuidados psíquicos). Ambas as funções, no capitalismo, são desproporcionalmente executadas pelas mulheres e são a fonte de sua opressão nesse sistema. No entanto, Bhattacharya (2023) afirma que a força de trabalho não é simplesmente reabastecida em casa e nem reproduzida sempre de forma geracional: "a família pode ser o local da renovação individual da força de trabalho, mas isopor si só não explica sob quais condições e (...) com quais costumes e exigências de vida a classe trabalhadora de qualquer sociedade em particular foi produzida" (Bhattacharya, 2023, p.

127). Diversas outras relações e instituições sociais podem compor o circuito de reprodução social, como os sistemas públicos de educação e saúde, instalações de lazer comunitárias, pensões e benefícios para idosos etc. De mesmo modo, a substituição geracional por meio do parto na unidade familiar de parentesco não é o único modo de substituir a mão de obra, escravidão e imigração são duas das maneiras mais comuns pelas quais o capital substituiu o trabalho dentro das fronteiras nacionais. Neste ponto, Bhattacharya (2023) chama a atenção para o caráter do conteúdo envolvido pelas necessidades reprodutivas. Ela traz um exemplo de uma cesta de mercadorias, que contêm comida, abrigo, educação, assistência médica etc. No entanto esta cesta varia de tamanho e conteúdo de acordo com a raça, a nacionalidade e o gênero dos trabalhadores. Olhar para a cesta de mercadorias dos trabalhadores revela que as relações sociais entre o local de trabalho, o lar, as escolas, os hospitais, possuem um todo social mais amplo, "sustentado e coproduzido pelo trabalho humano de maneiras contraditórias, porém constitutivas" (Bhattacharya, 2017, p. 128).

A autora justifica então que aquilo que parece constituir duas esferas separadas, espaços de produção de valor (ponto de produção) e espaços de reprodução da força de trabalho, na realidade constituem formas históricas particulares de aparência expressadas pelo capitalismo. Elas podem coincidir espacialmente, como é o caso das escolas públicas: "funcionam como locais de trabalho ou pontos de produção e como espaços onde a força de trabalho (do futuro trabalhador) é socialmente reproduzida" (Bhattacharya, 2017, p. 129). Ao conceituar ambas as esferas como formas históricas particulares de aparência, Bhattacharya (2023) se aproxima da noção marxiana de totalidade social e contrapõe a visão dominante de que haveria uma separação entre as duas esferas. Nas palavras da autora:

> Essa compreensão do teatro do capitalismo como uma totalidade é importante porque, nesse ponto do argumento no livro I de *O Capital*, Marx já estabelecia que - diferentemente da economia burguesa, que vê a mercadoria como o personagem central dessa narrativa (oferta e demanda determinam o mercado) -, na sua opinião, o trabalho é o protagonista do capitalismo. Assim, o que acontece com o trabalho - especificamente, como ele cria valor e, em consequência, mais-valia - molda a totalidade do processo capitalista de produção. 'No conceito de valor', diz Marx (1993, p.776 [2011, p.651]) em *Grundrisse*, 'o segredo do capital é revelado'. A reprodução social do *sistema capitalista* - e é para explicar a reprodução do sistema que Marx usa o termo - não se trata, portanto, de uma separação entre a esfera não econômica e a econômica, mas de como o impulso econômico da produção capitalista condiciona o que é chamado não econômico. O não econômico inclui, entre outras coisas, que tipo de Estado, instituições jurídicas e propriedades uma sociedade tem, enquanto esses, por sua vez, são

> condicionados, mas nem sempre determinados, pela economia (Bhattacharya, 2023, p. 129-130 grifos da autora).

Complementando ainda o pensamento de Marx a autora ainda aponta que ele entende cada estágio particular da valorização do capital como um momento de uma totalidade que o leva a afirmar claramente em *O Capital:* "portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução" (Marx, 1990, p. 711 [2013, p. 641] *apud* Bhattacharya, 2023, p. 130).

A autora também destaca que, do ponto de vista teórico, separar as duas esferas retira a capacidade explicativa sobre a subordinação do trabalhador fora do ambiente produtivo. Assim, compreender os processos de produção e reprodução social de forma integrada é fundamental para a teoria da reprodução social, o que implica rever a ideia predominante de que o capital abdica de todo controle sobre o trabalhador fora do local de trabalho (Bhattacharya, 2023).

Segundo Bhattacharya (2023), no capitalismo, a relação capital-trabalho resulta da separação dos trabalhadores de seus meios de subsistência, forçando-os a vender sua força de trabalho para sobreviver. As necessidades de sobrevivência estão diretamente ligadas à exploração capitalista. No entanto, o padrão dessas necessidades, ou seja, a cesta de mercadorias, é contingencial e determinada pela luta de classes e pelo desenvolvimento histórico de cada sociedade. Essa cesta de mercadorias, por sua vez, determina o valor da força de trabalho, que é um elemento central da produção capitalista. A luta de classes é, assim, fundamental nas relações de produção.

Para desenvolver seu argumento, Bhattacharya (2023) recorre a Lebowitz (2003), que distingue dois "momentos da produção" relacionados ao valor da força de trabalho: para o capital, ela é um meio de aumentar a mais-valia extraída; para os trabalhadores, é um meio de garantir seu desenvolvimento. Portanto, o ponto de reprodução social é um campo de conflito de classe, embora esse conflito ocorra em direções contraditórias:

> Por exemplo, como orquestradora do processo de produção, a classe capitalista se esforça para limitar as necessidades e o consumo da classe trabalhadora. No entanto, para garantir a realização constante de mais-valia, o capital também deve criar necessidades na classe trabalhadora como consumidora e, em seguida, satisfazê-las com novas mercadorias (Bhattacharya, 2023, p. 134-135).

A expansão das necessidades de consumo dos trabalhadores é uma condição inerente à expansão capitalista. No entanto, o crescimento dessas necessidades não é

absoluto; a posição da classe trabalhadora no capitalismo é relativa, existindo em relação com a classe capitalista. Portanto, qualquer mudança nas necessidades e no nível de satisfação dos trabalhadores também implica mudanças correspondentes para os capitalistas. Se o padrão de consumo das classes dominantes aumenta, aumenta também a necessidade da classe trabalhadora, que aspira a alcançar o mesmo padrão (Bhattacharya, 2023).

Bhattacharya (2023) argumenta que essa necessidade faz com que a melhoria nas condições de reprodução da força de trabalho se torne uma aspiração da classe trabalhadora, um objetivo ideal. No entanto, essa meta - que envolve, essencialmente, alcançar um padrão de vida semelhante ao da classe capitalista - nunca pode ser realizada dentro do processo de produção capitalista, que visa à valorização do valor e não ao desenvolvimento pessoal do trabalhador. Assim: "o trabalhador pela própria natureza do processo, é reproduzido de modo a estar sempre *desprovido* do que necessita e, então, incorporado à teia do trabalho assalariado, sempre na luta por salários mais altos: a luta de classes." (Bhattacharya, 2023, p. 138, grifos da autora). Esse é o ponto das implicações estratégicas da TRS, a necessidade de um entendimento integral do capitalismo nas lutas contra o capital.

Neste contexto, um dos principais desafios para a organização da classe trabalhadora é a ausência de fronteiras claras para uma luta que confronte o capital em sua totalidade. Enquanto a luta contra o capital individual no local de trabalho apresenta atores bem definidos – de um lado, o empregador ou dono da empresa, e do outro, os empregados e os sindicatos –, o poder do capital fora do ambiente de trabalho é qualitativamente distinto. Bhattacharya traz o autor Thompson e recupera o exemplo histórico da "dieta das batatas" ou como Thompson liricamente escreveu "guerra dietética regular da classe"[12], para defender que lutas mais amplas, inclusive aquelas que emergem fora da esfera produtiva, do local e das relações de trabalho, devem ser consideradas como aspectos da luta de classes. Nas palavras da autora:

> Tomando por base o próprio Marx, não há uma explicação completa de porquê *apenas* a luta econômica por salários e benefícios no local de trabalho pode ser chamada de luta de classes. Todo movimento social e político que "tende" para a direção de ganhos para a classe trabalhadora

[12] A guerra dietética regular da classe ocorreu durante o século XVIII, quando parte dos trabalhadores na Grã-Bretanha foi submetida a uma dieta de batatas, opção mais barata que o trigo, de modo que o custo de sua alimentação caiu, barateando o trabalho como um todo. O barateamento do trabalho aumentou a mais-valia no ponto de produção e, portanto, beneficiou os chefes. O problema foi que a classe dominando no geral tentaram forçar os trabalhadores a abandonarem a dieta do pão pela batata, buscando assim, fazer com que os trabalhadores sobrevivessem com os mais baixos salários (Bhattacharya, 2023, p. 141).

> como um todo, ou que vai no sentido de desafiar o poder do capital como um todo, deve ser considerado um aspecto da luta de classes. Uma das maiores tragédias da destruição do poder da classe trabalhadora e da dissolução das comunidades proletárias nos últimos quarenta anos foi a perda, na prática, dessa percepção da totalidade social da produção de valor e reprodução da força de trabalho (Bhattacharya, 2023, p. 142-143).

Assim, as lutas por melhores condições de vida, recursos naturais, direitos humanos, moradia, meio ambiente, contramedidas de austeridade e violência policial devem ser consideradas como aspectos da luta de classes. De acordo com a autora, incorporar a luta de classes como um elemento fundamental e determinante para a extensão e qualidade da reprodução social do trabalhador permite compreender o verdadeiro significado da noção marxista de diferença dentro da classe. Bhattacharya (2023) afirma que entender a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho nos ajuda a compreender como o destino concreto do trabalho total da sociedade é socialmente organizado de maneira generificada e racializada. "O processo de acumulação, portanto, não é indiferente às categorias sociais de raça, sexualidade ou gênero; ao contrário, procura organizar e moldar essas categorias, que por sua vez, agem sobre a forma determinada de extração de trabalho excedente" (Bhattacharya, 2023, p. 146-147).

A autora defende, uma reconsideração do conceito de classe trabalhadora: "a classe trabalhadora é composta por todas as produtoras que, durante a vida inteira, participaram da totalidade da reprodução da sociedade, independente de esse trabalho ter sido pago pelo capital ou permanecer não remunerado" (Bhattacharya, 2023, p. 147). O objetivo desta reconsideração é restaurar um sentido de totalidade social à noção de classe, e partir daí reformular a percepção geral da classe trabalhadora sobre a arena da luta de classes – o que inclui seus laços de solidariedade. Conforme Bhattacharya (2023), esse aspecto se torna ainda mais relevante após quarenta anos de regulação neoliberal, que resultaram em um assombroso declínio nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

CAPÍTULO II ASPECTO GERACIONAL NA FORÇA DE TRABALHO – A VELHICE

2.1 As velhas

A velhice é um dos temas brasileiros que mais ganharam importância nos últimos anos, tendo-se assistido, a partir da década de 1980, a uma proliferação acentuada de iniciativas voltadas para o seu atendimento. No entanto, Guita Grin Debert (1998) afirma que a velhice, assim como outras fases da vida, não é uma categoria natural. A autora indica ainda que da perspectiva antropológica e também da pesquisa histórica as representações sobre a velhice, a posição dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos distintos, "Em outras palavras, do ponto de vista da antropologia clássica, as etnografias têm sempre um duplo objetivo: oferecer uma descrição densa das particularidades culturais e transcender os particularismos, pensando na humanidade em seu conjunto (Debert, 1998, p. 50)". E sobre esse segundo ponto, Debert diz que a relativização de uma série de noções que tendem a operar uma naturalização da vida é fundamental para seu funcionamento. Assim sendo, a antropologia rompe com o senso de que uma sociedade tem seus próprios costumes, que tendem a ser concebidos com naturais e imutáveis.

Outro argumento levantado pela autora diz respeito a etnografia, que em todas as sociedades observa-se a presença de grades de idades especificas, que é elaborada por cada cultura. A pesquisa antropológica demonstra, assim, que a idade não é um dado da natureza, nem um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, nem ainda um fator explicativo dos comportamentos humanos. Essa demonstração rompe com pressupostos do desenvolvimento que concebe o curso da vida como uma sequência unilinear de etapas evolutivas em que cada etapa – apesar das especificidades sociais e culturais – seriam estágios pelos quais todos os indivíduos passam, ou seja, cada etapa da vida teria caráter universal (Debert, 1998, p.51).

A pesquisa antropológica demonstra de diversas maneiras que as fases da vida não se constituem com o avanço da idade cronológica, pelo contrário, a intenção é mostrar como um processo biológico é elaborado simbolicamente com rituais que definem fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam e que não são necessariamente as mesmas em todas as sociedades. Sendo assim, segundo a autora, as categorias de idade

são construções históricas e sociais. Ela traz os trabalhos de Ariès (1981), Norbert Elias (1990), Duby (1973) e Featherstone (1989) para demonstrar como a periodização da vida implica um "investimento simbólico específico em um processo biológico universal" (Debert, 1998, p. 51). Assim, como a terceira idade também é uma recente criação das sociedades ocidentais contemporâneas. Debert aponta que sua invenção implica na criação de uma nova etapa da vida que se interpõe entre a idade adulta e a velhice e é acompanhada de um conjunto de práticas, instituições e agentes especializados, encarregados de definir e atender as necessidades dessa população, que a partir da década de 1970, em boa parte das sociedades europeias e americanas, passaria a ser caracterizada com vítima da marginalização e da solidão.

Debert conclui que, apesar das categorias de idade serem construções culturais e que mudam historicamente, não significa que elas não tenham efetividade, afirmando que:

> Essas categorias são constitutivas de realidades sociais específicas, uma vez que operam recortes no todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais em uma população, definindo relações entre as gerações e distribuindo poder e privilégios (1998, p. 53).

A idade cronológica é um dos mecanismos fundamentais, segundo a autora para distribuição de poder e de prestígio no interior das classes sociais, portanto categorias e grupos de idade implicam a imposição de uma visão de mundo social que contribui para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos (Debert, 1998). A autora dispõe do estudo de Meyer Fortes (1984) para mostrar a dificuldade de se projetar categorias relacionadas com a idade cronológica. Fortes (1984) propõe que se estabeleçam diferenças entre conceitos como estágio de maturidade, ordem de nascimento, idade geracional e idade cronológica. As diferenças entre essas categorias são importantes para uma reflexão sobre as formas que a periodização da vida assume e como elas definem espaços privilegiados para a ação. O autor parte da consideração que nas sociedades ocidentais as idades cronológicas, baseadas em datação, se tornam um mecanismo de atribuição de "status (maioridade legal), de definição de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho), de formulação de demandas sociais (direito à aposentadoria) etc. (Debert, 1998, p. 56)". Diferentemente das sociedades não-ocidentais onde eles procuram levar em conta os estágios de maturidade para periodizar a vida. Nesse sentido, a autora relata que se considera não só o desenvolvimento biológico, mas também o reconhecimento da capacidade de realizar certas tarefas, e que a validação cultural desses estágios é para reconhecimento de níveis de maturidade, mas

também uma autorização para realizar práticas como caça, casamento, participação de conselhos etc. Os estágios de maturidade diferem da ordem de nascimento, pois, as pessoas podem estar autorizadas a realizar atividades próprias a um determinado grupo de idade. Segundo Debert,

> O ritual de passagem de um estágio para o outro não se orienta pela idade cronológica dos indivíduos, mas pela transmissão de status sociais, como poder e autoridade jurídica, através de específicos, cujo momento de realização depende, na maioria das vezes, da decisão dos mais velhos (1998, p. 56)

Outro ponto que a autora traz sobre o trabalho de Fortes (1984) é a consideração de que nas sociedades ocidentais a idade cronológica é estabelecida por um aparato cultural, um sistema de datação, independente a estrutura biológica e à incorporação dos estágios de maturidade. Os critérios e normas da idade cronológica são impostos por exigência das leis que determinam os deveres e direitos do cidadão. A maioria das flores da nossa pesquisa iniciaram seu trabalho na infância, não porque o Estado autorizava, ato que décadas depois passou a ser proibido.

> O fato de a idade cronológica não estar ligada a um aparto que domine a reflexão sobre os estágios de maturidade mostra também a flexibilidade desse mecanismo no que diz respeito a criação de novas etapas e à redefinição de direitos e obrigações. Essa fluidez, e ao mesmo tempo efetividade, na definição de experiências individuais e coletivas transforma a idade cronológica em um elemento simbólico extremamente econômico no estabelecimento de laços entre grupo bastante heterogêneos no tocante a outras dimensões (Debert, 1998, p. 57).

Portanto, a idade cronológica só é relevante quando o contexto político-jurídico prevalece sobre as relações familiares e de parentesco na determinação da cidadania. Já a idade geracional é relevante para estruturar a família e o parentesco. Para Debert, as gerações são menos marcadas pelas idades e mais pelas vivências compartilhadas que marcam trajetórias passadas e futuras. Geração estaria no aspecto mais da construção cultural, enquanto as idades são institucionalizadas política e juridicamente. Mesmo considerando que as leis e instituições são produtos da cultura, o que torna difícil compreender facilmente esta separação, existem elementos que interferem na identidade de gerações: relações de classe, de gênero, étnicas, religiosas etc. Diferentes experiências são vividas e representadas diferentemente pelos grupos sociais.

Jean-François Serinelli (2006) também concorda que exista o fator cultural e um sentimento de pertencimento a uma época que marca a geração, e acrescenta:

> haveremos de convir que o uso da geração como padrão exige vigilância e precauções. Essa objeção provém precisamente de tudo o que precede. Certamente a geração, no sentido 'biológico', é aparentemente um fato natural, mas também um fato cultural, por um lado modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da autoproclamação: o sentimento de pertencer – ou ter pertencido – a uma faixa etária com forte identidade diferencial (Serinelli, 2006, p. 133).

O historiador discorre sobre várias hipóteses sobre as gerações e apesar das várias conotações que o conceito de geração assume, ele tem uma efetividade que ultrapassa o nível das relações na família, direcionando transformações que a esfera da política tem de incorporar. É nesse sentido que a ideia de gerações ganha efetividade que vai além da família como base estrutural. Essa pequena discussão sobre geração é importante para frisar a diferenciação dessas do binômio idade/geração.

Se a esfera política-jurídica interfere diretamente em idade/geração não se pode ignorar a influência da linguagem na formação dos indivíduos, que, por sua vez, constroem suas identidades[13] através dos processos de subjetivação. Esses processos referem-se ao conjunto de práticas, discursos, e interações sociais que contribuem para a formação da subjetividade de um indivíduo, ou seja, para a construção de sua identidade, consciência, e percepção de si mesmo e do mundo ao seu redor. Esses processos são fundamentais na maneira como as pessoas se percebem, agem e são reconhecidas na sociedade (Cardoso Junior, 2005). Por exemplo, a forma como a sociedade enxerga o envelhecimento, e as expectativas colocadas sobre as pessoas idosas, afetam como estas pessoas se percebem e se posicionam no mundo, influenciando suas subjetividades.

Nas últimas três décadas do século XX, houve uma proliferação de eufemismos: o/a velho/a não deveria mais ser referido dessa maneira, o que levou ao desenvolvimento de um complexo aparato discursivo enquanto as pessoas envelheciam, vivenciavam e construíam seus próprios processos de envelhecimento, enfrentando o conflito de não serem ou de não se sentirem velhas/as (Marques, 2009).

A representação social da pessoa envelhecida conheceu, assim uma série de modificações ao longo do tempo, uma vez que as mudanças sociais reclamavam políticas sociais para a velhice, políticas essas que pressionavam pela criação de categorias classificatórias adaptadas a nova condição moral, assim como a construção ética do objeto

[13] Segundo Stuart Hall (2002), a identidade é um conceito complexo e multifacetado que não é fixo ou essencial, mas sim algo em constante construção e reconstrução. Hall argumenta que a identidade é formada por meio de processos de significação, ou seja, através de práticas discursivas e culturais que produzem significados.

velho. Marques (2009) aponta que os eufemismos das três últimas décadas do século XX e, sobretudo, da década de 1980, buscaram novas maneiras de identificar o envelhecimento e trouxeram um repertório de novos tratamentos: *terceira idade, melhor idade* e, no termo oficial dos textos legais, convencionou-se utilizar a palavra *idoso / idosa* para se referir às pessoas acima dos 60 anos de idade. O termo idoso/a tornou-se uma convenção formal – o politicamente correto, e no sentido de tratamento, com um apelo à própria negação do estereótipo da decrepitude, inatividade, ou mesmo, invisibilidade que relega a palavra velho, "a designação 'velho' carrega o estereótipo do ser improdutivo, inativo, criado pela sociedade moderna, que colocou no trabalho o sentido da dignidade humana" (Marques, 2009, p.104).

Mara Rúbia Sant'Anna (2000) cita termos com os quais se pode praticamente traçar uma cronologia:

> Historicamente velhinho, desvalido, inativo, gerontino, idoso, membro da terceira idade são termos que permitiram, em circunstâncias históricas precisas, de forma distinta, identificar certas pessoas, cujos significados, além de representarem o velho por aspectos diferentes, também lhe atribuíram espaços e estatutos diferentes (Sant'ana, 2000, p. 18).

Complementando, Peixoto (1998) traz considerações a respeito das mudanças ocorridas na linguagem e no discurso sobre a velhice a partir das transformações ocorridas na França e que respingaram nos termos usados na sociedade brasileira. Na França, do final do século XIX, passou-se a dar um tratamento social à velhice ao distinguirem os velhos/as dos mendigos/as internados nos chamados "depósitos de velhos" e nos asilos públicos. A autora fez um recorte social da população com mais de 60 anos para mostrar as diferentes locuções para tratar cada grupo de pessoas da mesma idade: "[...] designava-se mais corretamente como velho *(vieux*) ou velhote (*vieillard*) os indivíduos que não detinham estatuto social" (Peixoto, 1998, p. 71). No entanto a autora aponta que no século XVIII, o termo velhote não tinha conotação pejorativa, designando também os velhos ricos e que isso se modificou ao longo do século XIX. Os velhos ricos eram denominados idosos (*personne âgée*). Para os velhos trabalhadores o termo designado era *retraite* (aposentadoria) que estava mais assimilado a *rente* (renda) e *pension* (pensão).

De acordo com Peixoto (1998) a maior parte das pesquisas francesas sobre essa época descrevem as condições miseráveis da velhice trabalhadora que, no final do século XIX, acometia mais da metade da população urbana com mais de 60 anos que não possuía nem pensão, nem salário e que dependiam dos/as filhos/as ou de instituições de

assistência pública. Muitas dessas instituições de assistência eram asilos que eram criadas ou financiadas com fundo privados provenientes, em geral, de famílias de industriais ou banqueiros. A autora informa que:

> raramente esses indivíduos eram chamados de idosos, seja no discurso oficial, seja em certos textos sociológicos, salvo quando se tratava do conjunto da população de mais de 60 anos. Os termos 'velho' e 'velhote' podem ou não estar carregados de conotações negativas, mas quando isso acontece são empregados para reforçar uma situação de exclusão social (Peixoto, 1998, p. 72)

A noção do termo velho/a é fortemente assimilada a decadência e confundida com a incapacidade para o trabalho: ser velho/a é pertencer à categorização emblemática dos indivíduos com idade avançada e pobres. Diferentemente do idoso que, segundo Peixoto (1998), possui uma posição moral, afirmando a partir dos escritos de Ennuyer (1991) que:

> Entendemos a palavra moral no que diz respeito aos velhos quando ouvimos dizer que um certo número de soluções são consideradas boas, razoáveis por especialistas, médicos e tecnocratas. Esta moral constituiu, então como objeto os 'velhos sem estatuto social', pois entendeu-se, de uma vez por todas, que os velhos que possuem um certo estatuto social não são jamais velhos, como por exemplo, o presidente da República, os senadores, os artistas, certos empresários etc." (Ennuyer, 1991, p. 26 *apud* Peixoto, 1998, p. 72).

A partir dá década de 1960, na França, com uma nova política social para a velhice, há uma mudança estrutural social: a elevação das pensões faz aumentar o prestígio dos/as aposentados/as. Inicia-se a partir daí uma transformação nos termos de tratamento, bem como outra percepção das pessoas envelhecidas. Certos vocábulos são suprimidos dos textos oficiais, principalmente dos títulos das comissões governamentais de estudo sobre a velhice (Peixoto, 1998). A autora afirma que a designação idoso deu outro significado ao individuo velho, transformando-o em sujeito respeitado, "a partir de então os problemas dos velhos passaram a constituir necessidade dos idosos" (Peixoto, 1998, p. 74). Com a introdução da política de integração da velhice nos planos político-administrativo da França, os novos aposentados começaram a reproduzir práticas sociais das camadas médias assalariadas. Segundo Peixoto, criou-se então um vocábulo para designar de forma mais respeitosa a representação dos jovens aposentados – surge a terceira idade.

> Sinônimo de envelhecimento ativo e independente, a terceira idade converte-se em nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo. A velhice muda de natureza: "integração" e 'autogestão' constituem as palavras-chave desta nova definição. Assim, a criação de uma gama de equipamentos e

> serviços declara a sociabilidade como o objetivo principal de representação social da velhice de hoje (Peixoto, 1998, p. 76).

A invenção da terceira idade é um produto da universalização dos sistemas de aposentadoria e do consequente surgimento ou ampliação de instituições e agentes especializados no tratamento da velhice (gerontologia[14], por exemplo) e que prescrevem a esse grupo etário uma série de fórmulas de como se viver melhor e mais tempo. No entanto, como aponta Debert (1997) tratar da terceira idade é se referir a um conjunto de discursos (amplamente divulgados pela mídia) e de novos espaços de sociabilidade (como os grupos de convivência e as universidades para a terceira idade) empenhados em desestabilizar expectativas e imagens culturais tradicionais, associadas a homens e mulheres de mais idade. Enfatizando que a idade não é um marcador pertinente de comportamentos e estilos de vida, essas manifestações tratam de divulgar uma série de receitas "como técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, ginásticas, medicamentos, bailes, universidades e outras formas de lazer que procuram mostrar como os que não se sentem velhos devem se comportar, apesar da idade" (Debert, 1997, p.120). A autora ainda argumenta que a modificação das normas que indicavam os comportamentos indicados entre os grupos de idade é o reflexo de uma sociedade pós-fordista, marcada pela informatização da economia, pela desmassificação dos mercados de consumo, da política, da mídia e da cultura e pela fluidez e multiplicidade de estilos de vida, frutos de uma economia baseada mais no consumo do que na produtividade (Debert, 1997).

Mara Rúbia Sant'Ana (2000) em sua obra *O velho no espelho: um cidadão que envelheceu*, traz um apanhado de como foi a mudança nas designações e também no tratamento à velhice no Brasil. A autora esclarece que sua delimitação de sujeito estudado não é o desvalido do começo do século XX, nem o membro da terceira idade do final do século XX, mas sim o *inativo* – o velho cidadão trabalhador, que, segundo ela, foi definido durante a década de 1960 quando o Estado definiu sua relação com o velho, fosse ele um aposentado ou um asilado. Segundo a autora, o sujeito inativo é construído a partir da história da cidadania e, portanto, ele é um trabalhador que envelheceu, com muitas

[14] Segundo Sant'ana (2000) a instituição da gerontologia foi mais que a criação de um nome, a partir dela não se pretendeu mais atribuir uma causa e encontrar a cura para o envelhecimento biológico. Passou-se a defender que este é um processo inerente a vida e que então se fez necessário dinamizar o estudo sobre o indivíduo, levando em conta todos os aspectos, inclusive o social, que o envolvesse. "De curativa, a geriatria passou a ser preventiva e, portanto, distinguiu-se das demais áreas médicas" (Sant'ana, 2000, p. 136).

experiências de reivindicação, que assumia a cidadania regulada, constituída em sua relação com a sociedade brasileira.

> Foi exatamente através do dispositivo legislativo da constituição de um sistema previdenciário que o governo passou a pautar sua relação com os velhos. Apesar do termo genérico, é bom ressaltar que nem todos os velhos eram 'merecedores' da atenção do Estado. Muitas das pessoas maiores de 65 anos não eram consideradas cidadãs, ou seja, não poderiam usufruir dos benefícios concedidos àqueles que estavam atrelados ao Estado (Sant'ana, 2000, p. 99)

Marques (2009) e Sant'ana (2000) relatam que até a década de 1960, predominavam as aposentadorias provenientes dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), criados a partir da década de 1930, no governo Getúlio Vargas. Esses fundos de aposentadoria eram recolhidos por categorias profissionais, então grupos profissionais criaram seus próprios sistemas de assistência social. Foram criados os de marítimos (IAPM), de bancários e comerciários (IAPB e IAPC), de industriários (IAPI), de estivadores (IAPE), de empregados de transportes e cargas (IAPETC), de ferroviários e servidores públicos (IAPFESP). Em 1966, já sob o controle do governo militar, houve uma intervenção do Estado nos IAPs e reunindo todos os fundos de aposentadoria criou-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Peixoto (1998) aponta que a Previdência passa a ser questão social de ordem pública. No entanto, três categorias profissionais ficaram excluídas: os agricultores/as, os trabalhadores/as autônomos e as empregadas domésticas. Essa última categoria tendo a inclusão no sistema previdenciário somente com o advento da constituição de 1988. Quanto à velhice, em 1973, foi criada pelo Ministério do Trabalho e pelo INPS a aposentadoria – velhice, concedida aos homens de mais de 65 anos e às mulheres de mais de 60 anos e do decreto de lei de 1974, que estabeleceu uma renda vitalícia de 60% do salário-mínimo para as pessoas com mais de 70 anos. No entanto, somente em 1988 com a nova Constituição brasileira, que se reconheceu a importância da velhice e se estabeleceu que o valor da aposentadoria-velhice deveria basear-se no salário-mínimo (Peixoto, 1998).

De acordo com Peixoto (1998), essas modificações na legislação brasileira acentuaram a representação do aposentado, que passa a ser fortemente associada a velhice, e as pessoas aposentadas independentemente são designadas de velhas. Em consequência, a partir da criação da aposentadoria o ciclo de vida é reestruturado, estabelecendo três grandes etapas: "a infância e adolescência (tempo de formação); idade

adulta (tempo de produção); e a velhice (tempo de repouso, tempo do não trabalho)" (Peixoto, 1998, p. 80).

Quanto à noção terceira idade, Peixoto (1998) afirma que, no Brasil, ela constituiu a reprodução do vocábulo francês. Assim como na França, ela foi aplicada nas proposições relativas à criação de atividades sociais, culturais e esportivas. Idoso simboliza sobretudo as pessoas mais velhas, os velhos respeitados, o trabalhador que agora tem seu momento de descanso, enquanto terceira idade designa principalmente os jovens velhos, os aposentados dinâmicos, sociáveis como a representação francesa. E não por acaso surge um novo mercado para a terceira idade: turismo, produtos de beleza e alimentares.

A criação de novos termos e de um novo olhar sobre a velhice afirma que a interpretação política dominante acredita que o coletivo idoso produzirá problemas para o atual sistema de distribuição dos recursos públicos, transformando o envelhecimento populacional em uma preocupação muito mais ameaçante do que a velhice como um processo biológico. Isolda Belo (1996) aponta a necessidade, portanto, de encontrar alternativas de inclusão social deste grupo etário supera a motivação histórica de estudar a velhice apenas para superação do desgaste físico decorrente do envelhecimento físico. Nesta perspectiva, começam a ser redefinidas as imagens dominantes sobre a pessoa idosa.

A tendência contemporânea é, no entanto, a inversão da representação da velhice como um processo de perdas e a atribuição de novos significados aos estágios mais avançados da vida, que passam a ser tratados como momentos privilegiados para novas conquistas guiadas pela busca do prazer. Debert (1997) comenta que as experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que propiciariam aos mais velhos oportunidades de explorar novas identidades, realizar projetos abandonados em outras etapas da vida, estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos. São essas as imagens do envelhecimento que acompanham a construção da terceira idade revendo os estereótipos negativos da velhice e abrindo espaço para que experiências de envelhecimento bem-sucedidas possam ser vividas coletivamente. Debert (1997) aponta que no Brasil, nos últimos anos, tem crescido o número de universidades e grupos de convivência da terceira idade que, com uma capacidade impressionante de mobilizar mulheres, têm promovido de maneira evidente e gratificante a redefinição de valores, atitudes e comportamentos dos grupos mobilizados.

Entretanto, o sucesso surpreendente das iniciativas voltadas para a terceira idade é proporcional à precariedade dos mecanismos de que dispomos para lidar com os problemas da velhice avançada. A imagem do envelhecimento bem-sucedido, associada à terceira idade, não oferece instrumentos capazes de enfrentar os problemas envolvidos na perda de habilidades cognitivas e de controles físicos e emocionais que estigmatizam o velho e que são fundamentais, na nossa sociedade, para que um indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo, capaz de um exercício pleno dos direitos de cidadania (Debert, 1997).

> A dissolução dos problemas da velhice avançada nas representações aguerridas da terceira idade produz um processo que tenho chamado de reprivatização da velhice e que envolve sua transformação em uma responsabilidade individual. Esse processo tende a desarmar a tarefa da gerontologia de combinar estudos rigorosos dos problemas relacionados com o idoso com a defesa dos direitos e interesses dos mais velhos (Debert, 1997, p. 127).

As novas imagens do envelhecimento são, sem dúvida, expressão de um contexto marcado por mudanças culturais que redefinem o modo de construção das identidades. Debert (1997) afirma que, a boa aparência, o bom relacionamento sexual e afetivo deixam de depender de qualidades fixas que as pessoas possuem ou não, e se transformam em algo que deve ser conquistado a partir de um esforço pessoal. A autora define que as concepções de autopreservação, a ideia de plasticidade do corpo que pode ser formatado, através de uma tecnologia que "corrige ou ameniza imperfeições", abrem campo para experiencias físicas melhores. No entanto, elas criam também hierarquias, acirrando as diferenças sociais e econômicas que marcam a população brasileira.

Debert (1997) contesta que não se trata de dizer que as biotecnologias[15] postas em ação tenham um potencial libertário ou sejam monoliticamente demoníacas. No caso da velhice, contudo, dificilmente poderíamos supor que há uma democratização das relações e uma tolerância maior com o corpo envelhecido. As técnicas de cuidado corporal focadas na juventude transformaram a meia-idade em um objetivo que parece ser perpetuamente alcançável. Em um contexto em que o envelhecimento se torna um novo mercado consumidor, a velhice não encontra espaço, sendo frequentemente considerada resultado de negligência pessoal, falta de participação em atividades

[15] Segundo Debert (1997), as biotecnologias são um conjunto de práticas, técnicas e intervenções médicas que têm a capacidade de modificar, manter ou melhorar o corpo humano. Elas incluem desde medicamentos e suplementos, até procedimentos cirúrgicos e terapias genéticas. Essas tecnologias desempenham um papel crucial na maneira como as pessoas percebem o envelhecimento, a saúde e a longevidade na sociedade contemporânea.

estimulantes e adoção de hábitos de consumo e estilos de vida inadequados (Debert, 1997).

O reconhecimento da diversidade de experiências no envelhecimento não implica negar que a dependência possa ser uma condição natural para os idosos, nem sugere que não haja limites para investimentos culturais e tecnológicos nos processos biológicos. Em outras palavras, ao lidar com as mudanças ao longo da vida e com novas concepções de velhice, não se ignora a necessidade de redefinir políticas públicas que podem reforçar hierarquias sociais e responsabilizar os indivíduos por seu próprio infortúnio e sofrimento. Nesse sentido, “ao louvar as pessoas saudáveis e bem-sucedidas que aderiram aos estilos de vida e à parafernália de técnicas de manutenção corporal sugeridas pelos gerontólogos e amplamente veiculadas pela mídia, assistimos à emergência de novos estereótipos” (Debert, 1997, p. 128). Se um indivíduo não é ativo, não está envolvido em programas de rejuvenescimento, atinge a velhice no isolamento e na doença, a culpa é exclusivamente dele. Quando consideramos o argumento sobre envelhecimento e responsabilidade individual a partir de uma perspectiva de gênero vários fatores são adicionados. Como já dito, mulheres e homens experimentam a velhice de formas diferentes, segundo Debert (1998) as normas de gênero moldam as expectativas sobre como homens e mulheres devem se comportar ao longo de suas vidas, incluindo na velhice. Mulheres, são socializadas para priorizar o cuidado com os outros em detrimento de si mesmas, o que impacta diretamente na própria saúde e bem-estar. Além disso, as mulheres são frequentemente alvo de padrões mais rígidos de beleza e juventude, levando a uma pressão maior para "envelhecer bem" em termos de aparência física. Enquanto houver o predomínio da ideia de que os problemas do velho são resolvidos exclusivamente por atitudes individuais de busca de saúde e adoção de um comportamento considerado jovem, só se estará contribuindo para a continuidade da dinâmica de um poder, que atribui valor ao individuo de acordo com a sua utilidade econômica.

2.2 A sociedade industrial e a velhice

Entendemos até agora com Vogel (2022) e Bhattacharya (2023) a importância da força de trabalho e da reprodução social para a sobrevivência do capitalismo. O desenvolvimento capitalista ocorre mediante a intensificação da exploração e do domínio sobre a classe trabalhadora, o que é acentuado pela produção de uma superpopulação de

trabalhadores disponível aos interesses do capital como efeito do desenvolvimento das forças produtivas; assim se constitui a lei geral de acumulação capitalista:

> A força e trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja análise não cabe realizar aqui (Marx, 2023, p. 875)

Portanto, o capitalismo está estruturado na oposição entre capital e a força de trabalho na qual a ampliação da pobreza é produzida socialmente, devido à contradição entre o avanço das forças produtivas, que estão cada vez mais socializadas, e as relações de produção, que garantem a apropriação privada. Essa contradição entre capital e trabalho desponta uma série de manifestações sociais como pobreza, desemprego, analfabetismo, violência, abandono, entre outras, as quais se configuram de diferentes maneiras de acordo com a etapa do capitalismo, as particularidades econômicas e históricas do país e assim como Bhattacharya (2023) afirma em sua obra sempre prevalecendo a luta de classes.

Fica claro nesse contexto, que o ciclo de vida daqueles que vivem do trabalho é marcado pela exploração e pobreza. Os trabalhadores mais pobres não têm suas necessidades sociais atendidas, encontrando-se num incessante quadro de pobreza com condições de vida precárias, sem acesso adequado à habitação, educação, lazer, saúde e outros mínimos sociais. E esses trabalhadores envelhecem ao longo desse processo, como aponta Beauvoir:

> A velhice não é uma conclusão necessária da existência humana (...), entretanto, é uma verdade empírica e universal que, a partir de certo número de anos, o organismo humano sofre uma involução. O processo é inelutável. Ao cabo de um tempo, ele acarreta uma redução das atividades do indivíduo; com muita frequência, uma diminuição das faculdades mentais e uma mudança de atitude com relação ao mundo (Beauvoir, 2018, p. 549).

Nesse sentido, diante da exigência da produção capitalista por produtividade nos processos de trabalhos, promove um uso intensivo e extensivo da força de trabalho o que aumenta e antecipa o declínio biológico, inclusive sendo propulsor de debilidades físicas

e mentais na velhice. A relação com o capitalismo fica complexa nessa etapa da vida, pois os trabalhadores somam a expropriação dos meios de produção com o qual conviveram a vida toda à perda de valor de uso ao capital, quando não apresentam mais condições de produzir mais-valia. Custódio (2018) afirma que a velhice é frequentemente desvalorizada por não ser considerada um período de produtividade para o trabalhador, sendo associada ao ócio e à dependência. Os velhos são muitas vezes culpabilizados por seu estado de pobreza, sendo apontados como responsáveis pela necessidade de ajustes fiscais e crises econômicas.

Em seu livro, *A Velhice* lançado na década de 1960, Simone de Beauvoir identificava que a velhice era marginalizada, sendo associada a um período de perdas e declínio: "em circunstâncias extremas, os velhos são, a cada passo, perdedores: são vítimas da contradição de seu estatuto. Eram eles, nos campos da morte, as primeiras vítimas da seleção; sendo sua força de trabalho nula, nenhuma oportunidade lhes era concedida" (Beauvoir, 2018, p. 227). Entretanto, quando se compreende que grande parte desses/as trabalhadores/as pobres continuam à margem na velhice, nada lhes resta a não ser continuar vendendo sua força de trabalho mesmo com todas as dificuldades que o velho corpo os restringe.

Leticia Fernanda Oliveira Custódio (2018) aponta que numa sociedade centrada na troca de mercadorias a lógica de valorização do indivíduo na sociedade está intrinsicamente ligada à sua capacidade de gerar mais-valia para o capital, ou seja, o ser humano é valorizado principalmente como força de trabalho em condições de produzir ou como consumidor. Ademais, no modo de produção capitalista, as relações sociais são predominantemente mediadas pelo mercado, o que muitas vezes resulta no afastamento dos/as idosos/as, até mesmo em termos de sociabilidade.

Os retrocessos sociais que a sociedade vem vivenciando afeta, em particular, a população idosa pela falta de garantia de seus direitos sociais pelo Estado, e muitas vezes são penalizados pelo agravamento dos problemas sociais. Como mencionado anteriormente, os/as idosos/as frequentemente enfrentam condições socioeconômicas extremamente precárias e são sujeitos/as à desvalorização inerente à ordem capitalista. Além disso, observamos que o Estado neoliberal promove uma transferência da responsabilidade pela proteção social dos/as idosos/as para o âmbito doméstico, onde a família é considerada a primeira instância na garantia dos direitos dos/as idosos/as (Custódio, 2018).

A perspectiva teórica subjacente revela que, nas políticas sociais contemporâneas, a família é considerada a principal responsável pela proteção social, enquanto o Estado desempenha um papel secundário, intervindo apenas quando a família não consegue garantir adequadamente o bem-estar do indivíduo com “políticas sociais pautadas no ideário neoliberal que destacam as redes de apoio informal como preponderantes, com o acesso aos direitos sociais sendo atrelado à ausência de condições da família em prover às necessidades básicas” (Custódio, 2018, p. 14).

Diante disso, torna-se evidente que a transição demográfica em curso apresenta o desafio de criar políticas públicas que garantam um envelhecimento digno. Isso implica não apenas um aumento na expectativa de vida, mas também o acesso a serviços essenciais, como saúde, moradia e cultura, entre outras necessidades sociais. Para a classe trabalhadora, é crucial que o envelhecimento seja considerado uma conquista, não apenas em termos de anos adicionais, mas também em termos de qualidade de vida e acesso aos direitos básicos ao longo da vida (Custódio, 2018). Conforme Beauvoir (2018) descreve:

> Aí está o crime de nossa sociedade. Sua ‘política da velhice’ é escandalosa. Mais escandaloso ainda, porém, é o tratamento que inflige à maioria dos homens na época de sua juventude e de sua maturidade. A sociedade pré-fabrica a condição mutilada e miserável que é o quinhão deles na última idade. É por culpa da sociedade que a decadência senil começa prematuramente, que é rápida, fisicamente dolorosa, moralmente horrível e a razão por que esses indivíduos chegam à última idade com as mãos vazias. Explorados, alienados, quando a força os deixa, tornam-se fatalmente ‘refugos’, ‘destroços’ (Beauvoir, 2018, p. 552)

Beauvoir (2018) propõe outras reflexões para evitar que a velhice "seja uma irrisória paródia" (2018, p. 550). Segundo ela, é essencial continuar a buscar algo que dê sentido à vida, seja por meio da dedicação a indivíduos, coletividades, causas, trabalho social ou político, ou atividades intelectuais e criativas. A autora enfatiza que “a vida conserva um valor enquanto atribuímos valor à vida dos outros, através do amor, da amizade, da indignação, da compaixão” (Beauvoir, 2018, p. 550). Beauvoir (2018) aconselha que as pessoas se preparem para a velhice, não apenas no sentido de economizar dinheiro, mas também escolhendo o local da aposentadoria e encontrando hobbies. No entanto, no parágrafo seguinte, a autora reflete que essas possibilidades estão ao alcance de apenas um pequeno grupo de privilegiados, sendo justamente nessa fase final da vida que se torna mais evidente a diferença entre esses as classes. Nesse sentido a autora escreve:

> Já vimos: a idade em que começa a decadência senil sempre dependeu da classe à qual se pertence. Hoje em dia, um mineiro é, aos 50 anos, um homem acabado, ao passo que, entre os privilegiados, muitos carregam alegremente seus 80 anos. Iniciado mais cedo, o declínio do trabalhador será também muito mais rápido. Durante seus anos de 'sobrevivência', seu corpo deteriorado será vítima das doenças e das deficiências, ao passo que um velho que tenha tido a sorte de poupar sua saúde pode conservá-la mais ou menos intacta quase até a morte (Beauvoir, 2018, p. 551).

Beauvoir (2018) aponta que os/as explorados/as são condenados/as, se não a miséria, pelo menos a uma grande pobreza, e diz que a sociedade só se preocupa com o indivíduo na medida que este rende. Beauvoir (2018) escreve um texto lucido e impactante sobre a velhice na década de 1960, no entanto na contemporaneidade é possível observar que o capital, em busca de lucro, promove novas imagens sociais da velhice que passa a ser considerada uma etapa de lazer e bem-estar. Contudo, nos dois períodos citados conservam as relações sociais centradas na troca e negam a velhice enquanto produto histórico do capitalismo.

2.3 A feminização da velhice

Pensando no contingente de trabalhadores/as, o nosso olhar se volta para a quantidade demográfica do país. Dados do Censo 2023 no Brasil informam que chegamos a 203 milhões de brasileiros/as, sendo 32.113.490 desse total a população velha acima dos 60 anos. A maioria da população velha no Brasil é de mulheres, cerca de 55%. Existe, portanto, um excedente de mulheres velhas em relação aos homens de idade avançada. De acordo com Carmen Délia Sanchez Salgado (2002), as mulheres vivem mais do que os homens, e há uma proporção maior de viúvas em relação a viúvos nas faixas etárias mais avançadas. Uma possível explicação para isso é que, tradicionalmente, as mulheres tendem a se casar com homens mais velhos. Isso, aliado à maior mortalidade masculina, aumenta a probabilidade de as mulheres sobreviverem mais do que seus cônjuges. Além disso, os homens que ficam viúvos tendem a se casar novamente com mais frequência do que as mulheres, o que também contribui para essa disparidade. Essa dinâmica é semelhante entre pessoas divorciadas. Como resultado, nas famílias, a maioria das pessoas idosas são do sexo feminino (Salgado, 2002).

As mulheres idosas enfrentam numerosos desafios decorrentes de leis e políticas sociais de uma sociedade sexista e gerofóbica[16]. Essas políticas refletem a valorização da produtividade e da atratividade sexual e física na sociedade. O contexto social atual contribui para desvalorizar as mulheres idosas, como pode ser visto na representação recorrente de mulheres idosas em histórias clássicas como bruxas, feias e malvadas (Salgado, 2002). A mulher velha é maltratada e vista como uma carga. É parte de uma maioria invisível cujas necessidades emocionais, econômicas e físicas permanecem, em sua maioria, ignoradas. Pode-se assinalar, que a velhice se feminilizou, converteu-se em um assunto de mulheres. Salgado (2002) afirma que as mulheres idosas enfrentam uma série de desafios que as colocam em uma posição de fragilidade e vulnerabilidade. Elas se diferenciam de outros grupos etários no que diz respeito ao nível de educação formal, geralmente tendo menos escolaridade e menor qualificação profissional, o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho em comparação aos grupos mais jovens e aos homens idosos. Além disso, as mulheres idosas diferem quanto ao estado civil, sendo, em sua maioria, viúvas e, muitas vezes, responsáveis pelo sustento da família.

No Brasil, o ministério responsável pelas políticas públicas para pessoas idosas é o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Isabella Lourenço Lins e Luciana Vieira Rubim Andrade (2018) fazem um levantamento sobre as políticas públicas para mulheres idosas nos Planos Plurianuais e nos documentos das Conferências Nacionais de Mulheres e de Pessoas Idosas. As autoras apontam que as políticas públicas direcionadas às mulheres e às pessoas idosas ainda são permeadas por questões retrógradas, que visam apenas a saúde, em função do adoecimento pela velhice, de forma a pouco evidenciar os demais direitos humanos desta população, como formas de participação política, questões de geração de renda e emprego, entre outros. Na última Conferência Nacional dos Direitos da Pessoas Idosa (CNDPI), realizada em 2022, não houve propostas para as mulheres idosas, salvo a proposta 06 que diz respeito a fomentar e estimular a pesquisa sobre as causas da violência contra mulheres e homens idosos, mas como visto o direcionamento do indivíduo alvo da proposta é amplo para homens e mulheres. Para além, nada específico sobre mulheres foi apontado no Relatório final da CNDPI. Assim se percebe, a invisibilização das mulheres idosas. Questões como a sexualidade dessas mulheres ou as violências que elas experimentam pelo fato de serem mulheres e idosas não foram

[16] Nas páginas seguintes, será apresentado a que se refere uma sociedade gerofóbica, que diz respeito ao preconceito, medo ou aversão em relação às pessoas idosas. Explorarei suas implicações sociais, culturais e psicológicas, bem como os impactos desse fenômeno na vida dos idosos.

mencionados como foco de atenção no documento. Ampliando o escopo da análise de gênero, entendendo-a englobando a questão da sexualidade, nota-se que grupos LGBTQIAP+, não são mencionados, como se o envelhecimento se desse em um processo único. Como destacam Debert (1999) e Debert e Oliveira (2012), a transformação da velhice em um problema social não pode ser compreendida apenas como resultado mecânico de uma mudança demográfica. Do mesmo modo, a velhice não pode ser entendida somente do ponto de vista cronológico e analisada como uma experiência homogênea. O envelhecimento é uma realidade que é vivida no contexto socioeconômico, cultural e étnico em que cada um está inserido e demarcada por questões de gênero (Debert, 1999).

Na esfera privada as mulheres são a maioria no trabalho do cuidado, como já debatido no capítulo anterior. Quando envelhecidas a questão do cuidado ainda permanece sendo um função da vida. Elas, que deveriam ser as detentoras do "cuidado", acabam sendo, nas famílias, as figuras cuidadoras, como apontou os Anais da 2ª CNDPI:

> Não é só a mulher, não. Quando analisamos a idade que tem essa mulher que está prestando esse cuidando, subsidiando o Estado e a sociedade, veremos que uma mulher muito jovem passa uma média de 23 minutos por dia cuidando de alguém; a mulher de 30 a 49 anos passa 50 minutos; **a mulher de idade média de 50 a 64 anos, 154 minutos; a mulher idosa, de 64 a 75, vai passar muito mais horas, 201 minutos;** e a mulher velha, essa mulher que nós achamos que é uma recipiente de cuidados, é, na verdade, de todas, a que mais minutos passa cuidando de alguém: 318 minutos. Até as muito idosas, de 85 anos ou mais, passam três vezes mais tempo cuidando do que as mulheres muito jovens (Brasil, 2010, p. 12, grifo meu).

Lins e Andrade (2018) ressaltam que ao passo que a mulher vai envelhecendo, novas formas de cuidado vão sendo demandadas dela, por exemplo, com os/as netos/as e com a saúde do cônjuge. A expectativa social que se tem, portanto, é que as mulheres idosas conciliem a velhice com os afazeres da vida doméstica familiar. E o cuidado destas mulheres idosas recai também sobre as próprias mulheres da família.

Na velhice surgem diversos outros problemas em nível psicológico e social, as mulheres enfrentam uma aposentadoria com rendimento mínimo ou nulo, escassos recursos econômicos e tentativa de retorno ao mercado de trabalho, viuvez ou separação do casal, afastamento de seus filhos/as, cuidado de familiares dependentes (jovens ou idosos/as). Enfrenta, ainda sentimentos de inutilidade, provocados pelos mitos e estereótipos criados dentro de uma sociedade sexista. Múltiplas questões como a não aceitação da velhice, a negação de sua sexualidade; baixa autoestima por não mais

corresponder aos padrões impostos pela sociedade patriarcal sexista. Isso vem acompanhado do agravante que formuladores de política pública e os investigadores sociais são predominantemente homens, que têm passado por cima das considerações específicos das mulheres e das mulheres velhas (Salgado, 2002).

Essas diversas situações sofridas pelas mulheres velhas podem ser calcadas no termo gerofobia que:

> implica em consequências prejudiciais e visões e atitudes depreciativas para com os idosos, a exemplo da discriminação pela idade ou da imposição da perda de protagonismo, que se observa a partir de uma lógica marginalizadora, respaldada socialmente na 'ditadura' da idade. Isso faz com que o status social das pessoas idosas, conscientemente ou inconscientemente, acabe sendo desvalorizado e repercute em baixo reconhecimento social e político, certa invisibilidade, que dificulta a possibilidade de participação social e exigibilidade de direitos (Meneses, 2015, p. 1)

A imagem da velhice, ainda muito baseada na concepção biológica do envelhecimento, evoca a ideia do declínio e segue muito associada às perdas, as enfermidades, ao isolamento e as depressões. Neilson Santos Meneses (2015) afirma que essas atitudes negativas surgem do medo que as gerações jovens têm do envelhecimento e da resistência em lidar com os desafios econômicos e sociais que estão relacionados à população idosa. Como estamos tratando de mulheres velhas devemos olhar esse cenário com a lupa do sexismo. Salgado (2002) descreve que o preconceito de idade enfrentado pelas mulheres ao envelhecer é criado pelo sexismo e pela mensagem que considera velha as mulheres com idade inferior à dos homens. Essa mensagem traz outras visões errôneas e tão sexistas quanto, enquanto os homens de idade avançada são durões, rudes e viris, as mulheres estão enrugadas. Os cabelos brancos e a calvície, que fazem os homens parecerem distintos, atraentes e charmosos, são vistos como sinais de decadência e falta de cuidado em mulheres. Tal preconceito surge, em parte, ao igualar erroneamente a sexualidade feminina a sua capacidade reprodutiva determinando que "a sobrevivência da mulher, tanto física quanto psicológica, tem sido vinculada à habilidade de corresponder ao homem e aos padrões sociais estabelecidos que reforçam constantemente o poder que emana do patriarcado" (Salgado, 2002, p. 12). As mulheres, têm sido disciplinadas e socializadas para temer a velhice, negando o próprio processo de envelhecimento, como forma de escapar das penalidades impostas à velhice, pois numa sociedade capitalista patriarcal é melhor ser homem do que ser mulher, ser jovem do que ser velho, portanto, ser mulher e ser velha é duplamente desvalorizado.

Vanessa Martines Cepellos (2021) relata que parece não haver, na literatura, um consenso sobre a partir de que idade as mulheres começam a vivenciar dificuldades no mercado de trabalho, ou seja, a ser consideradas “velhas”: se a partir dos 50 anos ou ainda mais cedo, às vezes, quando elas têm apenas 40 anos de idade. Isso parece ocorrer porque, para as mulheres, “a idade é potencialmente um duplo prejuízo: elas frequentemente sofrem discriminação etária em idades mais jovens que os homens” (Fineman, 2014, p. 1721 *apud* Cepellos, 2021, p. 02). Nesse sentido, parece ser possível defender que a feminização do envelhecimento não está associada exclusivamente às mulheres idosas, ou seja, aquelas com 60 anos ou mais, mas também às mulheres que sofrem discriminação antes mesmo de atingirem a terceira idade. Assim como aconteceu com Rosa, nossa entrevistada que foi interpelada por uma pessoa dizendo que ela, com 40 anos, já estava velha para o mercado de trabalho:

> E daí sabe, o medo da gente depois não conseguir uma área assim, porque teve uma pessoa que chegou e falou pra mim assim é, mas você já está com 40 anos. A empresa não vai pegar, não vai pegar, vai pegar os jovens (Rosa, 2023).

Apesar de serem maioria na população e apresentarem maior expectativa de vida, o processo de envelhecimento pode ser vivenciado por essas mulheres a partir de eventos de discriminação por conta do gênero e da idade, especialmente no contexto de trabalho. Cepellos (2021) afirma que isso parece ocorrer porque, em nossa sociedade a idade se mostra um marcador que compacta formas de pensar e de compreender um indivíduo, uma organização ou até mesmo uma sociedade. A discriminação de adultos/as mais velhos/as no mercado de trabalho, afeta diferentes categorias de idade dos/as funcionários/as, mas predomina entre as categorias etárias mais jovens e mais velhas, sendo as mulheres as principais vítimas, pois suas dificuldades parecem ainda maiores. A autora aponta que essa discriminação ocorre dentro das organizações e também na interação de processos políticos e organizacionais, por meio de práticas de trabalho e de ações individuais. Cepellos (2021) aponta, a partir de uma série de pesquisas, que há uma maior valorização do homem em idade avançada em detrimento das mulheres envelhecidas. Na esfera organizacional, as mulheres podem sofrer discriminação explícita, ao serem informadas de que estão muito velhas, além de perceberem a idade como uma barreira na busca de trabalho, acesso à formação, remuneração e progressão na carreira, de maneira velada ou direta.

> Mulheres são rejeitadas em processos seletivos por meio da linguagem neutra com relação à idade, pois são descritas como candidatas

> ‘superqualificadas para a vaga’ e ‘experientes demais’ (McMullin & Berger, 2006). A percepção de que elas podem não se relacionar bem com os funcionários mais jovens e as deficiências percebidas em suas habilidades técnicas também se mostram fatores que ocasionam discriminação (Cepellos, 2021, p. 3)

Além das conexões de trabalho, Salgado (2002) afirma que, na velhice, outras relações importantes podem terminar ou mudar, como a morte dos cônjuges ou o divórcio, alterando rotinas que muitas vezes foram seguidas por décadas. As amizades também podem mudar ou desaparecer, seja devido à morte ou mudanças de residência. A perda dos pais é igualmente significativa nessa etapa da vida, pois, após criar os filhos ou cuidar dos pais por longos períodos, essa mudança na rotina pode ter um grande impacto.

O aumento da expectativa de vida das mulheres resulta como consequência maior a possibilidade de que se viva mais tempo como avó. Devido as mudanças sociais ocorridas em nossa sociedade, o papel de auxílio exercido pela avó vem adquirindo maior importância e necessidade. As avós exercem uma função importante dentro do sistema familiar, provendo uma gama de apoio ao cuidar dos netos/as. Outra mudança, nessa etapa da vida são as relações intergeracionais, onde netos/as tem a oportunidade de conhecer e estar por mais tempo com suas avós, pois estas viverão por mais tempo. Isso vai levar ao desenvolvimento de novas relações, que trará benefício para ambas as partes (Salgado, 2002).

Essas relações e dificuldades enfrentadas pelas mulheres velhas se intensificam quando olhamos pela lente da interseccional de raça/cor. As mulheres velhas negras enfrentam desafios ainda mais complexos devido à intersecção de discriminação de gênero, raça e idade. Historicamente marginalizadas, essas mulheres são frequentemente invisibilizadas tanto nas políticas públicas quanto nos debates sobre envelhecimento, sendo vítimas de preconceito racial e etário. Elas geralmente possuem menos acesso a recursos econômicos e oportunidades de trabalho, resultado de um ciclo de desigualdade que se perpetua ao longo de suas vidas. Além disso, o racismo estrutural contribui para que as mulheres negras tenham menores níveis de escolaridade e ocupem postos de trabalho precários e informais, o que impacta diretamente suas condições de vida na velhice. No âmbito da saúde, enfrentam barreiras no acesso a serviços de qualidade, sofrendo com a falta de atendimento adequado às suas necessidades específicas. Em consequência, muitas vezes vivenciam um envelhecimento marcado pela precariedade, pelo isolamento social e pela falta de reconhecimento e apoio institucional. A combinação desses fatores faz com que a velhice para as mulheres negras seja não apenas uma fase de

desafios naturais do envelhecimento, mas também uma continuação das lutas por sobrevivência e dignidade em uma sociedade que as negligencia e oprime.

Ao analisar o cenário das mulheres idosas no Brasil, fica evidente a necessidade de um olhar mais atento e inclusivo nas políticas públicas e na sociedade em geral. A feminilização da velhice revela desafios específicos enfrentados por essas mulheres, que não apenas lidam com a invisibilidade social, mas também com discriminação baseada em idade e gênero, tanto no mercado de trabalho quanto nas suas vidas pessoais. O envelhecimento feminino é frequentemente marcado por uma série de estigmas que acentuam a vulnerabilidade dessas mulheres, privando-as de oportunidades de participação social plena e reconhecimento de seus direitos. Portanto, é imperativo que a sociedade e os/as formuladores/as de políticas adotem uma abordagem interseccional que valorize a diversidade de experiências e contribuições das mulheres idosas, promovendo a igualdade de gênero e o respeito aos direitos humanos em todas as fases da vida.

CAPÍTULO III MEMÓRIAS DE RESILIÊNCIA: HISTÓRIAS DE MULHERES QUE TRANSFORMAM DESAFIOS EM FORÇA

> *Vem algumas coisas que acontecem na vida da gente que te leva, né? Lógico que ela te encaminha. Mas se você não for forte você não consegue.*
>
> *(Orquídea)*

A frase que constitui a epígrafe deste capítulo, surgiu na fala de Orquídea, em um momento em que refletia sobre as passagens difíceis de sua vida. O fragmento, permitiu a mim, a percepção dos constantes processos de ressignificação de Orquídea, mas também das outras entrevistadas, frente aos desafios que surgiram ao longo de suas vidas. Quando analisei seus relatos, percebi uma narrativa comum de superação, de vontade de crescer, em que as adversidades foram descritas como forças que as "encaminharam" em e para as suas trajetórias. Essa ressignificação dos desafios, sintetizado na frase "se você não for forte, você não consegue" (Orquídea, 2022), reflete uma forma de lidar com a vida, que reforça o protagonismo e a resiliência dessas mulheres.

Assim, este capítulo se volta para as vivências de mulheres que se dedicaram e, ainda se dedicam ao trabalho doméstico, buscando entender como elas se identificam com suas histórias e o impacto dessas experiências em suas vidas. Por meio de entrevistas com quatro mulheres, cada uma com trajetória única, pude perceber a complexidade e a resiliência que permeiam suas narrativas. Apesar das adversidades, elas encontram força e identidade em suas escolhas, revelando não apenas as lutas enfrentadas, mas também o significado e o sentido atribuídos ao trabalho. Essas trajetórias ressaltam a importância do reconhecimento do trabalho doméstico como uma atividade essencial, frequentemente desvalorizada pela sociedade. Assim, ao compartilhar essas experiências, busco iluminar a realidade de um grupo muitas vezes subalternizado, mas que desempenha um papel fundamental na estrutura social.

Com a pesquisa compreendi que a história oral ultrapassa o limite de ser apenas uma metodologia aplicada, pois os relatos dela obtidos não são apenas memórias individuais, mas construções que emergem da interação, tornando o processo intrinsecamente intersubjetivo. Durante as entrevistas, o diálogo que estabeleci com elas, criou um espaço de troca mútua. As perguntas, respostas e interpretações não surgiram isoladamente, mas foram modeladas pela interação, pela escuta ativa e pelo contexto

relacional entre nós. A nossa interação, no momento da entrevista, não se limitou ao campo racional, as memórias evocaram emoções e sensibilidades que foram compartilhadas e compreendidas dentro do espaço de interação. Sorri e chorei com elas e quando me contavam algo difícil de ser rememorado e relatado, respeitei a angústia, a dificuldade.

Evocando Alistair Thomson (1997) em seu texto "Recompondo a Memória: Questões sobre a Relação entre a História Oral e as Memórias" é possível verificar as complexas interações entre história oral e memória, destacando como os relatos orais são uma forma de experiências da experiência pessoal e coletiva. Thomson (1997) analisa a história oral como uma ferramenta para acessar as memórias, indicando que estas são moldadas por fatores sociais, culturais e políticos. Ele também discute a memória como algo dinâmico e sujeito a modificações, sendo influenciado por processos de lembrança, esquecimento e reinterpretação ao longo do tempo. O autor nomeia como reminiscências as lembranças ou recordações do passado que as pessoas tentam compor e integrar à sua identidade pessoal. Essas reminiscências não são simplesmente uma reprodução objetiva do que aconteceu, mas sim uma fuga subjetiva que pode ser influenciada por experiências emocionais, culturais e sociais. O processo de relembrar é frequentemente uma tentativa de dar coerência e harmonia a episódios do passado que podem ser dolorosos, fragmentados ou traumáticos. As reminiscências, portanto, não são apenas memórias individuais, mas também moldadas pelas normas e expectativas sociais do grupo ou comunidade com o qual a pessoa se identifica. O autor enfatiza que as memórias não são fixas e podem ser reinterpretadas ao longo do tempo, à medida que as pessoas buscam ajustes ou reconciliações com eventos passados. Além disso, há uma busca constante por reconhecer essas memórias dentro de um contexto social mais amplo, o que significa que as reminiscências podem ser compostas de maneira a se alinharem com as narrativas aceitas e valorizadas pelo coletivo.

Entre a busca de Thomson por entender a memória como um processo dinâmico e a aplicação dessa teoria na prática da história oral, há uma reflexão sobre como as memórias pessoais, muitas vezes dolorosas, são moldadas pela tentativa de reconciliação com o passado e pela necessidade de pertencimento social. Ao integrar as reminiscências ao contexto social, já que as pessoas não apenas reconstroem suas identidades individuais, mas também buscam validação e reconhecimento dentro de uma narrativa coletiva. Essa dinâmica de busca por coerência entre o passado e o presente, aliada ao processo de reintegração das memórias no tecido social, revela a importância da história oral como

ferramenta não só de preservação, mas de reinterpretação ativa do passado, que pode iluminar aspectos da experiência humana muitas vezes esquecidos ou marginalizados.

Em alguns momentos, nos relatos, quando as lágrimas surgiam, me questionei sobre qual atitude tomar frente a dor delas. Ou ainda, quais seriam as consequências em suas vidas, dessa memória que emergiu ressignificada pelo ato de rememorar à luz do presente, provocada por meu pedido que falassem sobre si. O que coube a mim foi permanecer ao lado e constituir uma escuta as suas histórias. Talvez, minha atitude se deu por entender que a história oral, mais do que um método acadêmico, tornou-se para os/as pesquisadores/as uma prática de resistência e valorização de vozes subalternizadas que se quer silenciadas, especialmente de mulheres trabalhadoras e envelhecidas que, historicamente, têm suas trajetórias ignoradas por não serem identificadas como sujeitas históricas.

Como historiadora, compreendo que registrar suas narrativas requer mais do que a técnica de documentar suas vivências, exige a "aprendência da escuta" (VASCONCELOS, 2022), um envolvimento ativo e respeitoso no ato de ouvir. O conceito de aprendência da escuta de Vania Nara Vasconcelos (2022) parte da ideia de que a escuta, mais do que um ato físico de ouvir, é uma habilidade que pode e deve ser aprendida, cultivada e aprimorada no contexto educacional. A autora propõe que a escuta vai além da simples recepção de sons e palavras; ela envolve um compromisso ético e relacional. Escutar significa estar disponível para o/a outro/a, reconhecendo sua alteridade, respeitando suas escolhas e trajetória de vida.

Confesso que antes de as ouvir, sendo a primeira vez lidando com história oral, senti uma imensa insegurança quanto a deixar essas mulheres à vontade para construir sua narrativa. O medo era de que a entrevista ficasse robótica, hierarquizada entre perguntas e respostas, mas para a minha surpresa, a primeira narradora falou de sua vida de forma espontânea, e nesse momento de troca comecei a entender o meu lugar de ouvinte, de respeito, de carinho e cuidado com aquele relato rico que estava me oferecendo. Quando as mulheres iniciaram suas narrativas, elas construíram e reconstruíram suas identidades, em um processo que a memória acionou eventos passados atribuindo-lhes novos significados.

A primeira entrevistada foi Orquídea. Quando perguntei qual flor ela gostaria de ser representada na pesquisa, me relatou que apesar de gostar da flor violeta, não gostaria de ser identificada com ela, dada a sua fragilidade. Possivelmente, por questões muito próprias de si, e da necessidade de ser uma mulher independente em toda sua vida, violeta

poderia passar uma impressão de fraqueza, com a qual ela não se identificaria. Contudo, sua escolha foi a orquídea que segundo ela, apesar de ser uma flor delicada, suas raízes são fortes o que remete ao seu lugar na família, ou seja, a raiz como a base de todos/as. Sua família sempre foi muito pobre, descendentes de italianos, com oito filhos/as no interior de Santa Catarina, viviam com muita dificuldade financeira. Relembra que ela e os irmãos não tinham muito carinho de pai e da mãe, apesar dos cuidados e da presença constante dos pais.

No momento da entrevista, Orquídea enfatizou isso por diversas vezes, possivelmente para justificar ou pelo ressentimento de seu pai tê-la “dado”, quando tinha 8 anos, para uma outra família, em que ela pudesse trabalhar para sua própria sobrevivência. Ao mencionar repetidamente que foi "dada" por seus pais, ela expõe uma mágoa implícita, demonstrando que, apesar de reconhecer que eles foram bons pais, talvez sentisse que poderiam ter feito mais para permanecer ao seu lado. Essa experiência de abandono contrasta com a forma como ela descreve sua maternidade: cheia de dificuldades, mas também de amor e permanência. Nesse sentido, sua fala pode ser interpretada como uma afirmação de superação em relação aos seus pais. Ela parece dizer, de maneira subjetiva, que desafiou desafios semelhantes ou até maiores – como as condições de vulnerabilidade relacionadas à moradia e ao trabalho precário típico de muitas trabalhadoras domésticas – mas escolheu permanecer ao lado de seus filhos. Essa comparação implícita não é verbalizada diretamente, mas, como pesquisadora, é possível identificar no discurso dela a tensão entre o reconhecimento das limitações dos pais e a reafirmação do esforço pessoal em oferecer aos filhos algo que, em sua visão, foi negado. Hoje com 60 anos, se percebe como mulher simples e batalhadora. Ao falar sobre sua independência conquistada aos 55 anos, o brilho em seus olhos azuis refletiu o orgulho sentido por ela em relação a isso. Ao rememorar sua trajetória, vieram à tona as marcas de sofrimento e dor, memórias que evocaram as lágrimas em seu rosto, evidenciando os anos de trabalho precário e desvalorizado.

O exercício de memória que Orquídea realiza ao relembrar, na construção de sua narrativa, de seus pais a todo momento e do fato de ter sido “dada” é uma dinâmica que, segundo Alistair Thomson (1997), o "outro" desempenha um papel central na evocação das memórias e na construção de nossas narrativas. O autor argumenta que o processo de composição das memórias, embora pareça individual, é profundamente inspirado por contextos sociais e comunitários. As memórias não são formadas isoladamente; elas são moldadas pela interação com os outros, pelos valores normas e culturais e pelas

expectativas coletivas. O outro que desempenha papel central nas memorias de orquídea são seus pais. Essa afirmação, ainda que não explícita, pode ser lida como uma tentativa de superar os padrões que viveu em sua própria infância, desafiando as limitações impostas por sua realidade social. Sua fala sugere, portanto, uma resistência silenciosa às condições de vulnerabilidade que marcam a vida de muitas trabalhadoras domésticas, evidenciando não apenas os desafios da maternidade nesse contexto, mas também uma forte dimensão de resiliência e agência pessoal.

A segunda entrevistada foi Rosa, 40 anos, uma mulher que demonstrou preocupação com sua aparência, tendo se produzido para a entrevista. Rosa foge um pouco da faixa etária delimitada por mim nesse trabalho, mas diante de sua trajetória de vida, resolvi renunciar à rigidez dos critérios da pesquisa e inseri-la nas análises. A entrevista com Rosa aconteceu num sábado nublado, num ponto de ônibus em frente a empresa que hoje ela trabalha assalariada com auxiliar geral de limpeza. Era o único horário disponível que Rosa tinha para me contar sua história e eu prontamente aceitei. Rosa, usava um batom na cor vinho foi atenciosa e muito cuidadosa em sua fala. Teve uma vida atribulada ainda muito jovem, começou a trabalhar com limpeza aos 14 anos e casou-se cedo, tem três filho e é avó. O primeiro marido, foi dependente químico, fez com que ela se sujeitasse a trabalhos desvalorizados para conseguir sobreviver. Ela recuperou com ênfase suas experiências do passado ao longo de sua narrativa, afirmando que deseja para si um futuro longe dos serviços domésticos.

Rosa se emocionou quando perguntada sobre o que espera da velhice. Ela disse que tem a esperança de profissionalmente estar em um lugar melhor, tem sonhos de trabalhar em escola, bem longe do serviço de limpeza. Quando a perguntei sobre a importância do trabalho em sua vida, me respondeu que adorava se arrumar para trabalhar, e me disse que com o trabalho se sentia útil. A importância do trabalho é tão significativa para ela, que na entrevista, ela chorou quando me contou que talvez tenha que abandonar o trabalho por conta do filho autista. A menção sobre o filho é significativa, pois conecta diretamente o trabalho produtivo ao trabalho reprodutivo e de cuidado, temas centrais na Teoria da Reprodução Social. Na iminência de ter que abandonar o emprego, devido às necessidades do filho, Rosa evidencia sentimento de angustia, por não ter outra saída. Sua preocupação reflete os desafios enfrentados por mulheres que, como ela, precisam conciliar múltiplos papéis e responsabilidades, muitas vezes em condições de extrema precariedade e vulnerabilidade social. A angustia vivida por Rosa aponta para a sobrecarga gerada pela falta de políticas públicas adequadas, como creches especializadas

ou apoio financeiro para mães em contextos de cuidado intensivo. A estrutura narrativa de Rosa sobre seu trabalho é entrelaçada com a maternidade, pois sinaliza como as demandas do cuidado com seu filho, afetam diretamente suas escolhas de vida e trabalho, tornando-se um fator crucial na forma como ela planeja seu futuro.

Já Margarida, uma mulher negra com 59 anos, fez questão de mencionar que adora ir à academia e tem como hobby preferido cuidar do corpo e da saúde. A entrevista ocorreu em sua casa, iluminada por uma grande janela branca onde o sol clareava a cozinha, mas não esquentava, já que o dia estava muito frio. A blusa azul aquecia uma mulher de sotaque carioca e de fala tranquila. Mesmo iniciando o trabalho doméstico muito cedo, com quatorze anos, Margarida não trouxe para suas falas lembranças ruins, fez questão de enfatizar que teve muita sorte na vida profissional, já que, segundo ela, trabalhou com pessoas muito boas. Sua vida no trabalho doméstico remunerado foi constante e durou até seu casamento. Ainda quando morava no Rio de Janeiro teve seus filhos/as e para complementar renda, vendia pizzas, perfumes e produtos de beleza. A prática adotada por ela, vem das experiências vividas por muitas outras mulheres que dedicaram a vida as tarefas reprodutivas, mas que precisavam de dinheiro extra para compor a renda familiar. Margarida que escolheu essa flor por ser delicada, hoje trabalha como diarista em diversas casas e ainda faz trufas para o marido vender em prol de uma casa de reabilitação de adictos em drogas. Fizemos a entrevista em seu dia de folga das diárias, mas isso não significa que Margarida estivesse descansando do trabalho doméstico e do compromisso que assumiu com a feitura das trufas, deve ser por isso que a casa tinha um delicioso cheiro de chocolate.

A última entrevistada foi Rosa do Deserto, que escolheu essa flor por sua beleza e diferença. A última entrevistada é miúda, usa óculos e tem um sorriso encantador, largo aberto e sem cerimônias para aparecer. A entrevista aconteceu em sua casa, bem material de extremo orgulho dela. Usava uma tipoia no braço esquerdo, resultado de um acidente de moto quando voltava do seu trabalho fixo de auxiliar geral de limpeza em um posto de saúde. Com 50 anos, avó de duas meninas, a entrevista aconteceu na sala da casa em meio a brinquedos. Mãe orgulhosa de dois filhos/as, começou cedo no trabalho doméstico, com 12 anos era babá e por questão de sobrevivência da família teve que morar com sua patroa. Rosa do deserto conta que chorava todas as noites, pois queria voltar para casa, junto com sua família. Se apresentou a mim como uma mulher centrada e de pés no chão, com muito orgulho do seu trabalho e não via problemas no trabalho doméstico remunerado, mesmo que sua vontade seja de trabalhar com crianças em uma creche.

Voltando a cena da sala repleta de brinquedos, é possível a partir desse cenário refletir que Rosa do Deserto além do trabalho fora, da sua casa e dos cuidados dos membros que nela vivem ainda arruma tempo para cuidar das netas para que a nora possa trabalhar. A cena ilustra como as avós desempenham um papel central na reprodução social, ao assumirem o cuidado dos netos para permitir que outras mulheres possam trabalhar fora de casa. Sob a perspectiva feminista da Teoria da Reprodução Social, esse arranjo reflete a maneira como o trabalho reprodutivo — essencial para a sustentação da força de trabalho — é transferido dentro das famílias, geralmente recai sobre mulheres mais velhas. Essa dinâmica evidencia como o capitalismo se apoia em relações de gênero para externalizar custos do trabalho de cuidado, muitas vezes desvalorizando-o enquanto contribui para a perpetuação de desigualdades.

Decidi entrevistar essas mulheres a partir do relato da sua biografia, método denominado "história de vida" que segundo a historiadora Carla Cristina Nacke Conradi (2015):

> compreende a trajetória do indivíduo desde a infância até o tempo presente da sua narrativa, apresentando múltiplos momentos vividos na individualidade ou no coletivo permitindo também (...) explorar a dimensão narrativa da construção do eu na análise da experiência (Conradi, 2015, p. 22).

Esse escolha valoriza a importância de compreender a trajetória de um indivíduo ao longo do tempo, considerando não apenas os momentos vívidos de forma isolada, mas também as experiências compartilhadas no contexto coletivo. Uma narrativa, ao percorrer a vida desde a infância até o momento presente, oferece uma rica oportunidade de explorar como o "eu" é construído e reconstruído por meio das experiências, interações e contextos nos quais o indivíduo está inserido. Ao abordar a dimensão narrativa, a análise da experiência se amplia, permitindo que se revele os processos subjetivos e sociais que moldam a identidade e o significado das vivências. Isso significa que os/as sujeitos/as não apenas narram suas experiencias pessoais, mas também revelam como essas experiências se conectam a dinâmicas sociais mais amplas, como questões de gênero, classe e raça. Para Margareth Rago (2013) o conceito de autobiografia, ou seja, o ato de narrar sua própria história, não é apenas um relato linear e pessoal da vida, mas um processo complexo de construção da memória e da identidade. Ao explorar as histórias de vida de outras pessoas, Rago (2013) percebe a autobiografia como uma narrativa que transcende o individual para refletir sobre as condições históricas e sociais que a moldam.

Ainda sobre a noção de espaço autobiográfico, Maria Izaura Pereira de Queiroz (1988) entende a autobiografia como uma forma de registro e reflexão crítica sobre as trajetórias individuais, que dialoga com o contexto social e político mais amplo. Queiroz (1988) vê a autobiografia como um instrumento de autorreconhecimento e de contestação das narrativas dominantes, especialmente no que diz respeito às mulheres e outros grupos marginalizados. Para ela, a autobiografia não é apenas uma narração de eventos, mas um meio de criar e afirmar a identidade individual em interação com o coletivo. Em seus escritos, ela também destaca a importância da autobiografia como uma forma de resistência social, pois ao contar suas próprias histórias, os/as sujeitos/as desconstroem os discursos impostos pela sociedade.

A compreensão da autobiografia e da narrativa de vida, como exposta por Margareth Rago e Maria Isaura Pereira de Queiroz, nos permite olhar para as histórias individuais não apenas como registros pessoais, mas como reflexões profundas sobre a construção da identidade em relação aos contextos históricos e sociais. Nesse contexto, a história de vida das entrevistadas exemplifica como as trajetórias individuais se entrelaçam com as questões estruturais, como o trabalho doméstico, frequentemente desvalorizado e naturalizado, mas também um campo de resistência e resiliência. Através dessa perspectiva, a história dessas mulheres, ao ser narrada, não é apenas uma lembrança pessoal, mas um reflexo das condições sociais e políticas que moldam suas experiências e as identificam enquanto sujeitas históricas e sociais.

A história de Rosa do Deserto e das outras entrevistadas reflete um percurso marcado por desafios e resiliência, comum a muitas mulheres que encontram no trabalho doméstico uma forma de sustento e realização pessoal, ainda que nem sempre por escolha. Sua trajetória, iniciada ainda na infância como babá e moldada por responsabilidades familiares, dialoga diretamente com as questões históricas e estruturais do trabalho doméstico. Essa forma de trabalho, como apontado por Silvia Federici (2019), é frequentemente naturalizada e desvalorizada, reproduzindo desigualdades de gênero e sobrecarregando mulheres que, como Rosa, acumulam múltiplas jornadas em suas rotinas.

A diferença que existe entre o trabalho e o trabalho doméstico está no fato deste último ter sido imposto às mulheres, e transformado em um atributo natural da psique e personalidade femininas — uma necessidade interna ou aspiração, supostamente derivada da natureza feminina. Federici (2019) ressalta que o trabalho doméstico foi enquadrado como um atributo natural, em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado

a não ser remunerado. Historicamente, coube às mulheres a responsabilidade pelas atividades de reprodução da vida, seja no cuidado de suas próprias famílias ou das famílias de outras pessoas. Mesmo quando o trabalho reprodutivo é remunerado, ele é realizado predominantemente por mulheres, que acabam por triplicar[17] sua jornada de trabalho doméstico. É o caso das entrevistadas, desde muito cedo essas mulheres foram inseridas no mundo do trabalho doméstico, seja no âmbito de auxílio no sustento da família ou na inserção no mercado de trabalho. Sobre isso, trouxemos alguns trechos das entrevistas, para refletirmos sobre esse elemento em comum:

> Porque assim a gente, como éramos em 8 irmãos e a situação era difícil, o pai, a mãe. O que que ele fazia? As pessoas pediam para a gente ir pedir pro pai, pra gente trabalhar. Né? Falava 'Borsato, pode me arrumar uma filha tua para trabalhar na minha casa?' 'Sim', ele falava, 'Ela pode ir", 'mas quanto você vai me cobrar?' 'Nada'. Meu pai não cobrava nada pra gente trabalhar. '**Só quero que elas aprendam a fazer o serviço'**, e a gente trabalha em troca de comida. Era essa a nossa vida (Orquídea, 2022, grifo meu).

A narrativa apresentada por Orquídea exemplifica uma dinâmica comum em contextos de vulnerabilidade econômica, especialmente no que se refere ao trabalho doméstico não remunerado ou escassamente recompensado, inserido nas relações de classe e gênero. Sob a ótica da Teoria da Reprodução Social (TRS), essa prática reflete a maneira como o trabalho reprodutivo, essencial para a manutenção da força de trabalho, é desvalorizado e naturalizado. Nesse relato, o pai media a inserção das filhas no trabalho doméstico com base em uma troca simbólica — "trabalha, mas aprende o serviço" —, enfatizando o caráter de preparação para um futuro papel social esperado para as mulheres. Isso revela como a reprodução da força de trabalho extrapola a esfera econômica: além de sustentar a família por meio de troca por alimentos, perpetua a divisão sexual do trabalho ao preparar meninas para atividades que serão desempenhadas em suas vidas adultas, frequentemente em posições subordinadas, informais e precárias. A ausência de remuneração reforça a invisibilidade desse tipo de trabalho como "não-trabalho", uma ideia criticada por autoras como Silvia Federici (2019), que mostram como a exploração do trabalho doméstico — tanto no espaço privado quanto no mercado — é

[17] A tripla jornada de trabalho feminina é um conceito que descreve a carga de trabalho enfrentada pelas mulheres, que inclui não apenas o emprego remunerado fora de casa, mas também o trabalho doméstico e o cuidado com a família. A terceira jornada, frequentemente esquecida, refere-se às atividades de cuidado que extrapolam o âmbito doméstico, como o envolvimento em tarefas comunitárias e voluntárias, que também consomem tempo e energia (BRUSCHINI, 2007).

fundamental para a acumulação de capital, ao mesmo tempo em que contribui para a perpetuação de desigualdades estruturais.

Já Margarida teve um início um pouco diferente, aos 14 anos, observando as condições vividas pela família, relatou que se sentiu no dever de ajudar a mãe com as despesas da casa e seguiu para o trabalho doméstico remunerado:

> (...) é aí eu estudei até o quando **eu passei pro ginásio** naquele tempo né, aí minha mãe que trabalhava na casa de família, aí tinha uma moça lá precisando eu fui trabalhar com a mulher (Margarida, 2023, grifo meu).

Margarida ao construir essa fala evidenciou como mulheres pobres da classe trabalhadora, especialmente em contextos históricos específicos, são empurradas para atividades associadas ao trabalho doméstico. A mãe de Margarida já trabalhava como doméstica, e essa condição foi herdada pela filha, criando um ciclo intergeracional de opressão. A TRS aponta que essa divisão sexual do trabalho não é natural, mas construída socialmente para sustentar o sistema capitalista, onde mulheres, especialmente pobres, são obrigadas a suprir demandas de reprodução social que não beneficiam diretamente a sua própria família. Margarida menciona que estudou até o ginásio, mas a trajetória educacional foi interrompida "dever" das necessidades impostas socialmente, culturalmente e economicamente a ela pela sua condição de classe e gênero em uma sociedade capitalista e patriarcal. Isso demonstra que em sistemas capitalistas, muitas mulheres da classe trabalhadora ficam afastadas de possibilidades de desenvolvimento pessoal e mobilidade social, sendo obrigadas a contribuir imediatamente para a economia doméstica por meio de trabalhos mal remunerados. A interrupção educacional de Margarida exemplifica como o capitalismo, combinado com desigualdades de gênero e classe, prioriza a sobrevivência econômica no curto prazo, ao custo de oportunidades de longo prazo.

Rosa do deserto teve uma inserção no trabalho um pouco distinta das demais, após uma desestruturação familiar, se viu ainda criança presa a um trabalho que lhe trazia sofrimento.

> meu pai conseguiu comprar um terreno esse que ele mora, aqui em Toledo, mas a gente era 05 filhos, daí em determinado momento ele arrumou outra mulher e foi embora e acabou deixando minha mãe com as crianças, tudo nós. Ela tinha que trabalhar fora, aí ela não conseguiu dar conta de sustentar todo mundo que era só ela (...). E eu tive que trabalhar de babá também pra uma enfermeira do Bom Jesus, com 12

> anos, nem mocinha não era. Eu chorava porque eu não queria posar (Rosa do deserto, 2023).

O abandono do pai, classificado na fala, demonstra como a responsabilidade pelo sustento e cuidado das crianças recai desproporcionalmente sobre as mulheres. Após o pai arrumar outra mulher e ir embora, a mãe foi deixada sozinha para assumir o trabalho de reprodução social: criar e sustentar cinco filhos/as. Além disso, o abandono reflete como a divisão sexual do trabalho privilegia os homens, que muitas vezes se afastam das responsabilidades reprodutivas sem consequências significativas, enquanto as mulheres são sobrecarregadas. O trabalho de Rosa do deserto como babá evidencia a divisão sexual do trabalho, que associa tarefas de cuidado e reprodução social às mulheres, mesmo quando são crianças.

Sob o TRS, isso é visto como uma consequência da socialização de gênero, que condiciona meninas a assumirem responsabilidades domésticas e de cuidado desde cedo. Esse trabalho, mesmo sendo remunerado, permanece em uma posição de subalternidade e invisibilidade. Rosa, como uma menina pobre e jovem, ocupa um lugar marginal dentro da economia capitalista, realiza um trabalho essencial (cuidado de outra família) enquanto sua própria família está em condições precárias. O relato de Rosa sobre o choro e o desconforto ao "posar" (dormir no local de trabalho) reflete como o trabalho infantil e de cuidado muitas vezes é desconectado dos trabalhadores/as de suas próprias necessidades emocionais e sociais. A dor emocional expressada por Rosa é um indicador de como esse trabalho é explorador.

E por último, Rosa me contou como foi a inserção no trabalho remunerado que contou com sua iniciativa em procurar emprego para ajudar a família:

> (...) meu primeiro emprego foi num restaurante. Comecei com 16 anos, até para ajudar os meus pais, né? (Rosa, 2023).

A fala de Rosa ilustra como o trabalho juvenil, especialmente para mulheres da classe trabalhadora, está frequentemente ligado à necessidade de contribuição para a reprodução social da família. Nas famílias da classe trabalhadora, a responsabilidade pela manutenção material é compartilhada entre os membros, inclusive os mais jovens. Essa situação surge porque o capitalismo externaliza os custos de reprodução social (como sustentar e educar os/as filhos/as), forçando as famílias a buscarem soluções para suprir suas necessidades. A entrada precoce no mercado de trabalho revela limitações impostas por uma estrutura que prioriza a sobrevivência econômica imediata, muitas vezes em detrimento da educação ou do desenvolvimento pessoal do jovem trabalhador.

A maioria dessas mulheres ingressou no trabalho doméstico ainda muito cedo, com o objetivo de contribuir economicamente para suas famílias. Rosa, por exemplo, começou sua trajetória em empregos remunerados ainda jovem, trabalhando em um restaurante. Esse início de carreira remete à realidade de muitas mulheres que entram no mercado de trabalho em funções associadas ao cuidado e à manutenção do lar. Essas ocupações, tradicionalmente vistas como femininas, refletem a persistente divisão de gênero, na qual as mulheres são frequentemente direcionadas a empregos que envolvem o cuidado de outras pessoas ou do ambiente doméstico.

O trabalho doméstico destacou-se como uma, ou muitas vezes, única opção de sustento diante do acesso a outras possibilidades de inserção laboral. É oportuno esclarecer que no Brasil as famílias de baixa renda são as que mais sofrem as consequências do modelo sociopolítico econômico da acumulação do capital e, com isso, suas estruturas e relações sociofamiliares ficam vulneráveis e fragilizadas. Muitas vezes, se faz necessários arranjos para a sobrevivência familiar. É nesse sentido, que nossas flores adentraram tão jovem no trabalho reprodutivo remunerado que mostra que não só foi um problema socioeconômico familiar, mas também reside no fato de como nós temos sido socializados/as de forma que nós mulheres realmente acreditamos que temos um dom ou uma condição biológica especial voltada para as funções do lar. E foi a partir da naturalização dessa ideia que o capitalismo conseguiu que algumas atividades fossem feitas de forma gratuita e ainda garantiu o seu abastecimento diário de trabalhadores/as e isso graças ao trabalho invisível das mulheres em prover as condições materiais e emocionais necessárias para que o trabalhador saia e produza (Federici, 2019).

O trabalho também pode ser nas atividades reprodutivas dentro da própria residência quando os responsáveis saem para trabalhar e deixam os/as filhos/as em casa. A mãe de Margarida precisou sair para trabalhar para complementar a renda da família e ela, sendo a filha mais velha, é que ficou responsável pelo cuidado dos irmãos e irmãs, antes ainda de adentrar ao trabalho doméstico remunerado aos 14 anos:

> minha mãe cheia de filho, mãe de 9 filhos, tudo pequeno, aham. 9 filhos pequenos e aí foi era bem difícil né, porque aí ela trabalhava eu era mais maiorzinha e eu que olhava os irmãos (...) eu era pequena tinha 9 para 10 anos tomava conta de outros pequetitinhos. (Margarida, 2023).

A fala da Margarida revela a complexidade de ser uma criança que, ao mesmo tempo, tem a experiência de "ser cuidada" pela mãe e, ao mesmo tempo, assume a função de cuidadora, especialmente em uma situação de grande número de filhos/as pequenos, o

que provavelmente exigia muito esforço da mãe. Adriana Carnielli de Lima e Ana Maria Almeida (2010) identificaram que para as meninas, as atividades reprodutivas domésticas do lar estão no âmbito da obrigação, isto é, são atividades cotidianas regulares que podem ser bastante intensas, vivenciadas a partir de um enquadramento moral mais explícito. As atividades domésticas não são consideradas trabalho, mas sim uma obrigação das meninas no processo de educação transmitido nas famílias.

Gabriela Fernandes Rocha Patriota e Maria de Fatima Pereira Alberto (2014) apontam que a inserção precoce no trabalho, sobretudo em atividades como o trabalho informal urbano e o trabalho doméstico, tem como motivos, além da necessidade financeira, uma rede de relações que a oportuniza ou uma cultura das redes sociais que a favorecem. As autoras explicam que essas redes sociais se referem à inserção da criança e/ou adolescente no trabalho proporcionada por familiares, vizinhos ou outros parentes, em locais onde existe uma demanda por mão de obra mais barata, necessidade econômica das famílias e escassez de equipamentos institucionais (creches e escolas integrais, centros de atenção à criança e ao adolescente) no espaço em que essas crianças e adolescentes vivem. Essa designação ao trabalho pelos/as adultos/as responsáveis são em maior medida para contribuírem na manutenção familiar, ou mesmo na percepção deles/as como sujeitos/as que precisam ser educados/as para o trabalho e ao mesmo tempo, ocupados/as pelo trabalho. Como relata Orquídea, seus pais “a deram” para uma família para ensinar o serviço doméstico, além da necessidade econômica da família.

Nesse sentido, o serviço doméstico se mantém, particularmente, nas situações de crise e nos mercados de trabalho desestruturados e com escassa oferta de postos, como importante porta de entrada para mulheres pobres. Em 2022, no Brasil cerca de 39,6% da população ocupada no serviço doméstico eram pobres e extremamente pobres. E 38,2% das mulheres ocupadas tinham o ensino fundamental incompleto. Assim, o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. Isso revela uma realidade comum para muitas mulheres que, devido à falta de oportunidades educacionais ou qualificações profissionais, acabam sendo absorvidas por um trabalho que, muitas vezes, oferece uma porta de entrada para o mercado de trabalho, mesmo com a carga de responsabilidades que isso acarreta. É o que relata Orquídea, quando se deparou com uma escolha importante a ser feita:

> Fundamental não tinha terminado quando eu mudei para Medianeira com Ela... E, eu fui. Terminei o fundamental, certo? Terminei o

> fundamental. Queria fazer o médio, mas nisso ela [a empregadora] engravidou. E na semana que eu voltei pro ensino médio, que eu voltei a estudar. Comecei assim o ensino médio, a neném e nasceu. E eu fui uma semana para a escola e ao invés de sair do serviço eu saí da escola. Porque eu não aguentava. Chegava em casa 11 horas, 10 e meia, 11 horas da noite. Eu tinha que passar roupa, eu tinha que estudar porque durante o dia eu tomava conta de 3 crianças e uma casa. Era a casa dela. Então não tinha, então ao invés de eu sair do serviço, eu saí da escola (Orquídea, 2022).

Esse relato de Orquídea mostra que, apesar de ter completado o ensino fundamental e ter a intenção de continuar seus estudos, foi forçada a abandonar o ensino médio para seguir com o trabalho doméstico, que exige muitas horas de dedicação e poucas condições de flexibilização. Isso reflete a realidade de muitas mulheres que, devido à sobrecarga de responsabilidades domésticas e de cuidado (neste caso, cuidar das crianças da empregadora), acabam sendo impedidas de investir na educação e no aprimoramento profissional, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade econômica.

A entrevistada expressa como o trabalho exigente, associado ao cuidado das crianças e das tarefas domésticas, se sobrepõe ao seu desejo de estudar e melhorar sua condição de vida. Isso reforça a ideia de que, para muitas mulheres, o trabalho doméstico remunerado não é uma escolha, mas uma necessidade imposta pelas condições sociais e econômicas, o que muitas vezes restringe suas opções e bloqueia seu potencial de ascensão social, até porque Orquídea precisava ajudar ainda com as despesas da casa dos pais.

O trabalho doméstico além de extenuante toma conta da maior parte da vida dessas mulheres, no caso de Orquídea que morava no domicílio em que trabalhava o serviço não tinha hora para acabar. Dados do IPEA mostram que essa relação acabava tornando ainda mais fluida a separação entre espaço da casa e da profissão e, consequentemente, do descanso e do trabalho, o que favorece a existência de práticas de exploração o – como longas jornadas de trabalho – e de assédios, em especial, o sexual, além de baixa regulação social ou estatal, que favorece determinadas formas de superexploração por parte das empregadoras.

Os dados da PNAD mostram que hoje essa é uma realidade pouco significativa no conjunto do trabalho doméstico. No Brasil, em 2018, menos de 1% das trabalhadoras residiam no mesmo domicílio em que trabalhavam. Vale ressaltar que em 1995 essa proporção alcançava 12% das trabalhadoras. Segundo Motta (1992) essa mudança ocorreu devido a mudanças estruturais da sociedade: hoje famílias moram em

apartamentos e casas pequenas, os conflitos de classe estão mais sensíveis e abertos e houve um crescimento da consciência reivindicante das domésticas. Além do aumento significativo do número de diaristas disponíveis. Os dados também apontam que as empregadas que moram no emprego são as mais pobres, negras, migrantes, que não dispõem de uma moradia. São também aquelas - jovens e solteiras - que não formaram sua própria família e podem, por isso, se sujeitar às longas jornadas de trabalho e às restrições de sua liberdade de circulação.

Para entender as mudanças observadas nas condições de trabalho no serviço doméstico, é importante observar a transformação nas dinâmicas sociais e familiares ao longo do tempo. Se, no passado, a convivência no domicílio de trabalho era uma prática comum e representava uma forma de subordinação que ampliava a exploração das trabalhadoras, hoje as mudanças no mercado de trabalho e nas estruturas familiares trouxeram um cenário em que a maioria das mulheres se vê obrigada a conciliar, de maneira ainda mais exaustiva, os papéis de trabalhadora remunerada e responsável pelo cuidado doméstico e reprodutivo. Nesse contexto, as mulheres ainda enfrentam uma sobrecarga imposta pela escassez de políticas públicas e pela perpetuação da divisão desigual do trabalho, que não considera suas necessidades de descanso, liberdade e desenvolvimento pessoal.

A tensão entre o trabalho produtivo e o reprodutivo é uma realidade no cotidiano da maioria das mulheres trabalhadoras e que tem sido atribuído, sobretudo, a elas enfrentarem os conflitos da vida cotidiana que resultam da contradição entre essas duas esferas de trabalho. Maria Betânia de Melo Ávila (2013) afirma que a entrada cada vez mais expressiva no mercado de trabalho não tem correspondido a uma maior divisão do trabalho doméstico com os homens e nem a uma maior oferta de serviços públicos voltados para as necessidades cotidianas da reprodução social. A autora também ressalta que na dinâmica da vida cotidiana, no contexto social em que vivemos, é a dinâmica do trabalho produtivo que se impõe sobre todos os outros tempos e possibilidades de realização dos sujeitos nas suas atividades diárias.

Na presença de uma tensão da tripla jornada, ou de jornadas extenuantes entre trabalho produtivo e reprodutivo “a escolha entre uma ou outra possibilidade está sempre marcada por uma imposição. A experiência da liberdade no trabalho é estranha a todas e todos que pertencem à classe que vive do trabalho” (Ávila, 2013, p. 239). Para essa classe, o trabalho remunerado está sempre sujeito à relação de exploração, e para as mulheres que realizam o trabalho reprodutivo não remunerado a experiência se faz dentro de uma

relação de exploração e dominação. Orquídea relata a difícil missão de conciliar trabalho produtivo e reprodutivo:

> Então, assim é difícil também, porque é puxado você, sair de lá cansada e você tem sua casa, tem marido e tem filho é e **era tudo eu**, tudo eu que fazia (Orquídea, 2022, grifo meu).

Essa frase reflete um relato carregado de sentimentos de cansaço e sobrecarga relacionados às múltiplas demandas enfrentadas pelas mulheres na esfera doméstica e profissional. A dificuldade de conciliar o trabalho fora de casa com as responsabilidades domésticas, que tradicionalmente recai sobre as mulheres. A repetição de "tudo eu" reforça a sensação de que essas tarefas não são compartilhadas, evidenciando uma desigualdade na divisão do trabalho doméstico. Há também um tom de desabafo na fala, mostrando não apenas o desgaste físico, mas o impacto emocional de ser a principal (ou única) responsável pelas demandas do lar.

Ávila (2013) indica que é importante observar as escolhas dessas mulheres pois elas expressam a tensão que no cotidiano se impõe às mulheres que, independentemente de suas motivações e seus desejos pessoais, estão em um cotidiano tensionado pela incompatibilidade entre trabalho produtivo e reprodutivo. As mulheres vão para o mercado de trabalho levando consigo a responsabilidade do trabalho reprodutivo doméstico, o que as coloca cada vez mais em conflito com a forma de organização do tempo social,[18] não só para conciliar trabalho produtivo e reprodutivo como para garantir seus estudos e consequentemente sua qualificação profissional (Ávila, 2013). E há uma contradição maior ainda nessa seara que reside no seguinte fato: para que algumas mulheres se libertem da intensa carga de trabalho do lar e da manutenção da família, outras são aprisionadas.

Presas em um trabalho onde a desvalorização é a característica mais marcante no que se refere à significação social dos serviços domésticos, as trabalhadoras enfrentam múltiplas formas de desvalorização. Como aponta Lucia Helena Soratto (2006) essa desvalorização se manifesta tanto de maneira concreta, refletida nos baixos salários e na falta de direitos trabalhistas, quanto no campo ideológico. No modo de produção capitalista, o trabalho doméstico ocupa uma posição marginal, pois não é visto como uma atividade lucrativa, permanecendo à margem do mercado e, consequentemente, sendo desvalorizado tanto economicamente quanto socialmente. Mesmo a importância direta

[18] O tempo social dominante de uma sociedade é aquele que lhe permite cumprir os atos necessários para a produção dos meios que garantem sua sobrevivência, possibilitando a criação, manifestação, realização e atualização de seus valores fundamentais (Augusto, 2002, p. 30)

dessa atividade para as pessoas, “seu caráter premente e a impossibilidade de que seja tornada supérflua não são suficientes nem para garantir o valor no mercado e nem para mudar a valorização social dessa atividade” (Soratto, 2006, p. 114). O resultado desse quadro é que os serviços domésticos são assumidos principalmente por mulheres pobres, com baixo nível de escolaridade e quase nenhuma qualificação para outras ocupações profissionais.

A pobreza e a necessidade de se manter no emprego colocaram escolhas difíceis para essas mulheres: a educação ou a sobrevivência. As passagens a seguir mostram as dificuldades enfrentadas por elas e as oportunidades que lhe foram negadas ou negligenciadas. Podemos assim, perceber em suas narrativas as consequências do trabalho doméstico e o trabalho reprodutivo em suas vidas.

> **Eu fiz uma das burradas que eu fiz na minha vida**. Que é sair da escola. Ao invés de sair do serviço, mas o que que era? Eu não tinha coragem para...para arruma outro serviço, **e o medo de eu não arrumar outro serviço**. Quem? Um dia minha mãe, falei para minha mãe que eu queria sair, queria voltar para Santa Helena. A mãe falou assim: **‘e como é que vai ficar aí o pai? Você sem trabalhar’,** olha a coitada também, né? Aí eu continuei (Orquídea, 2022, grifos meus).

Essa memória revela um momento de reflexão e lamentação, em que Orquídea expressa um certo pesar por ter tomado a decisão de sair da escola, ao invés de buscar um novo emprego. O relato aponta para a relação entre trabalho precoce e abandono escolar, que muitas vezes é uma realidade de pessoas em situação de vulnerabilidade. A escolha de priorizar o emprego na educação demonstra a centralidade do trabalho como meio de sobrevivência, mas também evidencia uma falta de alternativas ou suporte social para que a educação seja uma prioridade viável. A referência ao "medo de não arrumar outro serviço" demonstra uma insegurança em relação à própria capacidade de encontrar trabalho. Isso pode estar relacionado à falta de apoio e oportunidades, e é comum em contextos de precariedade laboral, onde a estabilidade no emprego pode parecer uma prioridade maior do que a continuidade da educação. Orquídea também traz um tom de lamentação e autoavaliação crítica, em especial quando disse sobre “uma das burradas que eu fiz na minha vida”, registrando um sentimento de frustração com as escolhas passadas. No entanto, é importante considerar que essas escolhas foram moldadas por circunstâncias externas e contextos de desigualdade estrutural, mais do que por decisões pessoais isoladas.

Orquídea nesse trecho da narrativa controla e reflete sobre os próprios processos de memória, assim como Joel Candau (2012) explica em seu conceito de metamemória,

que diz respeito à capacidade de uma pessoa refletir sobre suas próprias memórias e processos de lembrar. A metamemória envolve não apenas registrar eventos, mas também avaliar essas lembranças sobre sua percepção atual e a maneira como a pessoa lida com suas experiências passadas. Orquídea demonstra um processo de reflexão crítica sobre escolhas feitas no passado, como o abandono escolar e a permanência no trabalho. A narradora relembra sua decisão e a interpreta como um erro, evidenciando sua consciência sobre as consequências de suas ações. Ao refletir sobre o erro que cometeu, a narradora está estabelecendo um aprendizado. Essa análise do passado pode moldar sua visão do presente e influenciar como ela toma decisões no futuro. Essa capacidade de usar a memória para planejar e se adaptar é um elemento essencial da metamemória.

Quando ela se refere ao contato com a mãe sobre a decisão a ser tomada ela diz: "olha a coitada também, né?", Orquídea parece expressar empatia e compreensão em relação à mãe, ao mesmo tempo que confirma o contexto difícil enfrentado por ambos. Essa expressão sugere que, mesmo sentindo a pressão do comentário da mãe "e como é que vai ficar aí o pai? Você sem trabalhar", ela entende que a mãe também estava em uma posição de vulnerabilidade e provavelmente sobrecarregada pelas responsabilidades familiares. Assim, ao chamá-la de "coitada", Orquídea demonstra compaixão, reconhecendo que as palavras da mãe não vieram de insensibilidade, mas de sua própria preocupação e limitações diante das situações. Isso sugere que a memória não é apenas um registro frio de acontecimentos, mas uma construção que envolve emoções e julgamentos.

Já Margarida trouxe uma experiência diferente sobre os estudos e o abandono pelo trabalho. Diferente das outras entrevistadas Margarida não sentiu um pesar em abandonar os estudos e nunca sentiu vontade de continuar.

> Não eu ainda fiz a quinta série né? Mas aí depois, aí não estudei mais aí depois aí num não fui estudando, fui trabalhando. Aí não estudei mais e fiz só mesmo o quinto ano na quinta série. (Margarida, 2023).

Margarida apresenta uma sequência narrativa que reconstrói sua trajetória de maneira fragmentada. Ela lembra que concluiu a quinta série, mas destaca que depois não continuou os estudos porque passou a trabalhar. Esse processo de memória é típico da metamemória, onde uma pessoa não apenas lembra os eventos, mas os organiza de acordo com significados e prioridades que foram dados no passado. A maneira como Margarida narra sua trajetória demonstra que a memória não é apenas um registro passivo, mas uma construção ativa que ajuda a moldar a compreensão de si mesma e de suas escolhas.

A memória sobre os estudos também aparece quando pergunto sobre um sonho de infância ou “o que ela queria ser quando crescesse” e ela trouxe em meio a sorrisos seu sonho de criança:

> aí eu dizia que eu ia ser aeromoça e eu morro de medo de avião nem entro no avião nem sei acho que coisa de adolescente né então eu falava você é aeromoça toda bonita. É porque hoje é comissária não é que fala né antigamente falava aeromoça né hoje é comissária de bordo aí eu falava muito que queria, ser mais depois aí eu comecei a trabalhar **perdi o interesse para estudar**. Aí igual meu marido sempre fala ‘vai se quer estudar vai estudar lá’ eu não tenho mais cabeça para estudar não aí. (Margarida, 2023, grifo meu)

A forma como ela articula seus pensamentos demonstra uma narrativa em construção, que, ao ser compartilhada comigo se revela como um processo contínuo de revisão e reflexão sobre suas escolhas. Esse trecho é um exemplo de como as histórias orais podem capturar as experiências, as expectativas e as transformações pessoais ao longo do tempo. Nesse trecho, Margarida reflete sobre um desejo de juventude de se tornar aeromoça, mas também revela um aspecto de intersubjetividade, ao expressar como a vida, as escolhas e o contexto social moldaram suas aspirações e decisões. Margarida começa falando sobre seu desejo de ser aeromoça, algo muito idealizado na adolescência, quando a profissão era associada à beleza e ao glamour. A escolha da profissão estava ligada ao olhar que ela tinha sobre o mundo naquele momento, refletindo a visão e as expectativas de uma geração. E no momento que Margarida diz "perdi o interesse para estudar", Margarida expressa como suas prioridades e sua percepção de si mesma mudaram ao longo do tempo. A mudança de desejo e a perda de interesse em estudar revelam transformações subjetivas influenciadas por experiências de vida, como o trabalho e a vida adulta.

A trajetória de Margarida, reconstruída por meio de sua metamemória, não apenas revela como ela compreende suas escolhas e experiências, mas também ilustra os desafios enfrentados por mulheres em condições semelhantes. Esse contexto pessoal ajuda a explicar como os serviços domésticos remunerados se tornam uma alternativa recorrente para muitas, especialmente em situações de baixa escolaridade e necessidade urgente de trabalho. Dessa maneira, os serviços domésticos remunerados representam uma maneira de ganhar a vida, que pode, inclusive se estender por muitos anos e mesmo ser a única inserção no mercado de trabalho durante a vida toda. A baixa escolaridade também traz consequência para as mulheres que precisam se reinserir no mercado de trabalho. Como o caso de Margarida que ao ter que voltar a trabalhar de forma urgente não viu outra opção

que não a das diárias. Ou de Rosa, que relata que sempre que precisava se reinserir no mercado de trabalho, após uma gestação, os trabalhos que iriam lhe aceitar de forma mais rápida era no setor de serviços domésticos:

> Voltei para a diária, que era mais rápido assim, isso aí comecei a minha primeira diária, foi na empresa um EPIC que que é muito conhecida lá em Santa Catarina. De uma família EPIC, minha ex-sogra era copeira lá, então eu comecei a fazer diária lá daí de lá foi um, foi indicando pra um pra outro e assim foi indo (Rosa, 2023).

Esse relato demonstra como a divisão do trabalho e as relações sociais, especialmente relacionadas ao gênero e classe, moldam a experiência de Rosa no mercado de trabalho. A referência à ex-sogra e à forma como as oportunidades de trabalho foram surgindo de uma pessoa para outra também se conecta com a forma como as mulheres frequentemente dependentes de redes sociais informais, muitas vezes construídas dentro de relações familiares ou de confiança, para acesso ao mercado de trabalho. Esse tipo de inserção laboral, na maioria das vezes, ocorre sem formalidade, sem direitos trabalhistas ou garantias de segurança, refletindo uma estrutura de poder desigual, onde as mulheres, especialmente as da classe trabalhadora, são muitas vezes relegadas a empregos instáveis.

Há também o fato da sobrecarga de trabalho. As mulheres ocupadas têm que ainda dar conta do trabalho reprodutivo em suas casas. É o exemplo de Rosa que abandonou o trabalho depois do casamento na adolescência. O trabalho que exercia no restaurante, os afazeres domésticos do lar e o cuidado com as crianças fez com que ela abandonasse a escola:

> Era muito cansativo, **eu acordava 5 horas da manhã**, então pra mim sobrecarregou naquela hora, então **eu pensei. Né? Vou trabalhar porque daí depois dos estudos vou conseguir depois eu pensei, não é? Só que não foi bem assim, né?** (Rosa, 2023, grifos meus).

Essa memória de Rosa está marcada por um esforço contínuo, refletido nas palavras "era muito cansativo" e "acordava 5 horas da manhã". Isso revela uma lembrança de um período difícil, onde ela precisou fazer escolhas que, inicialmente, pareciam viáveis, mas, com o tempo, se mostraram graves. A frase "então eu pensei. Né? Vou trabalhar porque daí depois dos estudos vou conseguir depois eu pensei, não é?" mostra como a memória de Rosa está ligada a uma visão otimista do futuro que com o esforço dela agora está se concretizando, aos 40 anos. Embora a memória de Rosa traga à tona o desgaste e a sobrecarga, ela também funciona como um mecanismo de resistência. A memória de sua decisão, com as falhas e frustrações, é, ao mesmo tempo, uma forma de reconhecimento da força que ela teve ao tentar conciliar tantas responsabilidades. A frase

de Rosa reflete um processo complexo de construção da memória, onde ela revisita suas escolhas passadas e as avalia com o tempo. Ao pensar no que poderia ter sido e no que realmente foi, ela compartilha uma memória carregada de esforço, reflexão e frustração, mas também de uma reinterpretação do passado que a ajuda a entender melhor sua trajetória.

No entanto essa realidade mudou quando as crianças estavam maiores e com a condição do marido adicto em drogas, Rosa se viu obrigada a trabalhar para sustentar a família.

> então eu tinha que trabalhar para mim poder me manter, porque se não o meu ex-marido ele usava droga, entendeu? Então, o dinheiro dele era só para aquilo e pro carro, e isso que eu não pagava aluguel isso que a gente não pagava aluguel. A gente tinha uma casinha que o pai dele deixou um terreno para os filhos, né? Os 2 meninos, então eu não pagava aluguel, a gente poderia viver muito bem. Mas devido essas circunstancias da química, né? Dessa droga aí eu me vi obrigada a ter que trabalhar para mim, não depender de marido que eu nunca gostei de depender de ninguém. Pra mim era melhor maneira de eu conseguir pelo menos ter aquele sustento. Então, ali, depois de diária, eu fui peguei um fixo, né? Empregada doméstica. Fiquei, acho que um ano e meio trabalhei, era uma casa de família (Rosa, 2023)

Para além da observação analítica através das lentes dos conceitos, me lembro da impressão de quando entrevistei Rosa, senti que ela muito segura de si, falas organizadas e lineares e em contato com a escrita percebi que Rosa constrói um sentido aparente de continuidade e coerência em sua trajetória profissional. Essa narrativa, ao ser contada, organiza os eventos de modo linear e causal, dando a impressão de que sua trajetória foi naturalmente progressiva e conduzida por indicações e oportunidades. No entanto, a abordagem de ilusão biográfica de Pierre Bourdieu (2006) nos leva a refletir sobre os aspectos sociais, históricos e contingenciais que podem estar ocultos ou simplificados no relato. Esse conceito problematiza o modo como construímos narrativas sobre a vida de uma pessoa ou de nós mesmos, sendo na forma de biografias ou autobiografias. Para Bourdieu (2006), essas narrativas muitas vezes criam uma linearidade artificial, apresentando a vida como se fosse uma sequência ordenada, coerente e lógica, ignorando as contradições, contingências e a complexidade da experiência humana. Bourdieu (2006) argumenta que essa abordagem está frequentemente impregnada de simplificações, pois ignora as condições sociais e históricas que influenciam as escolhas e os acontecimentos. Ou ainda reduz a complexidade da vida a uma narrativa individualizada, deixando de lado os aspectos estruturais que moldam as experiências.

Rosa organiza sua narrativa em torno de sua decisão de trabalhar, justificando-a como resultado de circunstâncias específicas, o uso de drogas pelo marido e a necessidade de independência financeira. Embora Rosa mencione condições estruturais como a ausência de aluguel (devido ao terreno herdado), o foco principal recai sobre a dinâmica familiar e sua relação com o marido. Isso pode obscurecer outras forças externas, como desigualdades econômicas ou limitações do mercado de trabalho, que também moldaram sua necessidade de buscar emprego fixo como empregada doméstica. Essa construção pode sugerir uma racionalidade linear para suas escolhas, mesmo que, no momento vivido, essas decisões tenham sido tomadas de forma fragmentada, sob pressões emocionais e sociais. A transição de diárias para emprego fixo como empregada doméstica é apresentada como um progresso, mas sem problematizar as condições de precariedade associadas a esses tipos de trabalho, especialmente para mulheres em contextos vulneráveis. A ilusão biográfica no relato de Rosa está no modo como ela reorganiza sua história para atribuir coerência e lógica às suas escolhas, conectando trabalho, família e independência. Contudo, a vida real é muitas vezes marcada por rupturas, contingências e pressões externas que escapam a essa narrativa organizada.

Rosa também organiza suas aspirações para o futuro criando uma ilusão de controle e coerência. O traçado subjetivo de Rosa é moldado por dinâmicas sociais, históricas e estruturais que estão implícitos em sua fala. Bourdieu (2006) nos convida a desconstruir a pretensa linearidade presentes nos relatos autobiográficos:

> Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um 'sujeito' cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto querer explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura das relações objetivas entre as diferentes estações (Bourdieu, 2006, p. 189)

A frase de Bourdieu ressalta a falácia de interpretar a vida como uma sequência linear de eventos isolados, associados apenas à constância nominal de um sujeito. Tal visão ignora a complexidade das interações sociais e estruturais que moldam cada evento e suas implicações. Assim como um trajeto no metrô não pode ser compreendido sem considerar as conexões e a rede de estações, a vida de uma pessoa não pode ser reduzida a uma mera cronologia de acontecimentos desconectados. A verdadeira compreensão exige analisar os contextos sociais, econômicos e culturais que interligam esses eventos, dando-lhes significado e coerência dentro de um espaço social dinâmico. Diante disto,

essa perspectiva nos permite entender a profundidade das escolhas e desafios vividos além da história contada.

> (...) porque aqui eu já consegui terminar já metade das minhas matérias. Falta agora artes que termina hoje, e daí eu vou pegar o meu diploma do segundo grau. Tão esperado, né? E ali, dali, daqui pra frente dali não, daqui pra frente eu espero ainda fazer uma faculdade pra quando chegar na minha velhice olhar pra trás e dizer que eu fiz algo por mim (Rosa, 2023).

Rosa organiza sua história de forma a criar uma progressão lógica: o término do ensino médio, a aspiração de cursar uma faculdade e, eventualmente, a satisfação de ter feito algo por si mesma ao olhar para si mesma, na velhice. Essa narrativa dá a impressão de continuidade e controle, enquanto a vida real pode ser muito mais fragmentada e imprevisível. A menção à faculdade e à reflexão na velhice funciona como um "ponto de chegada" que ajuda a legitimar seus esforços atuais, como o término das matérias do ensino médio. Bourdieu (2006) argumenta que essa perspectiva de um destino esperado muitas vezes reorganiza os eventos passados e as escolhas presentes em uma narrativa coerente, mas que em muitas vezes, não refletir as condições reais vividas.

> **Aí eu fui assim, me despertando assim para a área de escola.** Eu gosto de parte do secretariado, coordenadora. Eu pensei até fazer. É, não sei, eu vi um dia, mas eu cheguei, fui lá na Secretaria de educação para fazer a matrícula da minha filha para a creche. E pedi uma informação, como que faz pra trabalhar na área de escola? Eu falei, tem que fazer uma gestão escolar, alguma coisa. Ela falou assim, não, você faz pedagogia. Ou tipo você. Concurso você consegue, tipo, pode se você tiver administração, se você tiver de recursos humanos, gestão de pessoas. Eu pensei em fazer essa área, porque eu gosto dessa área de gestão de pessoas. (Rosa, 2023, grifo meu).

Rosa apresenta sua descoberta pelo interesse em áreas de gestão escolar e de pessoas como um processo progressivo e intencional "fui assim, me despertando assim para a área de escola". No entanto, é provável que essa inclinação tenha sido moldada por diversos fatores ocasionais, como sua experiência ao buscar a matrícula da filha ou conversas casuais, que não necessariamente apontavam para uma trajetória planejada e linear. Rosa apresenta suas aspirações profissionais como resultados de um interesse ou vocação natural, ignorando as influências sociais e estruturais que moldam essas escolhas. Sob a perspectiva de Bourdieu (2006), a análise deve considerar as dinâmicas de classe, gênero e contexto que criam tanto as oportunidades quanto as limitações na trajetória de Rosa, permitindo uma compreensão mais ampla e crítica de sua narrativa.

Soratto (2006) afirma que o desejo de se ter outro emprego, que não o do serviço doméstico, está intimamente ligada ao fato dos anos trabalhando sem benefícios, sem registro em carteira, fundo de garantia e seguro-desemprego[19] presentes em outras ocupações. E é no trabalho doméstico o lugar onde se verifica uma enorme desigualdade de renda e de empregabilidade entre aqueles/as que oferecem a vaga de emprego e aqueles/as que ocupam as vagas. E é nessa desigualdade que se consolidam as maiores vulnerabilidades que se alargam diante de diferentes marcadores sociais que atravessam as trabalhadoras desse setor, como raça, classe, geração, arranjos familiares, imigração, dentre outros. Como aconteceu com Orquídea quando foi exigir o registro em carteira:

> Eu moro há, é, morava com ela [patroa], morava. Eu criei os filhos dela, nem grávida ela tava, quando sai de lá ela tinha 3 filhos. É exatamente **ela é uma pessoa muito boa**. Só que assim ela e ele, mas assim, eu não tinha registro em carteira. Eu não tinha folga, eu não tinha férias. Era só quando eles viajava. Né? Um dia eu cobrei ela, de me registrar, registrar a carteira. Ela falou para mim assim: 'eu registro a carteira, só que eu vou descontar a comida'. Aí **eu recuei**. Falei: 'mas, se descontar comida vai sobrar o que pra mim?' E a **gente no começo, ajudava o pai e a mãe** ainda a gente não ficava com dinheiro para a gente. Mandava para casa, aí eu recuei. Tanto é que é por isso que eu tenho tão pouco tempo de carteira registrada, né? Eu trabalhei 8 anos lá sem (Orquídea, 2022, grifos meus).

A narrativa construída demonstra uma relação de poder assimétrica entre a patroa e a trabalhadora. Orquídea, ainda que aparentemente tenha um vínculo positivo com a empregadora, percebido pela sua fala de que "ela é uma pessoa muito boa", enfrenta uma exploração clara: trabalho sem direitos formais como registro em carteira, folgas e férias. A ideia de bondade da patroa é colocada em contraste com a precarização do trabalho, revelando como aspectos pessoais e profissionais se misturam no trabalho doméstico. Há uma carga emocional que demonstra complacência e tentativa de adaptação às condições impostas a Orquídea, pois a "gente no começo, ajudava o pai e a mãe". O uso da expressão "eu recuei" não apenas aponta para uma decisão estratégica de sobrevivência, mas também ilustra a decisão tomada forçada pela falta de alternativas.

Miriam Raja Gabaglia Preuss (1997) afirma que a relação entre patroa e empregada acontece em um ambiente desprovidos de fronteiras profissionais, em que patroa e empregada são enredadas num jogo de conflito de gênero e de classe. Como os

[19] Somente em 2015 com a Lei Complementar 150 (PEC das domésticas) foi concedido a trabalhadora doméstica os mesmos direitos de um trabalhador celetista, como já citado na introdução desta pesquisa. A maioria das trabalhadoras exerceram a função durante anos sem esses direitos.

serviços domésticos acontecem no espaço privado, as trabalhadoras também continuam sujeitas às normas da casa e à influência pessoal das patrões/oas. No caso de Orquídea, ela possuía um vínculo maior que o próprio trabalho, que era a manutenção financeira de sua família, por isso se mantinha no trabalho mesmo sem os direitos atendidos.

Na leitura de Jurema Brites (2007), as relações estabelecidas no exercício do serviço doméstico são marcadas por ambiguidades entre as patroas e seus familiares e as trabalhadoras domésticas, que se apresentam "nas negociações de pagamentos extrassalariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade" (Brites, 2007, p. 93). Orquídea exemplifica isso no trecho abaixo, mesclando entre o reconhecimento de que o trabalho era muito difícil, pesado e o afeto que adquiriu das pessoas com quem trabalhava:

> Era muito difícil, tinha lugar que **era pesado, era puxado, mas em compensação as pessoas eram boas**, são boas até hoje, que se eu quiser voltar eu posso voltar, entendeu? (Orquídea, 2022, grifo meu).

A afirmação "era pesado, era puxado, mas em compensação as pessoas eram boas" sugere que o vínculo emocional que Orquídea mantinha com os empregadores era suave ou, ao menos, ofuscava as condições precárias do trabalho. O sentido de compensação, funcionou como uma espécie de racionalização, quando ela atribuiu valor ao tratamento pessoal, apesar das adversidades laborais. Donna Goldstein (2003) argumenta que essa ambivalência é comum no trabalho doméstico, onde a proximidade emocional cria uma ilusão de reciprocidade e atenua as desigualdades. Ainda assim, a frase carrega uma sutileza importante: mesmo que as empregadoras sejam vistas como pessoas boas, isso não implica que tenham condições de trabalho justas ou dignas. Essas relações entre patroa e empregada abarcam uma carga afetiva para além da racionalidade que rege contratos formalizados, sobretudo, por serem construídas por meio de laços que envolvem cumplicidade e antagonismo. A fala de Orquídea "era muito difícil, tinha lugar que era pesado, era puxado, mas em compensação as pessoas eram boas, são boas até hoje, que se eu quiser voltar eu posso voltar, entendeu?" (Orquídea, 2022), demonstra essas relações de afetividade contraditórias e uma ambiguidade típica das relações de trabalho doméstico, onde as condições físicas e emocionais de trabalho podem ser desafiadoras, mas são equilibradas por um senso de afeto ou gratidão em relação aos empregadores. Ou ainda pelo fato de ter de ser uma trabalhadora que atenda as expectativas das/os empregadoras/es, de fazer o que lhe é pedido sem reclamar mesmo que seja além das

condições estipuladas no contrato de trabalho. O uso da conotação de “boas” para descrever as patroas reforça essa relação paternalista, em que as patroas são vistas como benevolentes e generosas, mesmo que as condições de trabalho sejam extenuantes. Isso perpetua uma dinâmica de poder em que a empregada se sente valorizada mais pela relação pessoal do que pelo reconhecimento formal de seus direitos como trabalhadora, o que pode dificultar a ruptura com essa estrutura de submissão.

Como o caso da relação de Margarida com sua empregadora que é para além da profissional:

> (...) aí ela falou que tinha a tia dela, que era dona Dozolina que estava precisando e eu falei: ‘ah mas eu já nem queria, porque eu ia ficar em casa mesmo’. Meu marido falou: ‘você não tem necessidade de você ir trabalhar, mas ela falou e insistiu. ‘Você vai gostar da minha tia, ela é muito legal’.Eu fui, aí cheguei lá era bem velhinha né e tinha o velhinho também, que ele até morreu com 92 anos. Aí ela pegou e falou né, pra mim e ir lá e fui gostei e estou lá até hoje 8 anos. E eu tenho ela... eu não tenho mais minha mãe e ela é **como se fosse minha mãe e eu amo aquela velha** (Margarida, 2023, grifo meu)

Margarida declara que "ama aquela velha" e vê "como se fosse mãe", especialmente porque não tem mais a própria mãe. Essa construção simbólica de maternidade reflete uma substituição emocional que é comum nas relações de trabalho doméstico, conforme apontado por Donna Goldstein (2003). Esses vínculos tornam a relação menos impessoal e muitas vezes mascaram as posições de poder. No entanto, esse vínculo não é neutro. A proximidade afetiva, embora possa ser óbvia, também serve para fortalecer a subordinação, já que um trabalhador pode sentir dificuldade em separar o papel de empregada do papel quase familiar que assume.

A autora ainda ressalta que, apesar da grande carga afetiva, as relações entre patroas e empregadas também são permeadas por lugares hierarquizados, evidenciando a situação de subalternidade, herdeira da tradição escravista associada ao trabalho doméstico. Essa relação pode desencadear no que Donna Goldstein (2003) chama de “ambiguidade afetiva” entre empregadas domésticas e empregadoras, possibilitando a existência de uma relação de dominação que, muitas das vezes, não é vista como tal. Essa ambiguidade dá-se quando as relações de afetividade vão se construindo no relacionamento entre a empregada e a família, especialmente nas relações que envolvem a patroa e seus/suas filhos/as, envolvendo ao mesmo tempo um forte sentimento de amor, intimidade, submissão e hierarquia (Brites, 2007). A autora observa que “é na troca afetiva entre aquelas que podem pagar pela ajuda doméstica e as [mulheres] pobres que oferecem

seus serviços que as relações de classe são praticadas e reproduzidas" (Goldstein, 2003 *apud* Brites, 2007, p. 93). Nesse contexto, Brites (2007) observa que a ambiguidade afetiva é capaz de estabelecer uma dependência emocional entre patrões e empregadas, por exemplo, quando empregadas são dispensadas ou mudam de emprego, elas podem ter uma enorme perda afetiva, podendo desenvolver diversas doenças como a depressão, por exemplo. Orquídea lembra com lágrimas nos olhos sobre a casa que ela "trabalhou de verdade". A casa de Dona Conceição guarda intensas recordações:

> É assim, é, eu tenho, é, foi ela que me deu meu primeiro sutiã (...) E ali era um lugar que eu me sentia bem, eu tinha tudo. Sabe, tinha comida, tinha tudo, entendeu, né? Na casa da mãe era muito difícil. Por mais que já tinha melhorado, era difícil. Então, ali para mim, como era muito novinha ainda, nossa, aquilo para mim era, tinha televisão. Tinha, sabe, era, tinha dinheiro, eles tinham um dinheiro, então para mim, aquilo lá era um lugar muito bom de ficar (Orquídea, 2022).

O presente da patroa trouxe significado a memória afetiva de Orquídea, tanto que ela ficou extremamente emotiva e repetindo "eu sabia que isso ia acontecer" (Orquídea, 2022). Talvez pelo fato de Orquídea estar longe da família o afeto de Dona Conceição se tornou quase materno. Mas analisando mais a fundo é possível interpretar o gesto da patroa como uma forma de cuidado, sugerindo uma relação quase maternal, na qual a patroa se preocupa com a empregada além do âmbito estritamente profissional. No entanto essa "generosidade" está envolta em um desequilíbrio de poder. O fato de Orquídea receber um item tão pessoal, que simboliza a transição para a vida adulta da sua patroa – e não de um familiar – reflete uma relação de dependência e submissão, na qual a empregada se vê em posição de vulnerabilidade frente a sua superior.

Como já exposto, essa ambiguidade afetiva tende a obscurecer as fronteiras entre trabalho e vida pessoal, criando uma expectativa de gratidão e lealdade que pode mascarar as condições precárias e exploratórias do trabalho doméstico. Essa relação afetiva acaba por intervir no salário das empregadas, pois o valor pago passa a variar de acordo com o grau de afetividade que essas trabalhadoras constroem com a família e vice-versa. Contudo, essa relação não pode ser vista como algo benéfico ou como uma proteção fornecida pelos patrões, considerando que essas relações são vistas constantemente como fatores que impedem a regulamentação dos salários das domésticas.

O discurso recorrente de que a empregada doméstica "faz parte da família" ou é tratada como tal promove a ideia de uma relação de amizade, criando uma justificativa para que a empregadora se isente das suas obrigações legais enquanto patroa. Para algumas trabalhadoras domésticas, a atenção supostamente recebida das patroas e a

sensação de "fazer parte da família" ou de serem "tratadas como gente" acabam por ofuscar a importância do cumprimento dos direitos trabalhistas (Silva, 2013, p. 137). Essa relação ambígua somada a falta de conhecimento ou de altivez para lutar a favor de seus direitos, resultam em anos de trabalho sem registro e duras consequências para a aposentadoria. As entrevistadas na maior parte do tempo de serviço estavam em situação de vulnerabilidade e não tinham muitas escolhas a não ser aceitar aquilo que as patroas ofereciam. Rosa do Deserto por exemplo foi registrada depois dos 22 anos de idade, mesmo iniciando sua jornada de trabalho aos 12 anos. Muitas vezes, a informalidade é mascarada por uma dinâmica afetiva, em que o trabalho sem registro é naturalizado como parte de uma relação pessoal e não de restrição profissional. No presente, ela tem consciência do prejuízo causado pela falta da formalidade:

> A minha irmã foi registrada na casa dessa mulher que eu tinha te falado, sim a minha irmã já é aposentada hoje e ela só é 2 anos mais velha do que eu, trabalhei tudo aquelas casas de tudo sem registro, então certa forma isso me prejudicou, se não podia estar bem, com certeza (Rosa do deserto, 2023).

O relato de Rosa do Deserto é emblemático da realidade de muitas trabalhadoras domésticas no Brasil. Ele expõe não apenas a desigualdade estrutural e os impactos de um trabalho precário, mas também uma dimensão emocional de perda e injustiça. A comparação com a irmã destaca o quanto a formalização do trabalho é um divisor de águas na garantia de uma vida digna. Orquídea também relata prejuízos e excessos de trabalho quando morava na casa da sua patroa Fátima:

> É muito ruim **sem hora pra acordar, sem hora pra dormir.** A primeira a levantar, a última a dormir. **Agora a vida é outra** (Orquídea, 2022, grifos meus).

A expressão "sem hora pra acordar, sem hora pra dormir" ilustra a exaustão que caracteriza a rotina de muitas trabalhadoras domésticas e na qual vivia Orquídea que vivia no ambiente de trabalho. A ausência de limites claro entre o tempo de trabalho e o tempo pessoal, revela como essas relações frequentemente ignoram a separação entre o espaço privado do/a empregador/a e o espaço de descanso do trabalhador/a, fazendo com que ela se torne uma extensão do funcionamento. Essa dinâmica é frequentemente sustentada pela percepção de que o trabalho doméstico é uma atividade natural para mulheres, reforçando a sobrecarga de gênero. A frase "a primeira a levantar, a última a dormir" simboliza essa lógica: a trabalhadora se torna uma base invisível sobre a qualidade do lar, enquanto seu próprio bem-estar é negligenciada. Essa falta de horários fixos e o trabalho contínuo

geram não apenas desgaste físico, mas também efeitos negativos na saúde mental. A exaustão constante pode levar à síndrome de burnout, um problema comum em profissões que exigem cuidado contínuo e pouco reconhecimento. No caso do trabalho doméstico, a ausência de uma estrutura formal agrava essa situação, já que muitas vezes faltam direitos, como jornada definida, descanso semanal ou férias.

No relato pode ser constatado uma dimensão estrutural do trabalho doméstico remunerado: sua relação com a desvalorização e a precarização das vidas das trabalhadoras. A frase "a primeira a levantar, a última a dormir" encapsula a essência do que é ser invisível: seu trabalho é essencial, mas nunca termina, nem é completamente reconhecido. No entanto há uma mudança sugerida no presente. O contraste entre o passado "sem hora pra dormir, sem hora pra acordar" e o presente "agora a vida é outra" sugere que houve uma mudança significativa na vida de Orquídea. Essa mudança indica uma transição de um regime de trabalho extremamente exploratório para uma situação mais digna, envolvendo melhores condições e maior autonomia.

Quando questionada a Rosa se a informalidade presente em grande parte de seus trabalhos a prejudicou e como ela prefere trabalhar agora ela me respondeu:

> A carteira assinada até porque eu optei depois sair das diárias (...) então eu optei também por carteira assinada. Até pra mim ter mais segurança, né? Poder contar mais, por exemplo, pagar INSS porque se acontece alguma coisa (Rosa, 2023).

A fala de Rosa enfatiza a importância da formalização no trabalho doméstico como um meio de garantir segurança e proteção social. Sua escolha pela carteira assinada reflete uma consciência sobre os benefícios e direitos associados ao trabalho formal, contrastando com a precariedade que caracteriza suas experiencias passadas. A referência ao INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social) aponta para uma preocupação legítima com o futuro: aposentadoria, acesso a auxílios em caso de doença ou acidentes, e, em última instância, o reconhecimento de anos de trabalho. Para muitas trabalhadoras/es domésticos, a formalização representa não apenas um vínculo empregatício, mas também a inclusão em uma rede de proteção que historicamente foi negada.

Esses relatos demonstram que as experiências profissionais vividas ao longo de suas carreiras, formaram um valor em relação ao seu trabalho. Hoje elas não aceitam mais trabalhar sobre as condições que lhes eram dispostas na infância e na adolescência e tem consciência que isso as prejudicou. Essa percepção não se configura na visão de Margarida que ao ser perguntada disse que nunca foi registrada e que isso foi algo que

não a preocupou, pois depois que ela se casou pela primeira vez, a família vivia com o salário do marido e ela passou a trabalhar vendendo diversos produtos informalmente para complementar a renda. Ela voltou a trabalhar "pra fora" quando o marido do segundo casamento, num surto depressivo, sumiu de casa e eles ficaram sem rendimentos. Ela voltou para as diárias pois, segundo ela foi o que apareceu de mais rápido, diante da idade e da experiência que ela tinha. No entanto, quando reforço a pergunta sobre a carteira assinada e as providências financeiras para a velhice, ela responde que mesmo assim não se preocupa, pois o marido (ex militar) já é aposentado e com seu falecimento, ela tem sua pensão como sustento. Então, é notório que a percepção de entrar ou permanecer no emprego formal ou informal tem diversas nuances e desdobramentos para além da relação profissional, envolvendo situações inerentes a elas, como a vulnerabilidade em que viviam ou arranjos familiares as quais pertencem.

Esses arranjos familiares também correspondem a sobrecarga de trabalho, principalmente quando se é mãe. Considerando as práticas de trabalho que as mulheres vivenciam no cotidiano, a percepção de que elas são as responsáveis pelo trabalho doméstico em suas casas são dadas através da experiência histórica da reprodução social. Isso nos faz questionar sobre como esse elemento é estruturante das relações de gênero e se reproduz como realidade objetiva e subjetiva, marcada pelos conflitos que constituem uma sociedade na qual mulheres são tratadas pelo discurso dominante como "donas de casa" independentemente da sua inserção política e profissional. De acordo com as Estatísticas de Gênero do IBGE (2018), mulheres dedicam em média 18,1 horas semanais com afazeres domésticos, enquanto os homens cerca de 10,5 horas por semana, observando-se uma diferença de 73% a mais de horas trabalhadas em casa pelas mulheres. Orquídea tem uma memória complicada sobre o período dos/as filhos/as pequenos:

> Nossa. Olha, eu traumatizei, nossa. Foi muito difícil, ali foi difícil, assim, a maternidade. Não foi difícil a vida em si, a maternidade para mim foi muito difícil. Porque era 2 crianças que eu tinha para cuidar. Entendeu? Por mais que eu tivesse cuidado de criança a vida inteira, aí e era muito serviço, era muito trabalho, porque eu não tinha folga. Eu não tinha sábado, não tinha domingo, não tinha nada, nada, nada, nada. Chegou um domingo e eu não tinha máquina de lavar. Eu não tinha fralda descartável e eu não tinha essas coisas, era tudo manual. Chegou um domingo que aquilo me deu um desespero tão grande, tão grande, tão grande Verônica que eu falei não. Aí ele, **sentado com as crianças e eu lá me matando**, lavando roupa o dia inteiro, o dia inteiro e eu falei, meu Deus, que vida é essa? 'Bem, não, não quero mais ter filho, não chega' e aí não tive mais filho (Orquídea, 2022, grifo meu).

Orquídea no momento da maternidade não trabalhava como doméstica remunerada, tinha o trabalho da casa e dos/das filhos/as e a maternidade foi encarada com muita dificuldade. Essas atividades cotidianas exigem grande esforço físico, demandam muito tempo de quem as exerce e, apesar de invisibilizadas, são indispensáveis para a reprodução social e econômica de nossa sociedade. Analisando o relato através da lente do gênero a narrativa demonstra como a divisão sexual do trabalho impacta desproporcionalmente as mulheres. Orquídea expressa uma sobrecarga física e emocional associada às tarefas domésticas e ao cuidado com as crianças, enquanto menciona o pai da crianças em uma posição passiva, "sentado com as crianças". Isso reflete o modelo tradicional de gênero, no qual o trabalho reprodutivo e doméstico recai majoritariamente sobre as mulheres, sendo naturalizado na cultura patriarcal. E para além da sobrecarga de trabalho o relato de Orquídea para ela a maternidade, muitas vezes romantizada, é retratada por ela como um processo árduo e exaustivo. Ela menciona que o desafio não foi a vida em geral, mas a maternidade em si, evidenciando como o cuidado das crianças sem os recursos adequados (como máquina de lavar ou fraldas descartáveis) amplifica a carga de trabalho. Essa visão desconstrói a ideia de que a maternidade é uma experiência inatamente gratificante para todas as mulheres, mostrando o lado invisibilizado e inerente dessa função. As atividades exercidas por Orquídea dentro da casa não são remuneradas, mas essenciais para a manutenção da vida. A fala "não tinha folga, não tinha sábado, não tinha domingo" evidencia a ausência de separação entre "tempo de trabalho" e "tempo de descanso", algo que muitas vezes é garantido no trabalho formal, mas não na esfera doméstica. Essa condição reforça a exploração das mulheres no sistema capitalista e patriarcal.

Natália Fontoura et al. (2010) indica que as reduzidas possibilidades de conciliação entre todas essas tarefas – usualmente referidas como trabalho reprodutivo – e o trabalho para o mercado trazem importantes impactos para as mulheres, que passam a ter uma injusta sobrecarga laboral. O Estado de bem-estar social se organizou com base num arranjo familiar que conta com o trabalho feminino para suprir as lacunas dos serviços públicos e as políticas sociais, que, neste cenário, acabam sendo calcadas em grande medida num modelo tradicional de família e, com isso, em tradicionais convenções de gênero (Fontoura et al., 2010, p.12). Os autores reforçam que a sobrecarga de trabalho produzida pela atribuição do trabalho doméstico às mulheres, reforçada pelas instituições, influi diretamente na sua inserção no mercado de trabalho. Influencia as possibilidades de participar do mercado, de conseguir emprego e de ocupar postos de

maior qualidade (devido à necessidade de procurar trabalho mais perto de casa, de jornada parcial, ou de aceitar um trabalho apenas no caso de conseguir arranjos pessoais para cuidado de filhos/as, doentes etc.). Influência também as possibilidades de ascensão no emprego, pois ou as mulheres têm de fato menor disponibilidade para ocupar cargos de poder ou esbarram no entendimento generalizado de que não têm as mesmas condições que os homens, pois mesmo que haja disponibilidade para participação, os estereótipos associados às responsabilidades familiares não as colocam como potenciais candidatas a ocupar cargos mais prestigiados. Isto persiste mesmo num contexto em que as mulheres têm cada vez menos filhos/as e outras tantas não os têm.

De forma geral, as leis, as políticas e os serviços públicos reafirmam essas convenções sociais de gênero, na medida em que ainda se organizam primordialmente com base num modelo de família no qual a mulher aparece unicamente como cuidadora (Fontoura et al., 2010). Os autores apontam que desta forma, apesar desse modelo de família estar cada vez mais perdendo hegemonia, a naturalização da obrigação feminina pelos afazeres domésticos é reforçada e reproduzida. Nesse contexto, responder pelo cuidado de filhos/as, idosos/as, pessoas com deficiência e familiares doentes, além de cuidar de todas as tarefas relacionadas à limpeza da casa, higiene e à alimentação, constitui trabalho cotidiano e indispensável para a reprodução da sociedade que ainda é atribuído às mulheres e soma-se a exclusividade feminina de gestar, parir e amamentar e se estende, portanto, a todas as demais tarefas para as quais não importaria o sexo de quem as realiza.

As atividades domésticas, contudo, são de interesse de toda a sociedade. Famílias, Estado e empresas devem se responsabilizar pela reprodução dos membros de qualquer sociedade, garantindo-lhes o atendimento às necessidades básicas ao longo de toda a vida. Como já citado no capítulo 1, os afazeres domésticos têm significativo peso econômico. Tanto que, quando realizados por trabalhadoras remuneradas, são contabilizados como atividade econômica. Diante disto, são desejáveis não somente ações com vistas à corresponsabilização, como medidas para mensurar e contabilizar o trabalho doméstico não-remunerado e para valorizá-lo quando realizado por profissionais.

Fontoura et al. (2010) indicam que no Brasil, a imagem das mulheres como cuidadoras e como força de trabalho secundária contribui para que enfrentem maiores dificuldades em sua inserção no mercado de trabalho e nos demais âmbitos da vida pública. “Isto porque a noção de mulher-cuidadora implica na compreensão de que a reprodução social é uma responsabilidade feminina e não das sociedades” (Fontoura et

al., 2010, p. 23). Essa compreensão afeta a definição de prioridades e temas das políticas públicas, resultando em uma não abordagem das questões do cuidado e no consequente déficit de serviços públicos dedicados à cobertura dessas tarefas.

> Além de ocasionarem altos custos para as mulheres e para as pessoas que necessitam de cuidados, a não consideração do tema do trabalho reprodutivo como uma questão pública promove o aprofundamento das desigualdades e alimenta o ciclo de reprodução da pobreza, na medida em que o acesso a serviços de cuidado fica disponível apenas para os grupos sociais cujos rendimentos permitem sua contratação (Fontoura et al., 2010, p. 23).

Na noção das mulheres como força de trabalho secundária, como cuidadoras e responsáveis pela reprodução social, a inserção destas no mundo do trabalho é entendida como um aspecto secundário de seu projeto de vida e de sua identidade, tendo sido motivada, fundamentalmente, por uma "falha" no cumprimento do papel de provedor, tradicionalmente definido como destinado aos homens. É o que aparece presente nas falas de Margarida, Rosa do deserto e Rosa, que trabalham para comprar as coisas que desejavam, como uma geladeira, cortinas para a cozinha, produtos de beleza, um tapete novo. A imagem das mulheres como cuidadoras e como força de trabalho secundária também possui um substrato simbólico que alimenta e reproduz uma desigual distribuição de poder. O sexismo ainda presente na sociedade brasileira, que define todo um conjunto de normas de organização e hierarquização de comportamentos, habilidades e lugares sociais, privilegia aspectos tradicionalmente associados à masculinidade em detrimento de características tradicionalmente associadas à feminilidade. No caso das entrevistadas os homens são mantenedores da casa e o seu trabalho tem ordem secundária, elas veem seu trabalho como "ajuda". No sistema patriarcal, o trabalho das mulheres é frequentemente relegado a um papel secundário, sendo percebido como uma extensão natural de suas responsabilidades domésticas e familiares, e não como uma contribuição central para a economia ou a sociedade. Essa visão reduz as tarefas realizadas por elas — sejam elas na esfera privada, como o cuidado com os/as filhos/as e o gerenciamento da casa, ou na esfera pública, como trabalhos remunerados — ao status de "ajuda" ao trabalho masculino, que é tratado como principal e mais valorizado. Esse enquadramento invisibiliza o impacto do trabalho feminino na sustentação do bem-estar social e econômico, ao mesmo tempo em que justifica a sua desvalorização e a falta de reconhecimento formal, simbólico e financeiro. Assim, o patriarcado[20] perpetua a ideia

[20] O Patriarcado, termo adotado pelas feministas para designar o sistema que fundamenta a subordinação da mulher ao homem, fomenta as relações assimétricas e hierárquicas entre os sexos, garantindo a

de que o papel da mulher é subsidiário e complementar, reforçando as desigualdades estruturais de gênero.

Ainda sobre a conciliação do trabalho reprodutivo com o produtivo, as outras entrevistadas não expuseram sobrecarga ou dificuldades na árdua tarefa de conciliar atividades domésticas não remuneradas com o trabalho, pelo contrário elas passaram a imagem de que tudo era muito fácil de se conciliar e que elas "davam conta de tudo". Mesmo Margarida que vivenciou uma maternidade tardia com a criação do neto não expos dificuldades ou arrependimentos. Isso pode estar ligado a uma noção que o feminismo cunhou de estereótipos de gênero que, de acordo com o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) diz respeito a uma opinião ou um preconceito generalizado sobre atributos ou características que homens e mulheres possuem ou deveriam possuir ou das funções sociais que ambos desempenham ou deveriam desempenhar. Brunelli (2012) afirma que os discursos presentes na mídia reforçam que a diversidade dos papéis femininos é reconhecida, mas a ela ainda se associam velhos estereótipos, segundo os quais as mulheres continuam com os mesmos interesses e preocupações, ou seja, filhos/as, casamento e beleza, para citar os mais comuns. Assim, esses resultados evidenciam como esses discursos colaboram com a manutenção e com a propagação desses velhos estereótipos femininos.

Segundo Giovana Duarte e Leticia Machado Spinelli (2019) a evolução dos estereótipos de gênero se dá mediante as articulações entre o Patriarcado[21] e o poder das estruturas sociais. As autoras apontam que é a partir do processo de socialização que os indivíduos adquirem traços de personalidade, portanto não são inerentes ao nascimento, mas baseados no ambiente e relações sociais em que eles se encontram e são submetidos. Por conta do modo como são socializados, acabam desenvolvendo maiores habilidades, em prejuízo de outras, o que acaba nutrindo as relações assimétricas da sociedade, contribuindo para que haja "normalidades comportamentais que a sociedade espera serem cumpridas por diferentes categorias de sexo, os indivíduos são rotulados e influenciados a se familiarizarem e se adaptarem a agir de tal forma e não de outra (Duarte; Spinelli, 2019 p. 130). Na infância homens e mulheres são preparados para desenvolver determinados papéis, ao se identificar com a figura feminina ou masculina, a partir de relações interpessoais. As atividades domésticas, por exemplo, a maneira como são

supremacia masculina internalizada na vida do indivíduo e na sociedade de maneira naturalizada e frequentemente inconsciente (DUARTE; SPINELLI, 2019, p.138).

executadas e quem as executa, são pontos referenciais para as crianças, criando subdivisões nas suas observações. Duarte e Spinelli (2019) apontam que a mulher dentro dessa perspectiva, enquanto um ser estereotipado, está direcionada ao âmbito do cuidado e esfera privada, enquanto o homem encaminhado à esfera pública, e, nesse caso, com maiores liberdades e menores responsabilidades de manutenção do lar para além da provisão econômica. As posições sociais acabam recebendo influências da forma como os/as sujeitos/as são socializados/as, acarretando vantagens e desvantagens aos indivíduos em várias instâncias da sociedade. As autoras implicam que as trajetórias, condições e modo de vida dos indivíduos se constituem através de influências baseadas em construtos culturais e sociais, pautado em um sistema político e ideológico de individualização, exclusão, apropriação e acumulação de riquezas socialmente produzidas, promovendo a elevação quer do domínio masculino, que é branco e heterossexual, quer do capital. Existe, portanto, um pacto firmado entre capital e patriarcado, que beneficia a ambos sob a égide da exploração e inferiorização das mulheres (Duarte; Spinelli, 2019).

Os estereótipos de gênero estão no constructo social e exercem limites nas aspirações e sentidos do trabalho das mulheres e consequentemente das entrevistadas para a pesquisa. Como Rosa, Rosa do Deserto e Margarina se orgulham em dizer que seu trabalho é uma ajuda financeira no lar e não um trabalho de valor:

> Gratificante, você sabe? Sim, ver que o teu salário, **dá para ajudar, né**? É tanto esposa ajudar dentro de casa e comprar um bem pra ter um conforto. Porque o ser humano precisa pelo menos ter um mínimo de conforto dentro de casa (Rosa, 2023, grifo meu).

A frase de Rosa reflete como o trabalho feminino, dentro do sistema patriarcal, é enquadrado como uma "ajuda" à renda principal da casa, geralmente atribuída ao homem. Essa perspectiva demonstra a desvalorização histórica do trabalho das mulheres, que, mesmo quando remunerado, é visto como complementar e não como essencial. Rosa menciona "ajudar dentro de casa e comprar um bem pra ter conforto", o que evidencia a naturalização da ideia de que o papel econômico da mulher está subordinado ao do homem, exercendo como suporte para melhorar o bem-estar da família, mas não como fonte primária de sustento. Essa narrativa reforça a divisão de gênero no trabalho, invisibilizando a importância e a autonomia de que o salário feminino poderia ter se não fosse interpretado apenas como um recurso secundário no núcleo familiar.

Na fala de Rosa do Deserto também é possível refletir como o trabalho das mulheres muitas vezes é interpretado, dentro do sistema patriarcal, como uma extensão

do papel de suporte ao provedor masculino, em vez de ser reconhecido como uma contribuição autônoma e fundamental

> Ah a importância do trabalho é pra ter uma qualidade de vida, alimentação ter pelo menos um pouquinho né **eu tenho que ajudar porque ele não ganha, ele ganha pouco** meu objetivo é esse tentar é tentar melhorar né (Rosa do deserto, 2023, grifo meu).

Ao dizer "eu tenho que ajudar porque ele não ganha, ele ganha pouco", Rosa do deserto evidencia a ideia de que o trabalho feminino não é visto como uma força motriz da economia familiar, mas como uma solução paliativa para compensar a insuficiência do salário masculino. Isso revela a persistência de uma divisão sexual do trabalho, na qual o homem é considerado o provedor principal, enquanto a mulher, mesmo inserida no mercado de trabalho, é percebida como uma colaboradora secundária. A narrativa também destaca a precariedade econômica enfrentada por muitas famílias, onde a participação feminina no trabalho se torna indispensável para garantir necessidades básicas, como alimentação e qualidade de vida, ainda que permaneçam invisibilizadas ou desvalorizadas socialmente.

De forma um pouco distinta Margarida traz seu relato sobre a contribuição que ela faz no lar com seu trabalho:

> É porque aí eu não pago nada em casa água luz nada é só o dinheiro é só meu mesmo né aí igual eu semana passada foi aniversário da minha netinha né tenho gêmeas né aí eu falei pode deixar que a partir de tudo bolo doce tudo isso eu faço eu falei deixa que eu faço aí **o meu dinheiro pegue já comprei o material todo fiz e tudo** então mas assim porque aí não precisa de tudo fica pro meu marido né ele paga os contas (Margarida, 2023, grifo meu)

A fala de Margarida reflete como o trabalho feminino, mesmo sendo essencial para a manutenção da vida familiar, ainda é percebido dentro de uma lógica de "ajuda" e de responsabilidade secundária, frequentemente associada ao cuidado e à gestão do ambiente doméstico. Ao mencionar que "o meu dinheiro peguei já comprei o material todo fiz", ela demonstra a autonomia econômica dentro de um espaço limitado, mas também a contínua divisão tradicional de responsabilidades. O fato de ela afirmar que não precisa de tudo fica pro meu marido, ele paga as contas, reforça a ideia de que, mesmo quando uma mulher contribui financeiramente, sua função no contexto familiar permanece subordinada ao papel do homem como provedor principal. Esse arranjo ilustra a naturalização da ideia de que as mulheres devem assumir as tarefas domésticas, enquanto os homens são responsáveis pelas questões financeiras e pelo controle das finanças do lar. A frase também sublinha como as mulheres, ao realizar tarefas

relacionadas ao cuidado (como organizar festas ou fazer bolos), continuam sendo identificadas como "ajudantes" em vez de parceiras de igual importância.

Essas falas revelam uma internalização dos papéis tradicionais de gênero, nos quais o trabalho feminino, embora importante, é frequentemente visto como uma “ajuda” ao sustento principal provido pelos homens. Rosa expressa satisfação ao ver que seu salário contribui para a casa, mas usa o verbo "ajudar", o que reflete uma noção de que seu trabalho é complementar, em vez de essencial. As mulheres reconhecem que suas contribuições são essenciais para o bem-estar da família, mas o discurso em torno da "ajuda" indica uma percepção de que o trabalho delas não possui o mesmo peso que o trabalho masculino. Como Rosa do Deserto reconhece a importância de seu trabalho para melhorar a qualidade de vida da família, mas novamente utiliza o termo "ajudar". Ao mencionar que o marido "ganha pouco" e que o objetivo dela é "tentar melhorar", ela admite que sua contribuição financeira é essencial, mas ainda assim enquadra essa contribuição como um complemento ao trabalho do marido, em vez de como uma responsabilidade compartilhada ou um papel central na provisão familiar. Isso se relaciona com a desvalorização histórica e cultural do trabalho feminino, especialmente quando se trata de trabalho doméstico ou atividades relacionadas ao cuidado.

Suzana da Rosa Tolfo e Valmíria Piccinini (2007) elucidam que o trabalho é rico de sentido individual e social, é um meio de produção da vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade. Ao longo da carreira profissional das entrevistadas o trabalho teve diferentes sentidos e graus de importância. Para Rosa o sentido do primeiro trabalho esteve diretamente ligado a ajudar sua família. Ela conta do pai doente e diz que partiu dela a iniciativa de trabalhar, assim sua decisão foi “trabalhar pra ajudar minha família (Rosa, 2023)”. Já casada ela reforça a importância do emprego para ter o próprio sustento, pois seu 1º marido tinha problemas com drogas e álcool e não sustentava a casa. Assim, era importante “(...) não depender de marido que eu nunca gostei de depender de ninguém. Pra mim era melhor maneira de eu conseguir pelo menos ter aquele sustento” (Rosa, 2023).

Com um pouco mais de vivência ela aponta que o trabalho também traz um sentimento de utilidade e de bem-estar pessoal: “olha, como eu sou assim uma pessoa agitada, então, tipo assim, eu sempre gostei assim, de acordar cedo assim, sabe me arrumar e sair para trabalhar” (Rosa, 2023). Perguntada sobre o seu trabalho ser visto pelo senso comum como inferior, Rosa dá um sentido de utilidade ao seu trabalho:

> Eu acredito que não pra pessoa tá trabalhando num ambiente limpo Tipo assim, **não deixa de ser um cargo a menos, porque além de tudo, vai ver o capricho da pessoa, né?** Tipo assim, vai ter qualidade da pessoa ali. (...) Então, assim, quando você vê, você vê se você pega assim, tá sujo, você olha para trás assim, depois tá tudo limpinho e cheirosinho assim e assim, tipo assim, sabe? Eu não vou dizer assim é que eu não gosto (Rosa, 2023, grifo meu).

A narrativa de Rosa reflete uma visão ambivalente sobre o trabalho de limpeza, em que se misturam elementos de reconhecimento e desvalorização, revelando percepções comuns no senso comum sobre essa atividade. A frase "não deixa de ser um cargo a menos, porque além de tudo, vai ver o capricho da pessoa, né?" sugere que o trabalho de limpeza é, de certa forma, desvalorizado, percebido como "um cargo a menos". No entanto, há uma tentativa de reconhecer o esforço ou "capricho" de quem realiza o trabalho, mas isso é condicionado à qualidade do resultado, e não ao valor intrínseco da função. Reflito que essa percepção pode estar ligada a uma visão utilitarista, onde a dignidade do trabalhador está subordinada à eficácia e ao resultado do serviço prestado. O trecho "tá sujo, você olha para trás assim, depois tá tudo limpinho e cheirosinho" valoriza o impacto visual e sensorial do trabalho, mas não o esforço ou a pessoa que o executa. No senso comum, o trabalho de limpeza é valorizado pelo ambiente que transforma, mas o trabalhador permanece invisível ou secundário. Mas o que mais me chamou a atenção foi na frase "eu não vou dizer assim é que eu não gosto" o que demonstrou uma contradição de Rosa que ao não ser direta demonstra uma tentativa de evitar um julgamento negativo direto, mas também falta de entusiasmo em valorizar plenamente o próprio trabalho.

Já Orquídea iniciou cedo no trabalho doméstico, foi “dada” por uma questão de sobrevivência da família e agora com 60 anos reflete sentidos e percepções das diferentes fases do seu trabalho doméstico que no início era somente para subsistência da família.

> E a gente no começo, **ajudava o pai e a mãe** ainda a gente não ficava com dinheiro para a gente (Orquídea, 2022, grifo meu).

Na fala de Orquídea é preciso ver que os sentidos do trabalho são dados pela conjuntura que nos cerca. A frase evidencia o trabalho como uma extensão das responsabilidades familiares. "Ajudava o pai e a mãe" sugere que o trabalho não é realizado unicamente para benefício próprio, mas como um dever coletivo, ligado à dinâmica e sobrevivência da família. O sentido do trabalho de Orquídea está ligado à economia familiar com implicações de interdependência, sacrifício pessoal e ausência de autonomia, características comuns em dinâmicas de trabalho em ambientes mais

vulneráveis ou rurais. Mas os sentidos também podem ser dados por outras pessoas, no caso do primeiro emprego quem dá o sentido do trabalho na fala de Orquídea é o pai:

> Meu pai não cobrava nada pra gente trabalhar. **Só quero que elas aprendam a fazer o serviço** e a gente trabalha, em troca de comida (Orquídea, 2022, grifo meu).

O sentido do trabalho se dava por um caráter pedagógico: "Só quero que elas aprendam a fazer o serviço". O trabalho é visto como uma forma de transmissão de conhecimento prático, um aprendizado necessário para a vida, talvez ligado à sobrevivência ou manutenção de um modo de vida. Essa narrativa revela um contexto em que o trabalho ultrapassa o significado econômico e assume funções sociais, educativas e de subsistência. Mais velha Orquídea foi morar na casa de Dona Conceição, patroa na qual ela recorda com grande afeto. Na sua fala o sentido do trabalho se dá pelo bem-estar que vivia na casa.

> E ali era um lugar que eu me sentia bem, eu tinha tudo. Sabe, **tinha comida, tinha tudo**, entendeu, né? Na casa da mãe era muito difícil. Por mais que já tinha melhorado, era difícil. Então, ali para mim, como era muito novinha ainda, nossa, aquilo para mim era, **tinha televisão.** Tinha, sabe, era, tinha dinheiro, eles tinha um dinheiro, então para mim, aquilo lá era um lugar muito bom de ficar. (Orquídea, 2022, grifos meus).

A fala ressalta como o contexto em que o trabalho ocorre proporciona um nível de conforto e segurança: "tinha comida, tinha tudo" e "tinha televisão". Esses elementos materiais são apresentados como sinais de estabilidade e acesso a um padrão de vida que não estava disponível anteriormente, especialmente em comparação à casa da mãe. “Era um lugar que eu me sentia bem" demonstra uma relação emocional positiva com o ambiente de trabalho, que é visto não apenas como um local de obrigação, mas como um espaço de acolhimento e satisfação. Isso sugere que o ambiente tinha uma influência significativa na construção do significado do trabalho para Orquídea.

Agora com um trabalho fixo e algumas diárias na semana para complementar a renda o sentido do trabalho de Orquídea visa a velhice e uma segurança financeira.

> **É pra eu não ficar muito parada** e **é um dinheirinho que eu. Que eu ganho e vou guardar,** porque eu quero construir minha casa (...), mas uma casinha ajuda, porque se eu conseguir construir uma casa, eu posso alugar o apartamento. Que vai me render para minha velhice (Orquídea, 2022, grifos meus).

No trecho "É pra eu não ficar muito parada" sugere que o trabalho não é apenas uma necessidade econômica para Orquídea, mas também uma forma de ocupar o tempo, de se manter ativa e engajada em algo produtivo. Essa perspectiva reforça que o trabalho pode ter uma função além de gerar recursos financeiros, também ajudando na saúde mental e emocional, ao evitar a ociosidade. O sentido do trabalho para Orquídea também se dá como meio de alcançar objetivos financeiros e de independência "É um dinheirinho que eu ganho e vou guardar" destaca o caráter estratégico do trabalho, visto como uma ferramenta para a realização de um objetivo maior, que no caso é a construção de uma casa. Aqui, o trabalho é claramente associado ao esforço para alcançar autonomia e independência, uma vez que a construção da casa representa um desejo de estabilidade e controle sobre o próprio destino.

Margarida começou na adolescência o trabalho doméstico também para ajudar a família e o sentido desse trabalho foi dado por ela quando conseguiu comprar uma geladeira para a mãe.

> quando eu tinha 14 ano há sim pra ajudar em casa né que aí ajudava né aí **comprei geladeira boa pra minha mãe** né porque é tinha geladeira mas tinha umas coisas de casa né mais velho e tu dá defeito e aí eu fui trabalhando, ajudava né, ajudava em casa né aí ajudava (Margarida, 2023, grifo meu).

A fala de Margarida traz à tona diversos sentidos do trabalho, especialmente no contexto familiar, responsabilidade precoce e a sensação de realização pessoal e contribuição. A palavra “ajudar” sugere uma noção de dever, onde o trabalho de Margarida não era apenas uma escolha pessoal, mas algo que fazia parte de suas responsabilidades dentro da família, uma forma de colaborar para o bem-estar coletivo. “Comprei geladeira boa pra minha mãe" ao relembrar e narrar esse fato Margarida revela uma ação concreta e significativa, em que o trabalho se transforma em uma ferramenta para melhorar a qualidade de vida da mãe, oferecendo-lhe um bem que simboliza conforto e praticidade. A geladeira, um item essencial para a vida cotidiana, pode ser vista como um símbolo de uma conquista que não só atende a uma necessidade material, mas também representa o esforço pessoal de Margarida para proporcionar algo melhor à sua mãe, um gesto de carinho e valorização. Hoje Margarida dá sentido ao seu trabalho que se refere a independência de poder comprar o que quiser sem precisar pedir ao marido. O trabalho proporciona oportunidades de realizações pessoais a Margarida, as quais sem o trabalho não seria possível:

> É muito importante é muito importante nossa é muito importante a pessoa a mulher trabalhar sabia por que aí você tem porque assim igual o meu marido ele até comprar as coisas para mim mas aí só tem uma cortina fala assim poxa eu quero comprar outra cortina mas para que comprar já tem aquela ali vai comprar outra pra quê? Essa toalha de mesa, mas pra que que vai comprar lá e se já tem essa entendeu homem tem muito disso né (Margarida, 2023).

Quando Margarida fala sobre o desejo de comprar uma cortina nova ou outros itens para a casa, isso pode ser interpretado como um desejo legítimo de melhoria da qualidade de vida e, que, sem o trabalho, seria negado ou não realizado. O trabalho aqui, portanto, está ligado à realização de desejos pessoais, que são muitas vezes ignorados ou não considerados no contexto de uma dinâmica familiar tradicional. Ela vê o trabalho não só como uma maneira de gerar recursos financeiros, mas como uma forma de reduzir as limitações impostas pelas desigualdades de gênero, especialmente nas relações familiares. O trabalho, nesse contexto, permite à mulher não só suprir suas necessidades, mas também conquistar conforto e bem-estar de maneira mais independente.

Por fim, Rosa do Deserto relembra seu primeiro emprego aos 12 anos de idade como babá e emprega o sentido ao trabalho dado pela mãe, por uma questão de sobrevivência da família e dela mesma. Segundo ela, "(...) aí eu fui quando eu peguei 12 anos a mãe já colocou numa casa lá duma enfermeira ela disse: 'traz sua filha aqui que eu vou cuidar dela' (Rosa do deserto, 2023). Mais velha ela rememora o trabalho na adolescência em período escolar e a casa cujos patrões facilitavam seus estudos e tinha um ambiente agradável. Aqui o sentido do trabalho de Rosa do Deserto se dá na facilidade em relação aos estudos, no qual valorizava muito e no próprio ambiente que a cercava. Na facilidade de negociações com a patroa e com as atividades do trabalho.

> Durante o dia trabalhava e ia pra escola a noite é esperava ela chegar aí pegava o circular já vinha tomava banho jantada é nós fazia café à tarde assim nossa era muita vontade muito bom nessa casa nossa era bem acolhedor (Rosa do deserto, 2023).

Depois de casada os sentidos dos trabalhos passaram a ser a conquista da casa e o auxílio financeiro na manutenção da família. A influência no sentido do seu trabalho vem da conquista de um bem material, que é casa, que é de suma importância para Rosa do Deserto:

> (...), mas aí eu tinha um foco assim de querer não pagar mais aluguel né daí eu fui focando, não nóis tem que comprar a casa (...), ter uma qualidade de vida, alimentação ter pelo menos um pouquinho né eu tenho que ajudar porque ele não ganha, ele ganha pouco meu objetivo é esse tentar é tentar melhorar né (Rosa do deserto, 2023).

Em vários momentos da entrevista ela foca na compra do terreno e na construção da casa própria. Esse é um bem de valor muito importante para Rosa do Deserto que provavelmente foi imbuído pela família ou por suas experiências enquanto criança que teve que sair da própria casa para morar com uma desconhecida em troca de trabalho. Rosa do Deserto relata que chorava todas as noites e que queria voltar para casa, para o seu lar. Isso pode ter influenciado a construção da importância de se ter uma moradia e de manter-se em empregada e ter uma vida melhor.

Uma passagem muito interessante ao final do relato de Rosa do Deserto foi como a influência de sua nora mudou a percepção de si, do seu relacionamento e consequentemente de seu trabalho.

> Agora é a época assim que eu estou pensando em mim, é pela primeira vez, é depois que o Guilherme se casou com a Tui sim a Tuiany ajudou a abrir minha cabeça, que eu fazia as coisas só que ele gostava entendeu, foi falando 'não você tem que fazer uma coisa que você gosta' (Rosa do deserto, 2023).

As ações das pessoas em nosso meio influenciam e nos fazem criar sentidos existenciais e contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade. Algo semelhante aconteceu com Orquídea que teve na ação de uma professora negra a desconstrução do preconceito racial enraizado por sua família. Ela me conta que quando criança em Santa Catariana a escola era muito longe do sítio que moravam e estava fazendo muito frio. Como a família era muito pobre, suas roupas de inverno não correspondiam ao frio da região. Na sala de aula, sofrendo com o inverno rigoroso, Orquídea conta que não conseguia segurar o lápis de tanto frio e que a professora, que ela não lembra o rosto, mas lembra que era negra e tinha uma "japona" vermelha, notou isso e a deu o casaco a ela a mantendo quente. Nas palavras dela aquilo a acolheu. E quando me contou isso Orquídea ressignificou o preconceito racial que foi ensinado a ela pelo avô.

> Daí tinha o nono ali e as tias, né? Mas há uma coisa que eu preciso falar, também. Não é uma lembrança boa. Mas é quanto ao racismo? Meu nono tinha um moinho de farinha, de milho pra cavalo. E tinha uns meninos negros. Que vinha no moinho. Eu lembro que ele falava assim para nós: 'Vocês não se encostam naqueles negrinho lá, porque vocês vão ficar preto'. Sabe como se a tinta deles manchasse a gente (Orquídea, 2022)

O mais interessante quando perguntei quando ela percebeu que essa memória se referia a um ato de preconceito racial, ela me explica que foi depois de "grande" pois

ninguém falava sobre isso, e ela aprendeu por ela mesma que era errado esse tipo de atitude. Fato curioso é que no momento da entrevista, ela justificou o racismo do avô em sua origem, sendo ele italiano e que segundo ela, “todo italiano é racista”. Mas mesmo diante do comportamento inadequado do avô, ela busca ressignificar e lembra dele com carinho, apesar de homem rude.

Orquídea lida com aspectos da sua vida que, de algum modo, desafiam a imagem que tem de si mesma. Enquanto a memória de racismo associada ao avô é ressignificada com o tempo, no caso da velhice, ela lida com o desconforto de perceber-se envelhecendo de uma maneira que entra em conflito com seu desejo de manter a independência. Nesse sentido, tanto o processo de refletir sobre a discriminação racial quanto a conscientização de sua própria velhice revelam um movimento de autodescoberta e adaptação às mudanças que a vida impõe. Segundo seu relato ela percebeu que estava velha quando sua filha lhe disse que agora ela poderia pegar ônibus de graça, e se sentar nos bancos preferenciais. Da forma como ela trouxe o tema em sua narrativa, parecia que estar na velhice, lhe incomodava. Resolvi lhe perguntar o motivo, me respondeu que não sabia, só confirmou que isso lhe incomodava. Talvez, por evidenciar em vários momentos da entrevista o quanto sua independência era importante a ela, assim era difícil encarar uma velhice com sinônimos de dependência, de ter que ter benefícios para estar na sociedade, e na sua construção de si, ser idosa seria o mesmo que não ter mais independência.

Quando perguntei a Margarida sobre a velhice e planos para o futuro ela me contou que tinha um sonho de ser aeromoça quando jovem, mas que isso foi deixado para trás quando precisou deixar os estudos por conta do emprego com jornada pesada. E que isso não faz mais parte da realidade e que seu marido até a incentiva a voltar a estudar, mas para ela, já estava velha demais para isso. A velhice para Margarida já está estabelecida, agora ela tem netos/as e uma casa que sempre sonhou. Seu futuro está garantido graças a pensão do marido e, portanto, está conformada e contente com a vida que tem hoje. Já Rosa e Rosa do Deserto se veem como mulheres que tem muito ainda que fazer, sonham com carreira acadêmica e estão trabalhando para que isso aconteça. A velhice estereotipada como fim da vida, passa longe dos discursos sobre futuro e carreira.

Ao conhecer suas histórias e seu cotidiano, suas realizações e dificuldades proporcionadas pelo trabalho doméstico remunerado foi possível evidenciar os sentidos do trabalho para as mulheres entrevistadas. Salvo Margarida, todas as outras flores concluíram os estudos que haviam abandonado na infância e adolescência. Importante destacar que a necessidade econômica familiar impunha a busca por trabalho muito cedo

por questões de sobrevivência delas e da família. Mesmo agora, a maioria delas tem no trabalho a manutenção econômica da vida. Tolfo e Piccinini (2007) relatam que o trabalho aparece como uma necessidade econômica familiar, em que o/a trabalhador/a percebe o trabalho apenas como uma forma de sobrevivência, não conseguindo identificar outros sentidos ao seu trabalho, nem associar as atividades exercidas com o sentimento de desenvolvimento e evolução pessoal e social, bem como não sabe ao certo por que o está fazendo. Parte desse sentimento, quando se trata do trabalho doméstico remunerado, tem relação com a desvalorização e discriminação do labor exercido por elas. Quando perguntado a Rosa se entendia que o trabalho de limpeza exercido era inferior aos outros, ela afirma tal discriminação:

> Você vê e não só de quando o meu primeiro emprego eu estava lá, mas todos os que eu já passei, que eu estou agora. É, tem assim uma certa sim, uma discriminação, hierarquia, tanto que desde a época que eu trabalhei assim, se eu estava limpando assim um espaço aí por estar limpando a pessoa não dá nem bom dia nem boa tarde (Rosa, 2023).

De acordo com Antônio Virgílio Bittencourt Bastos et al. (1995) o trabalho é uma importante esfera da vida, sendo elemento crítico na definição da identidade dos/as sujeitos/as. Os motivos associados ao fato de trabalhar produzem sensações de ter um trabalho interessante e autorrealizador ao mesmo tempo em que apresenta uma função econômica, com rendimentos e ganhos. Por isso é tão importante trazer o trabalho doméstico remunerado para fora da sua invisibilidade e desvalorização e situá-lo na categoria de uma profissão, um trabalho apreendido e com requisitos próprios. O trabalho doméstico mostra a contradição presente na visão dicotômica da geração de valor no capitalismo e na organização patriarcal da sociedade, que separa em dois mundos - um visível e outro invisível - o público e o privado, a produção e a reprodução. Como já debatido, a construção do trabalho doméstico como algo "natural" é uma das bases de sustentação do discurso capitalista neoliberal, como argumenta Federici (2019) o capitalismo, desde seu surgimento, se apoiou na exploração do trabalho reprodutivo – o trabalho necessário para a manutenção da vida, como cozinhar, limpar e cuidar dos/as filhos/as – para sustentar a acumulação de capital, sem remunerar ou valorizar essas atividades.

O discurso capitalista neoliberal aprofunda essa desvalorização ao enquadrar o trabalho doméstico como algo intrinsecamente ligado à feminilidade, naturalizando-o e invisibilizando-o dentro das estruturas econômicas e sociais. Federici (2019) sublinha que essa construção não é um acidente, mas sim um pilar essencial da acumulação de capital.

Ao desvincular o trabalho doméstico da esfera econômica e ao não o remunerar, o capitalismo mantém os custos de reprodução da força de trabalho baixos, o que beneficia diretamente o sistema produtivo. As mulheres, portanto, sustentam não apenas a reprodução da força de trabalho através da criação de filhos/as, mas também suportam a reprodução diária da classe trabalhadora, garantindo que os trabalhadores homens estejam prontos para a produção, sem que o capital precise arcar com os custos dessa reprodução. O pensamento de Federici (2019) oferece uma ferramenta crítica poderosa para desconstruir essa lógica, evidenciando a necessidade de uma transformação radical na maneira como o trabalho reprodutivo é concebido e tratado nas sociedades contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou o poder das narrativas de mulheres acima de 50 anos no trabalho doméstico remunerado em Toledo (PR), e ao abordar a vida dessas trabalhadoras sob uma perspectiva interseccional, foi desvendado as complexas dinâmicas de opressão que envolvem gênero, raça, classe e idade. Essa abordagem não revela apenas a precariedade enfrentada por essas mulheres, mas também aponta como suas trajetórias são marcadas por resistências que vão contra a naturalização da opressão e a exploração em suas vidas cotidianas. A pesquisa ultrapassa uma análise meramente descritiva e enveredada por um campo político ao trazer visibilidade às trabalhadoras velhas ao campo da História, evidenciando como suas trajetórias, marcadas por desafios e resiliências, estão intrinsecamente conectadas às dinâmicas históricas e sociais.

Apesar da relevância social e histórica do tema, ele permanece marginalizado nas produções acadêmicas, refletindo o caráter estrutural da invisibilidade que atinge tanto as mulheres idosas quanto as trabalhadoras domésticas. Essa lacuna é ainda mais significativa quando consideramos que o Brasil possui o maior contingente de trabalhadoras domésticas no mundo, uma categoria amplamente feminilizada, racializada e precária. Ao longo das décadas, o trabalho doméstico foi objeto de investigações em áreas como sociologia, antropologia e economia, mas as análises frequentemente negligenciavam questões etárias. Na área de História as pesquisas são quase nulas, evidencio que tive muita dificuldade em buscar pesquisas que pudessem orientar meus estudos. Pesquisas que abordam o envelhecimento feminino também são pouco frequentes e, quando existem, tendem a se concentrar na perspectiva da saúde, deixando de lado a interseção entre gênero, velhice e trabalho. Essa ausência de atenção acadêmica reforça a desvalorização histórica dessas mulheres, tanto no espaço público quanto na produção de conhecimento.

E, foi sobre essa lacuna que minha pesquisa se debruçou, ao reunir esses elementos de maneira articulada com uma metodologia que entrelaçou história oral, memória e autobiografias. O estudo não apenas evidenciou a falta pesquisas acadêmicas sobre essas mulheres, mas também propôs caminhos para suprimir essa ausência. Busquei demonstrar que investigar as trajetórias das mulheres trabalhadoras domésticas com projeções sobre a velhice é um campo fundamental para compreender a reprodução das desigualdades sociais sobre o feminino e, também, desvelar as resistências cotidianas que muitas mulheres protagonizam em meio a condições adversas.

A baixa produção acadêmica sobre mulheres velhas no trabalho doméstico pode ser atribuída a diversos fatores. Primeiro, o trabalho doméstico sempre foi considerado uma atividade “natural” e “invisível”, associada às funções reprodutivas das mulheres como aponta a TRS. Segundo a velhice feminina ainda é vista de maneira estigmatizada, frequentemente associada à incapacidade e à irrelevância social, o que perpetua a invisibilidade dessa faixa etária em diversas áreas de pesquisa.

O estudo não apenas evidenciou a falta pesquisas acadêmicas sobre essas mulheres, mas também propõe caminhos para suprimir essa ausência. Eu quis demonstrar que investigar as trajetórias das mulheres com projeções para a velhice no trabalho doméstico remunerado é fundamental para compreender a reprodução das desigualdades sociais e para descobrir as resistências cotidianas que essas mulheres desenvolvem em meio a condições adversas.

E a grande estrela nessa pesquisa são as entrevistas que essas mulheres gentilmente cederam a mim. O processo de agendar as entrevistas e conhecer as mulheres que compõem esta pesquisa foi, sem dúvida, uma das experiências mais enriquecedoras e transformadoras de toda a trajetória deste trabalho. Ao iniciar essa etapa, eu estava consciente da importância de ouvir as histórias dessas mulheres, mas não previa o quanto essa escuta me marcaria profundamente, tanto no âmbito acadêmico quanto no pessoal.

Cada entrevista foi mais do que um simples ato de coleta de dados. Foi uma oportunidade de construir laços, de criar um espaço onde essas mulheres, muitas vezes invisibilizadas em suas trajetórias, puderam narrar suas vidas com a dignidade que lhes são devidas. A cada relato, percebi a força e a resiliência que elas carregam, mesmo diante das adversidades que enfrentaram e ainda enfrentam. Suas histórias me tocaram profundamente, não apenas por sua potência emocional, mas também por sua capacidade de me ensinar sobre o valor da escuta atenta e respeitosa. Assim como Marta Rovai (2013) aponta que se faz necessário escutar para além dos interesses da produção acadêmica. Escutar significa estar disponível para o outro, reconhecendo sua singularidade, respeitando sua voz e seu lugar de fala.

Eu tenho muito a agradecer a todas as entrevistadas, que abriram suas vidas e compartilharam comigo suas memórias, suas dores e suas conquistas. Muito mais do que contribuem para a construção deste trabalho, essas mulheres me ofereceram lições inestimáveis de coragem, resistência e sabedoria. Obrigado por confiarem em mim, por acreditarem na relevância deste estudo e por permitirem que suas histórias iluminassem não apenas as páginas desta pesquisa, mas também a minha própria visão sobre o mundo.

Esse processo me revelou a “aprendência da escuta” de que escutar não é apenas ouvir, é estar presente, acolher o que está aqui e o que está nas entrelinhas, permitir-se ser transformado pelas palavras do outro. Durante as entrevistas, aprendi que ouvir é também um ato de entrega e de humildade. É importante ressaltar que cada narrativa carrega um universo de significados que só pode ser compreendido completamente quando escutamos com o coração aberto e com o desejo genuíno de aprender. As histórias que me foram contadas me fizeram refletir sobre o lugar do/a pesquisador/a como um/a mediador/a, mas também como um/a aprendiz/a. Percebi que, ao escutá-las, não apenas construí um estudo, mas também ressignifiquei minha própria trajetória, meus valores e minha visão sobre trabalho, envelhecimento e luta.

A cada encontro, senti que essas mulheres não apenas me ofereciam relatos, mas também me convidavam a revisitar minhas próprias preocupações, desafiando-me a enxergar a força que existe na luta cotidiana e na resiliência silenciosa. Como o relato de Orquídea que precisou de mim uma sensibilidade e respeito para ser analisado, pois em um dado momento, ela narra a perda trágica do filho. Uma dor imensurável, que eu como mãe não consigo imaginar. Vê-la chorar profundamente me fez questionar se esse era um tópico que deveria ser analisado na pesquisa, mesmo ela permitindo constar na transcrição e dissertação. Apenas o mencionei nas considerações finais, para refletir sobre os limites do meu papel de pesquisadora. A experiência da perda de Orquídea, me colocou diante de dilemas e responsabilidades éticas que ultrapassam o campo técnico da pesquisa acadêmica. Ele exige uma postura reflexiva sobre os limites do papel de quem escuta, interpreta e escreve sobre a vida do outro, principalmente quando essa vida é marcada por vulnerabilidades, dores profundas e superações. Como pesquisadora, é impossível não se emocionar ou ser impactado por uma história tão intensa. No entanto, é importante lembrar que a pesquisa além de um espaço para protagonizar as próprias emoções ou interpretações, também deve ser utilizada para amplificar as vozes das entrevistadas. As experiências dessas entrevistadas, devem ser tratadas como um ponto de partida para reflexões mais amplas sobre as relações entre trabalho, luta, gênero e desigualdade, sempre respeitando suas singularidades.

E a tentativa de escrever uma pesquisa afetuosa e ética com as entrevistadas e com a própria história das mulheres, percorreu caminhos desafiadores para mim, tratar da Reprodução Social como um conceito que perpassa a vida de todas nós mulheres, me fez refletir sobre meu cotidiano e a minha luta feminista. Procurei conectar o trabalho doméstico remunerado ao conceito de reprodução social, mostrando como ele perpetua a

lógica capitalista para garantir a sustentação da força de trabalho de forma precária e desvalorizada. A análise revelou que essas mulheres não apenas realizam tarefas fundamentais para a reprodução do sistema, mas também enfrentam a contradição entre o reconhecimento social e a invisibilidade de seu papel. E quando a reflexão intersecciona o aspecto geracional demonstra como essas mulheres enfrentam não apenas o envelhecimento, mas também a estigmatização e a marginalização associadas à idade. Recorrendo a pensadoras como bell hooks (2008) para ressignificar o termo "velhas" e propor uma leitura crítica sobre como o discurso hegemônico construído a velhice como um período de inutilidade. Ao contrário, as histórias dessas mulheres mostram que, mesmo em idades avançadas, elas continuam a desempenhar papéis centrais na economia doméstica e nas comunidades. E por fim, dediquei um capítulo às entrevistas que evidenciou o impacto humano dessas dinâmicas estruturais, ao trazer à tona as autobiografia de mulheres trabalhadoras. Assim, as narrativas autobiográficas demonstram como elas dão sentido ao trabalho doméstico, ressignificando experiências de exploração como fontes de resistência e identidade. Ao permitir que essas mulheres contem suas histórias, a pesquisa cumpre um papel político de valorização das trajetórias de vida que, de outra forma, permaneceram invisíveis para a sociedade, no caso da pesquisa, a toledana.

E neste sentido, a pesquisa contribui para a história de Toledo. Embora o trabalho doméstico, muitas vezes, seja relegado ao espaço da invisibilidade, tanto no cotidiano quanto na historiografia oficial, este estudo destaca como essas mulheres desempenham um papel central na dinâmica socioeconômica de Toledo, ao mesmo tempo em que suas trajetórias refletem aspectos históricos, culturais e estruturais mais amplo. Ao narrar as trajetórias dessas trabalhadoras, o estudo compôs uma outra história de Toledo, que não é apenas institucional ou centrada em figuras públicas ou sujeitos/as políticos/as e históricos/as, mas que valoriza sujeitas que constroem a história recente da cidade.

Outro aspecto relevante é o papel da cidade enquanto espaço múltiplo que conecta diferentes realidades sociais. Toledo, conhecida por seu desenvolvimento econômico e por ser um polo agroindustrial, é também um espaço onde as desigualdades sociais se manifestam de forma explícita. A pesquisa cartografa como as trabalhadoras domésticas se deslocam e se interagem com os bairros mais ricos, atravessando fronteiras econômicas e simbólicas, que são constituintes de suas identidades. Essa perspectiva permite uma reflexão sobre a urbanização e a distribuição desigual de recursos e oportunidades na cidade. Ao aprofundar nas narrativas das entrevistadas, a pesquisa também destacou como

as mulheres, muitas vezes com raízes migratórias, são participantes da construção social e cultural de Toledo. Elas trazem consigo saberes, práticas e memórias que enriquecem a diversidade local, mas que nem sempre são reconhecidas no âmbito público. Dessa forma, o estudo contribui para um registro mais inclusivo e diverso da história da cidade.

Por fim, ao tratar de questões como envelhecimento, precarização do trabalho e luta por dignidade, a pesquisa dialogou diretamente com debates contemporâneos que ultrapassam os limites geográficos de Toledo, mas têm relevância particular para a cidade. Essa abordagem ajuda a posicionar Toledo dentro de um contexto mais amplo, ao mesmo tempo em que ressalta as especificidades locais que marcam a experiência das mulheres trabalhadoras na região. Assim, a pesquisa não amplia apenas o escopo da história social de Toledo, mas também oferece ferramentas para compreender e questionar as desigualdades que moldam a vida na cidade. Ela serve como um convite à reflexão sobre a importância de consideração e valorizar todos os protagonismos que constroem a história, especialmente aquelas que se quiseram silenciadas por muito tempo.

FONTES

ORQUÍDEA. 60 anos. Entrevista em 19 de dezembro de 2022, Toledo. Entrevistadora: Veronica Marques da Costa Berdague. Acervo da autora.

ROSA. 40 anos. Entrevista em 25 de fevereiro de 2023, Toledo. Entrevistadora: Veronica Marques da Costa Berdague. Acervo da autora.

MARGARIDA. 59 anos. Entrevista em 13 de julho de 2023, Toledo. Entrevistadora: Veronica Marques da Costa Berdague. Acervo da autora.

ROSA DO DESERTO. 50 anos. Entrevista em 19 de julho de 2023, Toledo. Entrevistadora: Veronica Marques da Costa Berdague. Acervo da autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABREU, Angélica Kely de. O trabalho doméstico remunerado: um espaço racializado. In: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (orgs.). **Entre relações de cuidado e vivencias de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Libros técnicos e científicos, 1981.

AKOTIRENE, Carla. **Carla Akotirene explica o conceito de Interseccionalidade.** Disponível em: http://casefala.com.br/site/a-interseccionalidade/. Acesso em: 11/09/2023.

ARRIAGADA, Irma. Realidades y mitos del Trabajo femenino urbano en América Latina. **Revista Mujer y desarrollo**, n. 21, p. 5-41, 1997.

AUGUSTO, Maria Helena Olivo. Tempo, Individuo e vida social. **Revista Ciência e Cultura**, vol. 54, n. 2, p. 30-33, 2002.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; PINHO, Ana Paula Moreno; COSTA, Clériston Alves. Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 35, n. 6, p. 20-29, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2018.

BEECHEY, Veronica. **On Patriarchy**. Feminist Review, n. 3, p.66-82, 1979.

BELO, Isolda. Velhice: anatomia Política dos discursos dominantes. **Revista Ciência & Trópico** v.24 n. 1, p. 39-56, 1996.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. **Usos e abusos da história oral**. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Anais da 2ª CNDPI - **Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. https://www.gov.br/participamaisbrasil/conferencias4. Acesso em 01/07/2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Relatório final da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.** Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022.

BRITES, Jurema. **Afeto, Desigualdade e Rebeldia: bastidores do serviço doméstico.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, p. 91-109, 2007.

BRUNELLI, Ana Flora. Estereótipos da mulher no discurso de autoajuda. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 102-116, 2012.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO JR, Hélio Rebello. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. **Revista Psicologia: reflexão e crítica**, v. 18, p. 343-349, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2011.

CASTILHO, Mariana Wiecko; ZEMA, Ana Catarina. Perspectivas de descolonização em Aimé Césaire e María Lugones. **Revista Relicário**, v.10, n. 19, p. 19-37, 2023.

CEPELLOS, Vanessa Martines. Feminização do envelhecimento: um fenômeno multifacetado muito além dos números. **Revista de Administração de Empresas** v.61 n. 2, p. 1-7, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUSTÓDIO, Letícia Fernanda Oliveira. O processo de envelhecimento no capitalismo contemporâneo. In: **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Espírito Santo: UFES-ES, 2018, p. 1-16.

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e Curso da Vida. **Revista Estudos Feministas,** v. 5 n. 1, p. 120 – 128, 1997.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: MORAES, Myriam; BARROS, Lins de (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 49-67.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Trabalho Doméstico**. [Infográfico]. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <

https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html> Acesso em: 03 set. 2023.

DUARTE, Giovana; SPINELLI, Leticia Machado. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. **Revista Sociais & Humanas**, vol. 32, n. 2, p. 126 – 145, 2019.

DUBY, Georges. **Hommes et structures du Moyen Age**. Paris: Editora: Flamarion, 1973.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ENNUYER, Bernard. **L'objet «personne âgée»**. Être vieux: de la négation à l'échange, Paris: Autrement, p. 14-28, 1991.

FEATHERSTONE, M. Aging and old age – reflection on the post-modern life course. In: BYTHEWAY, B et alii (eds.). **Becoming and being old: sociological approach to later life**. London: Sage, 1989.

FEDERICI, Silva. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019

FONTOURA, Natália; PINHEIRO, Luana; GALIZA, Marcelo; VASCONCELOS, Márcia. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. **Revista Econômica**, vol. 12, n. 1 p. 11-46, 2010.

FORTES, M. Age, Generation, and social structures. In: KERTZER, D; KEITH, J (eds.). **Age and anthropological theory**. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

FRAGA, Alexandre Barbosa. **De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado.** Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

FRAGA, Alexandre Barbosa. **O serviço doméstico sob os holofotes públicos: alterações na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil (Estado, mercado e família).** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

GIRARD-NUNES, Christiane; SILVA, Pedro Henrique Isaac. Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, p. 587-606, 2013.

GOLDSTEIN, Donna. The Aesthtics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers. In: **Laughter out of place: Race, Class and Sexuality in a Rio Shanytown**. Berkeley: University of California Press, 2003

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

HOOKS, Bell. Linguagem: ensinar novas paisagens / novas linguagens. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 857-864, 2008.

HOPKINS, Carmen Teeple. Muito trabalho, pouco lazer: reprodução social, migração e trabalho doméstico remunerado em Montreal. *In:* BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Editora Elefante, 2023. p. 209 – 233.

IBGE. Estatísticas de Gênero: **Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html. Acesso em: 23 de jul. 2023.

LEBOWITZ, Michael. **Beyond Capital: Marx's Political Economy of the Working Class**. 2ª ed. Londres: Palgrave Macmillian, 2003

LIMA, Adriana Carnielli de; ALMEIDA, Ana Maria F. Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil. **Revista Educação & Sociedade,** vol. 31 n. 111, p. 347-369, 2010.

LINS, Isabella Lourenço; ANDRADE, Luciana Vieira Rubim. A feminização da velhice: representação e silenciamento de demandas nos processos conferencistas de mulheres e pessoas idosas. **Mediações Revista de Ciências Sociais** v.23 n. 3, p. 436-465, 2018.

MARQUES, Ana Maria. Velho/Idoso: construindo o sujeito da terceira idade. **Revista Esboços: Histórias Em Contextos Globais**, n. 11, 2004 Florianópolis pp. 83–92.

MARQUES, Ana Maria. Reflexões sobre o envelhecer nas três últimas décadas do século XX. **Revista Territórios e Fronteiras** v.2 n. 1, p. 99-117, Mato Grosso, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Boitempo. 2023

MENESES, Neilson Santos. **Gerofobia.** 2015. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/17237-gerofobia>. Acesso em: 25/05/2023.

MIRANDA, Nathalia. **Não existe "coisa de menina": entenda mais sobre heteronormatividade com Rita Von Hunty e Fábio Manzoli.** 2024. Disponível em: < https://encurtador.com.br/AS6rg>. Acesso em: 29/08/2024.

MOTTA, Alda Britto da. Emprego doméstico: revendo o novo. **Caderno Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades**, n. 16, p. 31-49, 1992.

MOTTA, Alda Britto da. Elas começam a aparecer.... In: Org. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012. p. 84-104.

ORAN, Serap Saritas. Aposentadoria, pensões e reprodução social. In: Org. BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

PATRIOTA, Gabriela Fernandes Rocha; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade. **Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia** v. 14 n. 3, p. 893-913, 2014.

PINHEIRO, Luana; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natália. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2019.

PREUSS, Miriam Raja Gabaglia. Patroas e empregadas: relações de proximidade e oposição. D'ÁVILLA NETO, Maria Inácia; GARCIA, Claudia Amorim, (orgs.). **Revista Mulher, cultura e subjetividade**, v. 1, n. 7, p. 53-65, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: SIMSON, Olga Moraes von. **Experimentos com histórias de vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988. p. 23.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se.** Feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 33.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

ROVAI, Marta. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História**
Oral, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 129-148, 2013.

SALGADO, Carmem Delia Sánchez. Mulher Idosa: a feminização da velhice. Revista **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 4, p. 7-19, 2002.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação & Realidade, v. 20 n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Marusa Bocafoli. **Patroas e empregadas em Campos dos Goytacazes: uma relação delicada.** Dissertação de Mestrado em Sociologia Política do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual no Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2013. 158fls.

SIRINELLI, Jean François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 131-137.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs.) Políticas públicas e igualdade de gênero. **Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher**, n. 8, p. 113-126, 2004.

SORATTO, Lucia Helena. **Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas.** Tese de doutorado em psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 38-46, 2007.

VASCONCELOS, Vânia Nara. A aprendência da escuta como insurgência epistêmica a partir das narrativas de uma mulher do sertão baiano. **Revista História Oral**, v. 25, p. 13-30, 2022.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão das mulheres**: ruma a uma teoria unitária. São Paulo: Editora Expressão popular, 2022.